PROTOCOLO GERAL
Nr 64307.110432/2023-61

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO NR 39/2023 – TIPO MAIOR DESCONTO POR GRUPO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola/1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

VOLUME I

SEÇÃO DE LICITAÇÕES **2023**

Interessado: 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Assunto: Pregão Eletrônico - Serviços de Manutenção Predial e Elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica).

DESTINO	DATA	MILITAR	ASS
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			

MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola/1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

LISTA DE VERIFICAÇÃO

(Licitação para Compras e Serviços, exceto engenharia e TIC)

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo?[1]	Sim	7
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?[2]	Sim	1-2
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?[3]	Sim	5-6
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções?[4]	Sim	5-6
Consta documento de formalização de demanda?[5]	Sim	1
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?[6]	Sim	1
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?[7]	Sim	31
Há Estudo Técnico Preliminar?[8]	Sim	8-14
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?[9]	Sim	8-14
Há Análise de Riscos?[10]	Sim	3-4
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?[11]	Não se aplica	-
Houve manifestação justificando as exigências de	Sim	108

práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?[12]		
Há termo de referência?[13]	Sim	69-94
Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022?[14]	-	-
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?[15]	Sim	-
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Não se aplica	-
Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração?[16]	Sim	69
O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária?[17]	Sim	69
Caso o TR contempleexigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo[18]?	Sim	69-94
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?	Sim	69-94
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para:a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral,ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las?[19]	Não se aplica	-
Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011? [20]	Não	-
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?[21]	Sim	-
Os autos estão instruídos com o edital da licitação?[22]	Sim	42-68
Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constado edital da licitação?[23]	Sim	70

Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização?[24]	Sim	69-94
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?	Não se aplica	-
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado?[25]	Sim	-
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos?[26]	Não se aplica	-
Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos?[27]	Não se aplica	-

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação?[28]	Não se aplica	-
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto?[29]	Sim	18-21
Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo?[30]	Sim	18
Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados?[31]	Não se aplica	-
A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado;II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;III - caracterização das fontes consultadas;IV - série de preços coletados;V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente	Sim	18-21

elevados, se aplicável;VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; eVIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021?[32]		
Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes?[33]	Não se aplica	-
Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano?[34]	Não se aplica	-
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas?[35]	Não se aplica	-
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo?[36]	Não se aplica	-
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação?[37]	Não se aplica	-
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;d) data de emissão; ee) nome completo e identificação do responsável?[38]	Não se aplica	-
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das características da contratação contidas no art. 4º da IN Seges 65/2021, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado?[39]	Não se aplica	-

Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?[40]	Não se aplica	-
Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação?[41]	Não se aplica	-
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?[42]	Não se aplica	-
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?[43]	Não se aplica	-

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo?[44]	Sim	32-33
Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições?[45]	Sim	31
Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços?[46]	Não se aplica	-
Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada?[47]	Sim	8-14
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização?[48]	Sim	-
Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento?[49]	Não se aplica	-
Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?	Não se aplica	-
No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?	Sim	37-38
Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias?[50]	Sim	32-33
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?[51]	Não se aplica	-

Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?[52]	Não se aplica	-
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração?[53]	Não se aplica	-
Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?[54]	Sim	-

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização?[55]	Sim	-
Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento?[56]	Não se aplica	-
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?[57]	Não se aplica	-
Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade?[58]	Sim	-
Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços?[59]	Sim	75
Caso o edital tenha previsto valores mínimos de salário, foi certificado que não houve fixação em valor inferior ao definido em lei ou ato normativo?[60]	Não se aplica	-
Foi observada a vedação de definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos?[61]	Não se aplica	-
Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado?[62]	Não se aplica	-
Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato?[63]	Sim	-
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma	Não se aplica	-

empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado?[64]		

[1] Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: "os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."

[2] Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21

[3] Art. 7º, *caput*,da Lei 14133/21

[4] Art. 7º, §1º, da Lei 14133/21. Art. 12 do Decreto 11246/22.

[5] O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.

[6]. Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, informações classificadas como sigilosas, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.

[7] Art. 18 da Lei 14133/21

[8] Art. 18, §1º, da Lei 14133/21

[9] Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.

Obs.: os incisos obrigatórios são:

"I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

[10] Art. 18, X, da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

[11] Art. 18, §2º, da Lei 14133/21

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA LOBO D'ALMADA"

PROCESSO Nr SRP 39/2023 – PROC ADM NUP Nr 64307.110432/2023-61

MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO SRP – TIPO MAIOR DESCONTO POR GRUPO

ITEM	ÍNDICE – DOCUMENTO	PÁGINAS
1	Documento de formalização da demanda	1
2	Gestão de risco	3-4
3	Cópia BI Equipe de Planejamento	5
4	Designação de Equipe de Planejamento	6
5	Termo de Abertura	7
6	Estudos Preliminares	8-14
7	Aprovação do OD est prel e formlz demanda	15
8	Requisição	16-17
9	Relatório pesquisa de preço e Mapa Comparativo	18-21
10	Autorização de abertura	22
11	Portaria 534 – Atividade de custeio no EB	23-24
12	Decreto n.º 10.193/2019	25-27
13	Portaria ME n.º 7.828/2022	28-29
14	Declaração de Não Enquadramento em Atividade de Custeio	30
15	Declaração Orçamentaria	31
16	Justificativa da contratação	32-33
17	Resumo IRP	34-35
18	Aprovação dos Estudos Preliminares e Formalização de Demanda	36
19	Justificativa para Não Adoção da Cota de 25% Exclusiva para ME/EPP	36.1-37
20	Cópia BI OD	38
21	Cópia BI desig pregoeiro/EqpAp	39-40
22	Certificado pregoeiro	41
23	Minuta de Edital	42-68
24	Anexo I – Termo de Referencia	69-94
25	Anexo II – Minuta de contrato	95-104
26	Anexo III – Planilha de Formação de Preços	105

27	Anexo IV– Declaração de Vistoria	106
28	Anexo V – Declaração de Não Vistoria	107
29	Anexo VI - Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental	108
30	Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços	109-117
31	Anexo A – Especificações Técnicas dos Serviços	118-135
32	Anexo B – Cronograma Físico Financeiro	136
33	Anexo C – Modelo de Planilha de Composição	137
34	Ofício encaminhamento análise CJU	138-139
35	Termo de Encerramento de Volume I	140

FOLHA Nº 01

RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola/1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023
(Processo Administrativo n°64307.110432/2023-61)

ÒRGÃO:1ª Brigada de Infantaria de Selva
SETOR REQUISITANTE: Almoxarifado 1º Bda Inf Sl
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: LOURINALDO ARAÚJO DOS SANTOS

1. PREVISÃO DE DEMANDA
1.1. Ordem de Serviço nº 002/2022 - SALC
2. IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDA (OBJETO)
2.1. Contratação de serviços de manutenção predial e elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica).
3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO
3.1. A pretensa contratação justifica-se pelo fato do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas Organizações Militares Vinculadas Administrativamente necessitarem da contratação de manutenção predial e elétrica, conforme tabela Sinapi/RR. Ainda, ressalta-se que a 1ª Bda Inf Sl por meio deste processo visa solucionar as problemáticas da conservação do patrimônio público sobre sua responsabilidade. 3.2. Destaca-se ainda que as necessidades supramencionadas conforme termo de referência, justifica-se pela necessidade de manter em boas condições de uso das áreas de responsabilidade da 1ª Bda Inf Sl e suas Unidades/Subunidades: 10º Grupo de Artilharia de Campanha Sl; 1º Batalhão Logístico Sl; 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; Comando da 1ª BdaInfSl; Cia Comando; 32º Pelotão de Polícia do Exército; 1º Pelotão de Comunicações; e Posto Médico da Guarnição de Boa Vista. Ainda cabendo ressaltar sobre sua responsabilidade o Hotel de Trânsito de Oficiais; Clubes, casas de apoio e outras seções/subseções e Próprios Nacionais Residenciais (PNR). 3.3. A grande quantidade de instalações sobre sua responsabilidade demandam manutenção/reparos constantes para evitar a degradação das estruturas físicas, como também garantir condições dignas e seguras de trabalho e uso. 3.4. Posto isso, a contratação em tela encontra-se em consonância com as demandas geradas pelo Grupo de Coordenação e Acompanhamento de Licitações Centralizadas (GCALC) gerenciado pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sendo este objeto responsabilidade deste comando, haja vista a necessidades das Organizações Militares Vinculadas Administrativamente e demais OMs da Guarnição de Boa Vista – RR. 3.5. As quantidades informadas serão suficientes para atender as necessidades da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s) pelo período de 12 meses, tomando como parâmetro básico os quantitativos

FOLHA Nº 02

RUBRICA

estimados no Sistema de Execução Orçamentária e Planejamento de Aquisições (SEOPA), combinado com o histórico da demanda do Pregão 50/2022 o qual será substituído por este processo.
4. QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADA
4.1. A quantidade estimada a ser contratada se fundamenta no histórico de faturamento do ano de 2022, o mesmo serviu para mensurar a demanda apresentada pela parte requisitante, de acordo com as quantidades previstas no Termo de Referência.
5. PREVISÃO DA DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS OU DA ENTREGA DOS BENS.
5.1. A previsão para que seja iniciada a prestação da futura contratada será mediante assinatura da ata.
6. INDICAÇÃO DO MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO E SE NECESSÁRIO O RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO.

NOME	GRADUAÇÃO	FUNÇÃO
Renan Rodrigues **Tavares** de Lima	1º Ten	Chefe da Equipe de Planejamento
Adriano de Oliveira	S Ten	Membro da Equipe de Planejamento
Girlane de Souza Lima	3º Sgt	Membro da Equipe de Planejamento

Quartel-General em Boa Vista, 04 de outubro de 2023.

LOURINALDO ARAÚJO DOS SANTOS – 1º Ten
Chefe da Equipe de Planejamento

BRUNO FAGNER ARAÚJO TEIXEIRA– 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

Sheila N. Coelho
SHEILA NASCIMENTO COELHO – 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

03
Ass:

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

MAPA DE RISCOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023
(Processo Administrativo n° 64307.110432/2023-61)

RISCO 01 – PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE	(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta
IMPACTO	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta
DANO	
Irregularidade Administrativa	
AÇÃO PREVENTIVA	**RESPONSÁVEL**
Atualização da legislação em vigor, elaboração dos estudos preliminares e adoção de medidas que visam economicidade e eficácia para a Administração Pública.	Membros da Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	**RESPONSÁVEL**
Readequação do processo licitatório.	Ordenador de Despesas

RISCO 02 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

PROBABILIDADE	(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta
IMPACTO	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta
DANO	
Improbidade Administrativa	
AÇÃO PREVENTIVA	**RESPONSÁVEL**
Atentar fielmente para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, exigindo todos os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência e Edital de Licitação segundo a legislação em vigor.	Pregoeiro
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	**RESPONSÁVEL**
Retornar a fase de licitação para solução de equívoco.	Ordenador de Despesas

Sheila

04

Fls:

RISCO 03 – GESTÃO DO CONTRATO

PROBABILIDADE	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta
IMPACTO	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta
DANO	
Inexecução contratual	
AÇÃO PREVENTIVA	**RESPONSÁVEL**
Fiscalização pró-ativa do contrato, exigindo o fiel cumprimento das exigências estabelecidas no Termo de Referência bem como no contrato.	Fiscal do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	**RESPONSÁVEL**
Instauração de Processo Administrativo Sancionador para apuração da inexecução contratual.	Ordenador de Despesas

Quartel-General em Boa Vista, 04 de outubro de 2023.

LOURINALDO ARAÚJO DOS SANTOS – 1º Ten
Chefe da Equipe de Planejamento

BRUNO FAGNER ARAÚJO TEIXEIRA– 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

Sheila N. Coelho
SHEILA NASCIMENTO COELHO – 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

Em consequência:
- a comissão deverá apresentar-se ao Fisc Adm/1ª Bda Inf Sl no dia de expediente que antecede o início do respectivo período de recebimento de QR;
- a presidente da comissão deverá entregar o relatório até o 5º dia útil do mês subsequente ao período da escala, conforme modelo expedido pela Fisc Adm/1ª Bda Inf Sl; e
- o Fisc Adm/1ª Bda Inf Sl e os demais interessados adotem as providências decorrentes de acordo com a legislação vigente.

c. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nomeação

- A pedido do Ordenador de Despesas da 1ª Bda Inf Sl, designo os militares a seguir relacionados para comporem a Equipe de Planejamento, conforme o inciso IV do art. 10 da Instrução Normativa nº 94, de 23 DEZ 22, do SGD/ME, referente ao Pregão Eletrônico nº 39/2023, cujo objeto refere-se à "Contratação de Serviço de Manutenção Predial e Elétrica, conforme tabela SINAPI RR, para atender as necessidades do comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e demais OMVA".

Posto/Grad	**Nome**	**Função**
1ºTen	**LOURINALDO** ARAÚJO DOS SANTOS	Chefe da Equipe de Planejamento
3ºSgt	BRUNO **FAGNER** ARAÚJO TEIXEIRA	Membro da Equipe de Planejamento
3º Sgt	**SHEILA** NASCIMENTO COELHO	Membro da Equipe de Planejamento

Em consequência:
- a Equipe de Planejamento deverá providenciar a Requisição, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Formalização da Demanda, três orçamentos para cada serviço, Relatório de Pesquisa de Preço, Mapa Comparativo e Mapa de Riscos entregando-os ao Ch SALC/1ª Bda Inf Sl até 23 OUT 23, conforme previsto nos incisos II e III do art. 9 da Instrução Normativa nº 94 SGD/ME, de 23 DEZ 22; e
- o Fisc Adm/1ª Bda Inf Sl e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes conforme a legislação vigente.

d. AJUDA DE CUSTO, DIÁRIAS E INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE BAGAGEM E PASSAGENS

Despacho do Ordenador de Despesas

1) Por meio de despacho, o OD/1ª Bda Inf Sl autorizou o pagamento da ajuda de custo, indenização de passagem, bagagem e transporte auto ao Cap MARCELO **MARCONDES**, do Cmdo 1ª Bda Inf Sl, conforme solicitado por meio do Processo nº 368 STA/2023.

2) Por meio de despacho, o OD/1ª Bda Inf Sl autorizou o pagamento da ajuda de custo, indenização de passagem e bagagem ao Cap VINICIUS DE REZENDE **FERNANDES**, do Cmdo 1ª Bda Inf Sl, conforme solicitado por meio do Processo nº 371 STA/2023.

Em consequência:
- concordo com o despacho do OD/1ª Bda Inf Sl;
- o Fisc Adm/1ª Bda Inf Sl, o Ch Div Pes/1ª Bda Inf Sl, o Ch STA/1ª Bda Inf Sl e os demais interessados adotem as providências decorrentes de acordo com a legislação vigente.

e. ENCARREGADO DE PARECER TÉCNICO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

DESIGNAÇÃO DE EQUIPE DE PLANEJAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP
TIPO: MAIOR DESCONTO POR ITEM

1. Este Ordenador de Despesas nomeia abaixo, com fulcro nos artigos 7º, 8ºe 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

Designo os militares abaixo para compor a equipe de planejamento do processo de Futura e Eventual contratação de empresas especializada para prestação de serviço gráfico de produção de materiais.

Função	Post/Grad	Nome	Assinatura
Chefe eqp	1º Ten	**LOURINALDO** ARAÚJO DOS SANTOS	
Membro	3º Sgt	BRUNO **FAGNER** ARAÚJO TEIXEIRA	
Membro	3º Sgt	**SHEILA** NASCIMENTO COELHO	

Quartel-General em Boa Vista, 5 de outubro de 2023.

RENATO CUNHA MELLO – Cel
Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Bda Inf Sl

FOLHA Nº 07
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola – 1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

TERMO DE ABERTURA

Em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, autuo, nesta data, o Processo Administrativo n.º **64307.110432/2023-61**, em referência ao Pregão Eletrônico 39/2023 autorizado na conformidade do despacho do Chefe da Prefeitura Militar da 1ª Bda Inf Sl no **DIEx nº 5879-PMVB/Cmdo/1º Bda Inf Sl**, de 10 de outubro de 2023, que tem por objeto **Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de Serviços de Manutenção Predial e Elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica)**, do tipo "MAIOR DESCONTO POR GRUPO", a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela **Boletim Interno nº 1/2023**, conforme condições estabelecidas no presente Edital.

Quartel-General em Boa Vista, 16 de outubro de 2023.

RENATO CUNHA MELLO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

FOLHA Nº 08

RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023
(Processo Administrativo n°64307.110432/2023-61)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

INFORMAÇÕES BÁSICAS

CATEGORIA: SERVIÇOS COMUNS

1- DA NECESSIDADE DA CONTRAÇÃO

1.1. A 1ª Bda Inf Sl é uma Organização Militar composta pelas seguintes Unidades/Subunidades:

a. 10º Grupo de Artilharia de Campanha Sl;

b. 1º Batalhão Logístico Sl;

c. 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado;

d. Comando da 1ª BdaInfSl;

e. Cia Comando;

f. 32º Pelotão de Polícia do Exército;

g. 1º Pelotão de Comunicações;

h. Posto Médico da Guarnição de Boa Vista;

i. Hotel de Trânsito de Oficiais;

j. Clubes, casas de apoio e outras seções/subseções; e

l. Próprios Nacionais Residenciais (PNR)

1.2. A formação de registro de preços para contratação de futura e eventual **prestação de serviços de manutenção predial e elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica)** faz-se necessária em razão do número de instalações sobre responsabilidade da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVAs, áreas que demandam manutenção/reparos constantes para evitar a degradação das estruturas físicas, como também garantir condições dignas e seguras de trabalho e uso.

1.3. Ressalta-se que a contratação supracitada deve ser precedida do Estudo Técnicos Preliminar para fins de análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais

que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

1.4. Destarte, optou-se por seguir as diretrizes gerais apontadas pela **IN SEGES Nº 05, DE 25 DE MAIO DE 2017**, recepcionada na **Lei Federal nº 14.133/2021** pela **IN SEGES Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021**; **pela IN SEGES Nº 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022**, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminar-ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

1.5. Este Estudo Técnico Preliminar busca verificar a viabilidade da contratação de empresa especializada em prestação de serviços gráficos.

1.6. A fim de balizar e nortear os atos administrativos que se emanarão da pretensa contratação, faz-se mister listar as normativas legais que virão disciplinar a aquisição de bens/contratação de serviços, de acordo com a sua natureza.

2. DOS ATOS NORMATIVOS QUE DEVERÃO NORTEAR O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

2.1. Em exame do objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação, estudou e pretende adequar o planejamento, a contratação e a fiscalização à luz dos seguintes normativos: a) Nos itens que cabe, Lei Complementar 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

b) Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

c) Lei 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

d) Lei 14.133/2021 que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

e) Nos itens que cabe, decreto nº 8.538/15, que Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. (Redação dada pelo Decreto nº 10273, de 2020);

f) Decreto Federal 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação,

de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

g) Decreto Federal 10.947/2022 que regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

h) IN SLTI/MPOG N°01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

i) IN SEGES Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

j) IN SEGES Nº 65, DE 07 DE JULHO DE 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A aquisição prevista no objeto deste Estudo diz respeito ao **Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de prestação de serviços de manutenção predial e elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica)**, a fim de dar subsídios quanto aos serviços a serem contratados pela 1ª Bda Inf Sl e demais Organizações Militares conforme composição referenciada no Item 1 deste ETP.

4. ÁREA REQUISITANTE

4.1. O presente Estudo Técnico Preliminar atende a área requisitante identificada na Ordem de Serviço 002 – SALC.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Neste tópico **NÃO OBRIGATÓRIO** deve estar previsto os critérios e práticas de sustentabilidade que envolvem a escolha da solução.

5.2. O objeto que se pretende contratar pode ser classificado como (X) SERVIÇO, ( ) OBRA e ( ) COMPRA.

5.3. O objeto que se pretende contratar pode ser, ainda, subclassificado como (X) BENS E SERVIÇOS COMUNS, ( ) BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS, ( ) SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, ( ) SERVIÇO ESPECIAL DE ENGENHARIA, ( ) SERVIÇOS E

FORNECIMENTOS CONTINUADOS, ( ) SERVIÇO CONTINUADO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, ( ) SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, ( ) OBRA GERAL e ( ) OBRA DE GRANDE VULTO.

5.4. O contrato entre as partes terá o prazo de execução e vigência definido no Termo de Referência, inclusive sobre o detalhamento das condições e possibilidade de aditamentos e apostilamentos.

5.5. As exigências de HABILITAÇÃO das licitantes e possíveis contratadas serão estabelecidas no termo de referência.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Trata-se de Contratação de serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Por terem sido definidas pelas respectivas OMs, entende-se que as soluções consideraram a avaliação dos cenários quanto aos aspectos de eficiência, eficácia, economicidade, padronização e práticas de mercado.

6.1.1. A equipe de planejamento foi orientada a realizar ampla pesquisa de mercado, inclusive considerou-se a Ata do pregão 03/2023 para composição. Quando não considerado deveu-se a especificidade do objeto que não foi localizado no portal ou mesmo pela incompatibilidade do valor do portal com o valor praticado para nossa região que fica distante dos grandes centros produtivos.

6.1.2. A contratação via pregão eletrônico, além de ser o tipo preferencial pela Administração Pública, é a mais célere atualmente, tendo o tipo menor preço unitário como a pratica mais usual no mercado econômico. Demonstra-se ainda ser um procedimento ágil para a instituição à medida que a oferta dos produtos para as necessidades do Projeto.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 Uma vez estabelecidas as necessidades e respectivos quantitativos, passa-se a elaboração da especificação técnica desses serviços, observando-se as normas do Inmetro vigentes que estabelecem critérios técnicos de segurança e de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

7.2. Havendo divergência na descrição dos itens entre o Termo de Referência e o sistema de Compras Governamentais prevalece o que está no Termo de Referência. Os licitantes deverão apresentar os catálogos técnicos/folders/ portfolio, com todas as características técnicas (em língua Portuguesa ou traduzido), de todos os produtos ofertados afim de verificação da similaridade e qualidade do objeto ofertado, para que possa ser analisado pelo interessado.

7.3. Convém citarmos que as especificações apresentadas neste termo servirão para determinar um padrão mínimo de qualidade a ser atingido, o que acarretará no aceite de produtos e materiais considerados aptos ou, comprovadamente, equivalentes ou superiores.

7.4. Visando a qualidade e excelência na aquisição vislumbramos alguns aspectos técnicos essenciais para a busca de um objeto com melhor qualidade, durabilidade, rentabilidade. Essa exigência atende ao interesse público e não se mostra desmedida ou desarrazoada, pois incumbe à Administração estipular os requisitos mínimos de qualidade e desempenho do objeto.

7.4.1. Tal exigência está em consonância com a finalidade precípua da qualidade técnica, qual seja, garantir que aqueles que se proponham a fornecer bens e serviços para administração detenham o cabedal técnico necessário para executar o contrato com a qualidade esperada e dentro das especificações determinadas pela contratante no edital.

7.5. A garantia dos serviços será condicionada as características e natureza do serviço solicitado, obedecendo as normas técnicas brasileiras. Deve ter no mínimo 12 (doze) meses de garantia total do serviço.

7.6. Caso a garantia do fabricante para o serviço for maior que a do fornecedor vencedor, fica prevalecendo a garantia do fabricante para o serviço ou parte integrante do mesmo, contada a partir da emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS

8.1. A estimativa de preço foi aferida por meio da realização de pesquisa com fornecedores dos produtos, uma vez que representa o valor real praticado na região de Norte, em específico Boa Vista - RR, e diminui o risco de fracasso na licitação, ou a cotação de valores muito baixos que podem resultar em novos pedidos de reequilíbrio econômico financeiro. A metodologia utilizada para a obtenção do preço de referência foi a média dos valores obtidos nas pesquisas de preços. Os preços unitários referenciais serão inseridos na tabela do item 1 do Termo de Referência, com as pesquisas realizadas no processo com os valores obtidos em anexo. **Ressalta-se que serão selecionados os fornecedores que apresentarem os maiores descontos sobre a tabela SINAPI – RR**.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Foi utilizado como metodologia do preço de referência, tendo por base nos incisos e parágrafos do caput do art. 23 da Lei 14.133/2021, complementarmente com a IN SEGES Nº 65/2021 (no caso de contratação de bens e serviços em geral).

9.2. O valor inicial estimado da contratação é de **R$ 5.333.332,00 (Cinco milhões,**

Trezentos e Trinta e Três mil e Trezentos e Trinta e Dois reais).

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1 A licitação será dividida em itens, visando maior aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, competitividade e padronização do serviço, conforme estabelecido pelo artigo 40, inciso b da Lei nº 14.133/21.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1 O planejamento do **Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação prestação de serviços de manutenção predial e elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica)** está alinhado conforme, Ordem de Serviço 002 – SALC.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação do objeto, visa garantir em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, melhoria da qualidade de produtos, de forma a atender à necessidade da contratação.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1 Foram tomadas todas as providências cabíveis.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 Não há possíveis impactos ambientais, sendo que não serão necessárias medidas de tratamento ou mitigadoras buscando sanar os riscos ambientais existentes.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1 Faz-se viável a contratação no sentido de que as pesquisas refletem a realidade mais próxima do preço de mercado e especificações importantes, além de necessárias, conforme demonstrado pela unidade administrativa demandante.

FOLHA Nº 14

RUBRICA

Quartel General em Boa Vista-RR, 16 de outubro de 2023.

LOURINALDO ARAÚJO DOS SANTOS – 1º Ten
Chefe da Equipe de Planejamento

BRUNO FAGNER ARAÚJO TEIXEIRA– 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

Sheila N coelho
SHEILA NASCIMENTO COELHO – 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

Fl. 15
Ass:

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

APROVAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES E FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nr 39/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Com fundamento legal nas diretrizes gerais apontadas pela IN SEGES Nº 05, DE 25 DE MAIO DE 2017, recepcionada na Lei Federal nº 14.133/2021, IN SEGES Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021; e IN SEGES Nº 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022, APROVO o presente Estudo Técnico Preliminar e a Formalização da Demanda elaborado pela Equipe de Planejamento, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência com a observância aos dispositivos do respectivo decreto e demais legislações correlatas.

Quartel em Boa Vista-RR, 16 de outubro de 2023.

RENATO CUNHA MELLO - Cel
Ordenador de Despesas do Cmdo da 1ª Bda Inf Sl

16
GPm

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

DIEx nº 5879 – PMBV/Cmdo/1ªBda Inf Sl
EB: 64307.110432/2023-61

Boa Vista, RR, 10 de outubro de 2023.

Do Prefeito Militar da 1ª Bda Inf Sl
Ao Sr Fiscal Administrativo do Cmdo 1ª Bda Inf Sl
Assunto: solicitação de abertura de processo licitatório.

1. Nos termos contidos do art. 12 da IG 12-02, de 07 JUL 95, e fundamentos na lei 14.133/2021, solicito providências no sentido de que seja autorizada a abertura do **processo licitatório para futura e eventual contratação de serviços de manutenção predial e elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica) para atender as necessidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, conforme quantidades estabelecidas no Termo de Referência.**

2. Justificativa e Objetivo da Contratação

2.1.1. Os serviços listados visam suprir a demanda gerada pelo Grupo de Coordenação e Acompanhamento de Licitações Centralizadas (GCALC) gerenciado pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sendo este objeto responsabilidade deste comando, haja vista a necessidades das Organizações Militares Vinculadas Administrativamente e demais OMs da Guarnição de Boa Vista – RR, conforme Ordem de Serviço nº 002 – Salc.

2.1.2. O objetivo é a contratação de empresa que ofereça a proposta mais vantajosa em termos de qualidade e de economicidade para a 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

LOURINALDO ARAÚJO DOS SANTOS – 1º Ten
Chefe da Equipe de Planejamento

Fl. 17
Ass:

PARECER DO FISCAL ADMINISTRATIVO	DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
( ) Sou de parecer **FAVORÁVEL** à aquisição do material / serviço requisitado. ( ) Sou de parecer **DESFAVORÁVEL** à aquisição do material / serviço requisitado, tendo em vista:	(X) **DEFIRO:** 1. Ordeno a aquisição do material/serviço requisitado; 2. A SALC emita Nota de Empenho, submetendo-a a este OD. ( ) **INDEFIRO**, tendo em vista:
_____ _____	_____ – _____ – ( ) O requisitante promova as alterações indicadas; ( ) Arquive-se.
Quartel-General em Boa Vista - RR, 10 / 10 / 2023.	Quartel-General em Boa Vista - RR, 10 / 10 / 2023.
CARLOS FREDERICO BACKER PEREIRA VALLADO – Cel	**RENATO CUNHA MELLO – Cel**
Fisc Adm Cmdo 1ª Bda Inf Sl	OD Cmdo 1ª Bda Inf Sl

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023
(Processo Administrativo n°64307.110432/2023-61)

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normativos.

2. OBJETO

2.1. Apresentamos as pesquisas de preços junto ao Processo Administrativo n.°**64307.110432/2023-61**, o qual tem por objeto **Pregão Eletrônico SRP Nº 39/2023 - Registro de preços para futura e eventual Contratação de Serviços de Manutenção Predial e Elétrica de serviços constantes na tabela SINAPI RR** para atender a 1ª Brigada de Infantaria de Selva e Organizações Militares Vinculadas Administrativamente.

Fl. 18
Ass.

3. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

3.1. 15 a 31 de outubro de 2023.

4. METODOLOGIA APLICADA

( ) Média ( )Mediana ( )Menor Preço (X) Outra:

5. FONTES DE PESQUISA

5.1. **Não foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 23, §1º da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021:**

( ) Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente. Painel Nacional de Contratações Públicas (https://www.gov.br/pncp/pt-br), Painel de Preços (https://paineldeprecos.planejamento.gov.br) ou Banco de Preços em Saúde (http://bps.saude.gov.br/)

( ) Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente

( ) Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital ou contratação direta, contendo a data e a hora de acesso

( ) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital ou contratação direta

( ) Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital ou contratação direta

6. ANÁLISE

6.1. As aferições de preços foram baseadas nos valores da tabela SINAPI tiradas no mês de outubro. SINAPI é o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. A tabela SINAPI é de responsabilidade do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que coleta os preços através de pesquisa de mercado e a CAIXA Econômica federal que processa os dados técnicos e publica os relatórios mensalmente.

6.2. Após análise detalhada dos valores da tabela SINAPI aferiu-se a seguinte distribuição, conforme tabelas 1 e 2 respectivamente.

OMVAs PREDIAL	**%**	**TOTAL**	
GAC	10,91%	R$	327.272,73
BLOG	10,91%	R$	327.272,73
ESQD	5,00%	R$	150.000,00
CMDO 1ª BDA INF SL	32,43%	R$	972.818,18
CIA C/	7,00%	R$	210.000,00
32º PEL PE	3,0%	R$	90.000,00
1º PEL Com	3,0%	R$	90.000,00
PMGU	10,91%	R$	327.272,73
HTO	3,03%	R$	90.909,09
PNR	12,30%	R$	369.000,00
CLUBE C. APOIO	1,52%	R$	45.454,55
TOTAL		**R$**	**3.000.000,00**

(Tabela 1)

Fl. 20
Ass:

OMVAs ELÉTRICA	%	TOTAL
GAC	10,91%	R$ 254.566,67
BLOG	10,91%	R$ 254.566,67
ESQD	5,00%	R$ 116.666,67
CMDO 1ª BDA INF SL	32,43%	R$ 756.466,67
CIA C/	7,00%	R$ 163.333,33
32º PEL PE	3,0%	R$ 70.000,00
1º PEL Com	3,0%	R$ 70.000,00
PMGU	10,91%	R$ 254.566,67
HTO	3,03%	R$ 70.700,00
PNR	12,30%	R$ 287.000,00
CLUBE C. APOIO	1,52%	R$ 35.466,67
TOTAL		**R$ 2.333.333,33**

(Tabela 2)

Quartel em Boa Vista, RR, 16 de outubro de 2023.

LOURINALDO ARAÚJO DOS SANTOS – 1º Ten

Chefe da Equipe de Planejamento

FOLHA Nº 22

RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nr 39/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MAIOR DESCONTO

1. Em atenção aos termos da Lei nº 14.133 de 2021 e demais legislações aplicáveis, autorizo a abertura de processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico Nr 39/2023, cujo objeto é **Pregão Eletrônico SRP Nº 39/2023 - Registro de preços para futura e eventual Contratação de Serviços de Manutenção Predial e Elétrica de serviços constantes na tabela SINAPI RR**, para atender a 1ª Brigada de Infantaria de Selva e Organizações Militares Vinculadas Administrativamente.

Quartel em Boa Vista, RR,16 de outubro de 2023.

RENATO CUNHA MELLO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Fl. 23
Ass:

PORTARIA Nº 534, DE 2 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre instâncias de governança para celebração ou prorrogação de contratos, no âmbito do Exército Brasileiro.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o inciso XIV do art. 20 do anexo I do Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, a Portaria nº 2.046 GM/MD, de 7 de maio de 2019 e a Portaria Normativa nº 14 GM/MD, de 11 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos, no âmbito do Comando do Exército, acerca dos atos referentes à autorização de novos contratos administrativos e à prorrogação de contratos em vigor, relativos à atividade de custeio.

Art. 2º Os limites e restrições nesta Portaria não se aplicam:

I - aos créditos extraordinários abertos e reabertos no exercício corrente; e

II - às despesas financiadas com recursos de instrumentos de parceria (termo de execução descentralizada e convênios de receita).

Parágrafo único. Os instrumentos de parceria firmados para execução direta de obras e serviços pelo Exército Brasileiro pressupõem a autorização dos respectivos concedentes para a realização de contratações necessárias à sua realização, independente de novas autorizações pontuais, desde que respectivos processos administrativos contenham informações relativas ao instrumento de parceria e à origem dos recursos.

Art. 3º É de competência do Comandante do Exército a autorização para celebrar novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, com valores iguais ou superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 4º Subdelegar competências para autorizar a elaboração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, vedada a subdelegação.

§ 1º Para os contratos com valores inferiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e iguais ou superiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), às seguintes autoridades:

I - Chefe do Gabinete do Comandante do Exército, Secretário-Geral do Exército e Chefe do Centro de Inteligência do Exército;

II - Chefe do Estado-Maior do Exército;

III - chefes e comandantes dos órgãos de direção setorial e operacional;

IV - comandantes militares de área;

V - comandantes de divisão de exército;

VI - comandantes de região militar;

VII - oficiais-generais comandantes de Estabelecimento de Ensino, comandantes de brigada, artilharia divisionária, grupamento de engenharia, grupamento logístico, Base de Apoio Logístico do Exército, Comando de Aviação do Exército, Comando de Operações Especiais, Comando de Artilharia do Exército e Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército;

VIII - Diretor-Presidente da Indústria de Material Bélico; e

IX - Presidente da Fundação Osório.

§ 2º Aos Ordenadores de Despesa das organizações militares para os contratos com valores inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 3º No caso de prorrogação contratual, a autoridade responsável pela autorização será definida de acordo com o valor constante no termo aditivo, observados os valores de alçada de que tratam os parágrafos 1º e 2º deste artigo.

§ 4º No âmbito dos comandos militares de área, a autorização de que trata o § 1º deverá ser encaminhada ao órgão enquadrante.

Art. 5º Sem prejuízo ao que dispõe o art. 5º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, a celebração de contratos de locação de imóveis e a prorrogação de contratos de locação de imóveis em vigor, com valor igual ou superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, deverá ser autorizada também pelo Comandante do Exército, vedada a delegação de competência.

§ 1º Poderão ser autorizadas excepcionalmente, considerando aspectos de relevância e urgência e por ato fundamentado, novas locações de veículos, máquinas e equipamentos, suspensas por força da Portaria do Ministro da Economia nº 179, de 22 de abril de 2019:

I - pelo Comandante do Exército para os valores indicados no **caput**; e

II - pelas autoridades arroladas no § 1º do art. 4º desta Portaria, para locações com valores inferiores ao fixado no **caput**.

§ 2º Devem ser observadas, para novas locações de veículos, máquinas e equipamentos, o disposto no inciso II do art. 2º, da presente Portaria.

Art. 6º Fica revogada a Portaria do Comandante do Exército nº 1.603, de 25 de setembro de 2018.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2020.

Fl. 25
Ass:

Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 10.193, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto:

I - aplica-se aos órgãos, às entidades e aos fundos do Poder Executivo federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

II - não se aplica às agências reguladoras, definidas pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

Art. 2º O Ministro de Estado da Economia poderá:

I - estabelecer anualmente os limites e os critérios da despesa anual a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens; e

II - alterar ou atualizar os valores estabelecidos neste Decreto.

CAPÍTULO II

DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Atividades de custeio

Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o **caput** poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:

I - titulares de cargos de natureza especial;

II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e

III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.

§ 2º Para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o **caput** poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.

§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o **caput** poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.

CAPÍTULO III

DOS CONTRATOS DE IMÓVEIS

Contratos para aquisição, locação, nova construção ou ampliação de imóvel

Art. 4º Nos contratos para aquisição, locação, nova construção ou ampliação de imóvel, a área útil para o trabalho individual a ser utilizada por servidor, empregado, militar ou terceirizado que exerça suas atividades no imóvel será estabelecida em ato da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia.

§ 1º O disposto no **caput** se aplica à hipótese de utilização do imóvel por mais de um órgão ou entidade.

§ 2º Para aquisição ou locação de imóvel será considerada a natureza da atividade exercida pelo órgão ou pela entidade, cujas necessidades de instalação e de localização devem condicionar a escolha.

Contratos de locação

Art. 5º A celebração de contratos de locação de imóvel e a prorrogação dos contratos de locação em vigor, com valor igual ou superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, serão autorizadas por ato do Ministro de Estado, do titular de cargos de natureza especial ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, vedada a delegação de competência.

Art. 6º Os procedimentos de seleção de imóveis para locação serão estabelecidos em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

CAPÍTULO IV

DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS

Concessão

Art. 7º A concessão de diárias e passagens aos servidores, aos militares, aos empregados públicos ou aos colaboradores eventuais será autorizada pelo Ministro de Estado ou pelo titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, permitida a delegação:

I - aos titulares de cargos de natureza especial;

II - aos dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado;

III - aos dirigentes máximos das entidades vinculadas;

IV - aos titulares de cargo em comissão ou função de confiança de nível igual ou superior a 5 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS;

V - aos chefes de gabinete dos titulares de cargos de natureza especial; e

VI - aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades.

Autorizações excepcionais

Art. 8º Os Ministros de Estado e os titulares dos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República autorizarão despesas com diárias e passagens de servidores, de militares, de empregados públicos e de colaboradores eventuais nas hipóteses de deslocamentos:

Fl. 27
Ass:

I - por período superior a cinco dias contínuos;

II - em quantidade superior a trinta diárias intercaladas por pessoa no ano;

III - de mais de cinco pessoas para o mesmo evento;

IV - que envolvam o pagamento de diárias nos finais de semana;

V - com prazo de antecedência inferior a quinze dias da data de partida; e

VI - para o exterior com ônus.

Parágrafo único. A competência de que trata o **caput** poderá ser delegada aos dirigentes indicados nos incisos I a V do **caput** do art. 7º, vedada a subdelegação.

Art. 9º As autorizações para despesas com diárias e passagens poderão ser confidencialmente, quando envolverem operações policiais, de fiscalização ou atividades de caráter sigiloso, garantido o levantamento do sigilo após o encerramento da operação ou do deslocamento.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. O Ministério da Economia poderá editar normas complementares para o cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 10-A. No âmbito do Banco Central do Brasil, as autorizações de que tratam os art. 3º, art. 7º e art. 8º serão concedidas conforme estabelecido em seu regimento interno. (Incluído pelo Decreto nº 10.789, de 2021)

Revogação

Art. 11. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012;

II - o Decreto nº 7.930, de 18 de fevereiro de 2013;

III - o Decreto nº 8.056, de 25 de julho de 2013;

IV - o Decreto nº 8.755, de 10 de maio de 2016;

V - o art. 5º do Decreto nº 9.046, de 5 de maio de 2017;

VI - o Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017;

VII - o art. 3º e o art. 5º do Decreto nº 9.533, de 17 de outubro de 2018;

VIII - o Decreto nº 9.712, de 21 de fevereiro de 2019; e

IX - o art. 6º do Decreto nº 9.786, de 8 de maio de 2019.

Vigência

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.12.2019

Fl. 28
Entrar
Ass.

PORTARIA ME Nº 7.828, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

Publicado em 31/08/2022 09h01

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, **resolve**:

Art. 1º Esta Portaria estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

Art. 2º Consideram-se atividades de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;

II - os serviços de conservação, limpeza, jardinagem, mensageria, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações;

III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;

IV - aquisição, locação e reformas de imóveis;

V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos; e

VI - aquisição de materiais de expediente.

Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.

Art. 3º A autorização de que trata o art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, poderá ser realizada em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação.

Parágrafo único. A autorização de que trata o **caput** poderá abranger, em ato único, a celebração ou prorrogação de mais de um contrato, caso em que deverá ser indicado, no mínimo, o número do processo, o objeto e o valor da contratação, devendo ser juntado aos autos antes da efetiva assinatura do contrato.

Art. 4º Poderá ser considerado, para fins de enquadramento dos valores definidos nos termos dos § 2º e § 3º do art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, o valor estimado da contratação ou o valor apurado ao final do procedimento de contratação.

§ 1º Nos casos em que a autorização for realizada com base no valor estimado, não haverá necessidade de retorno do processo à autoridade competente para nova autorização, quando o valor apurado ao final do procedimento estiver dentro do limite de alçada daquele que autorizou a contratação.

§ 2º Quando o valor apurado ao final do procedimento for superior ao limite de alçada daquele que autorizou a contratação, será necessária nova autorização, por parte da autoridade superior competente, observados os limites e instâncias de governança definidos nos termos dos § 2º e § 3º do art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019.

§ 3º Nas contratações de prestação de serviços continuados deverão ser utilizados os valores:

I - anualizado, se o prazo do contrato for igual ou inferior a doze meses; ou

II - constante do termo contratual, se o prazo for superior a doze meses.

§ 4º No caso de prorrogação contratual, a autoridade responsável pela autorização será definida de acordo com o valor constante do termo aditivo, observados os limites e instâncias de governança definidos nos termos dos § 2º e § 3º do art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019.

§ 5º Nas contratações decorrentes da utilização de Ata de Registro de Preços, independentemente de tratar-se de ata elaborada pelo próprio órgão ou à qual tenha aderido, cada contrato deverá, isoladamente, ser precedido de autorização da autoridade correspondente, observados os limites e instâncias de governança definidos nos termos dos § 2º e § 3º do art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019.

Art. 5º O valor de alçada de R$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês previsto no art. 5º do Decreto nº 10.193, de 2019, para a autorização das contratações referentes à locação de imóveis, ou a prorrogação dos contratos em vigor, fica ampliado para R$ 30.000,00 (trinta mil reais) por mês para os seguintes órgãos:

I - Ministério da Economia;

II -

FOLHA Nº 30

RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO EM ATIVIDADE DE CUSTEIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nr 39/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP
TIPO: MAIOR DESCONTO

Declaro que a contratação de Serviços de Manutenção Predial e Elétrica de serviços constantes na tabela SINAPI RR para a 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas Organizações Militares Vinculadas Administrativamente, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas **não enquadra-se em Atividade de Custeio** conforme preconiza o Decreto nº 10.193, de 27 de Dezembro de 2019 e a Portaria ME Nº 7.828, de 30 de agosto de 2022.

Quartel-General em Boa Vista, 18 de outubro de 2023.

RENATO CUNHA MELLO – Cel
Ordenador de Despesas do Cmdo da 1ª Bda Inf Sl

FOLHA Nº 31

RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola/1945)
BRIGADA LOBO D´ALMADA

PREGÃO Nº 39/2023
Processo Administrativo nº 64307.110432/2023-61

DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Declaro para os devidos fins que há dotação orçamentária disponível suficiente para assegurar o cumprimento das obrigações do Pregão Eletrônico SRP nº 39/2023, com fundamento nos termos do § 1° do art. 80 do Decreto-Lei 200/67, incisos I e II do art. 167 da CRFB/1988, bem como o parágrafo único do arts. 11 e 72, inciso IV, ambos da Lei 14.133/2021, e ainda do inciso II do art. 16 e do inciso IV do art. 37, ambos da Lei Complementar 101/00, declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, inclusive criminais, que a despesa que se pretende realizar — objeto, valor e rubricas orçamentárias — é compatível com a Plano Plurianual — PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e com a Lei Orçamentária Anual — LOA, havendo efetivamente recursos financeiros para adimplir a obrigação.

Quartel-General em Boa Vista, 18 de outubro de 2023.

RENATO CUNHA MELLO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Bda Inf Sl

FOLHA Nº 32
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA ADOÇÃO DO REGISTRO DO PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 39/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP
TIPO: MAIOR DESCONTO POR GRUPO

DA UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO COMO MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A escolha do Pregão Eletrônico, como modalidade de licitação, é adequada, pois o serviço a ser contratado "**Pregão Eletrônico - Serviços de Manutenção Predial e Elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica).**" qualifica-se como **comum** pela unidade técnica (art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c item 1.3 do Termo de Referência).

DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

Quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, é cabível nas hipóteses indicadas nos termos do **art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31/03/2023**:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, posto de trabalho ou regime de tarefa; *(não se confundindo entrega parcelada dos produtos com entrega de parcelas do produto, nos termos do entendimento firmado no Acórdão TCU nº 125/2016 – Plenário)*;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração *(podendo a incerteza da demanda ser relacionada com a sua ocorrência ou com a quantidade de bens, conforme Acórdão TCU nº 2.197/2015-Plenário)*.

Feitas estas considerações, verifica-se que, no caso, a Administração apresenta justificativa da opção pelo SRP, conforme enquadramento nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III e V, razão pela qual se faz possível atender a adequada escolha, à luz do artigo retro citado acima. Ainda diante do exposto cabe ressaltar conforme inciso III, os serviços a serem

FOLHA Nº 33
RUBRICA

licitados atenderão as demandas da UASG (160482) e demais órgãos participantes (7º Bis, 6º BEC e UGE/FT LOG HUM) e não participantes que desejarem aderir à ATA.

A necessidade da contratação foi justificada, tendo sido estimado os custos dos serviços a partir de método amparado por documentos juntados aos autos, Termo de Abertura, Requisição, Relatório de Pesquisa de Preço e Mapa Comparativo.

Entretanto, a justificativa dos quantitativos a serem contratados (O levantamento foi feito pela Prefeitura Militar do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, após consulta com as seguintes Organizações Militares Administrativamente Vinculadas (OMVA): ***10º Grupo de Artilharia de Campanha Sl, 1º Batalhão Logístico Sl, 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, Comando da 1ª Bda Inf Sl, Cia Comando, 32º Pelotão de Polícia do Exército, 1º Pelotão de Comunicações, Posto Médico da Guarnição de Boa Vista, Hotel de Trânsito de Oficiais; e Clubes, casas de apoio e outras seções/subseções***.

É certo que em razão do número de instalações sobre responsabilidade da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVAs, áreas que demandam manutenção/reparos constantes para evitar a degradação das estruturas físicas, como também garantir condições dignas e seguras de trabalho e uso. Faz-se necessário o certame licitatório a luz do objeto "**Serviços de manutenção predial e elétrica**".

Quartel-General em Boa Vista RR, 18 de outubro de 2023.

RENATO CUNHA MELLO – Cel
Ordenador de Despesas do Comando 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Fl. 34
Ass. Gpm

Resumo da IRP

Órgão da UASG	UASG Gerenciadora	Nº da IRP
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160482 - 1A. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA/F	160482 - 00072/2023

Lei	Modalidade da Compra	Critério de Julgamento
Lei nº 14.133/2021	Pregão Eletrônico	Menor Preço/Maior Desconto

Data Provável da Licitação	Prazo Estimado de Validade da Ata	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
06/12/2023	12	Não	Não

Gestor de Compras

Gestor de Compras Responsável

Nome	CPF
ERIVELTON DE PAULA MOURA BEATRIZ	403.860.608-27

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail
12 92458494		eriveltondepaulamourabeatriz@gmail.com

Gestor de Compras Substituto

Nome	CPF

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail

UASG Gerenciadora

UASG Gerenciadora	Órgão da UASG
160482 - 1A. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA/RR	52121 - COMANDO DO EXERCITO

Logradouro	Número	Complemento
SMMR - RUA MARQUES DE POMBAL, QUADRA 1, 13 DE SETEN		

Bairro	Município	CEP
	Boa Vista/RR	69308481

Itens da IRP

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
1	Serviço	1627-Manutenção / Reforma Predial	UNIDADE	Maior Desconto	1,0000	160482 - 1A. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA/RR	Boa Vista/RR	1500000
2	Serviço	1627-Manutenção / Reforma Predial	UNIDADE	Maior Desconto	1,0000	160482 - 1A. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA/RR	Boa Vista/RR	1500000
3	Serviço	5606-Instalação / Manutenção Elétrica - Predial, Industrial	UNIDADE	Maior Desconto	1,0000	160482 - 1A. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA/RR	Boa Vista/RR	1166666
4	Serviço	5606-Instalação / Manutenção Elétrica - Predial, Industrial	UNIDADE	Maior Desconto	1,0000	160482 - 1A. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA/RR	Boa Vista/RR	1166666

4 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Fl. 35
Ass.

Adicional

Observação

Anexo(s)

Arquivo	Anexado em
29 - Termo de Referência - atualizado.doc	01/11/2023

Fechar

Fl. 36
Ass: EPm

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

APROVAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES E FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nr 39/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Com fundamento legal nas diretrizes gerais apontadas pela IN SEGES Nº 05, DE 25 DE MAIO DE 2017, recepcionada na Lei Federal nº 14.133/2021, IN SEGES Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021; e IN SEGES Nº 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022, APROVO o presente Estudo Técnico Preliminar e a Formalização da Demanda elaborado pela Equipe de Planejamento, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência com a observância aos dispositivos do respectivo decreto e demais legislações correlatas.

Quartel em Boa Vista-RR, 18 de outubro de 2023.

RENATO CUNHA MELLO - Cel
Ordenador de Despesas do Cmdo da 1ª Bda Inf Sl

FOLHA Nº 36.1
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola/1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PREGÃO Nº 39/2023
NUP: 64307.110432/2023-61

JUSTIFICATIVA PARA NÃO ADOÇÃO DA COTA DE 25% PARA CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP

1) Acerca da previsão legal constante do Art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, no que diz respeito à destinação dos itens da licitação para a participação exclusiva de ME/EPP, mediante a promoção de cota reservada, informo que tal providência foi analisada por este Ordenador de Despesas e, no uso do princípio da discricionariedade, antecipadamente, julgada inadequada, tendo em vista que os valores estimados licitados para cada item são superiores ao limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), como fator determinante para a adoção da cota reservada de até 25% e não o valor unitário de cada item.

2) Por outro lado, cabe registrar que a aplicação da cota reservada de até 25% para ME/EPP tem o potencial de causar prejuízo para a administração, na medida em que exigirá a alteração da constituição do Termo de Referência, com a duplicação dos itens, sem que esteja ao alcance deste órgão determinar para qual participante será destinada a cota de 25% para cada item, sob os seguintes aspectos:

a) Mostra-se prejudicial ao andamento do processo, na medida em que vai exigir retrabalho para aplicar o cálculo da cota reservada de até 25%, tanto na elaboração de novas versões do edital e seus anexos, quanto para a efetivação de alterações não previstas na IRP já encerrada;

b) Mostra-se antieconômico, na medida em que traria inviabilidade de menores preços pela economia de escala;

c) Grande probabilidade de que um mesmo ME/EPP seja o vencedor de todos os itens, tanto na cota reservada de 25% quanto na ampla participação, no gozo do benefício do empate ficto;

d) Possibilidade de apresentação de marcas e modelos diferentes para atender a demanda dos órgãos, com óbices na manutenção posterior; e

3) No tocante à seleção do item a ser destinado a formar a conta de 25% para ME/EPP, a vicejar o entendimento emanado por essa Consultoria, é oportuno considerar que **não existe** nenhuma ferramenta ou instrumento do SIASG Net que tenha a capacidade de gerar a cota reservada.

4) Caso reste alguma dúvida sobre a disponibilidade registrada por este Ordenador de Despesas e seja necessário conferir no portal de compras governamentais, recomendo consultar o seguinte link: http://www.comprasnet.gov.br/popup/tratamentodiferenciado.pdf, no qual constam as seguintes informações:

PROCEDIMENTOS PARA OS USUÁRIOS DO GOVERNO – SIASG E COMPRASNET:

FOLHA Nº 37
RUBRICA

SIASG: Procedimentos para aplicabilidade do tratamento diferenciado – Contratações exclusivas para ME/EPP e Cooperativas, valor estimado em até R$80.000,00 – Decreto nº6.204 de 05/09/2007.

As adequações dos Sistemas iniciam-se no SIDEC expandindo-se para os demais módulos (SISPP, SISRP, COMPRASNET, etc.). As informações serão registradas quando do procedimento de inclusão de aviso (IALAVISO), sendo um dos requisitos o tratamento do benefício pelo edital. O usuário deverá informar se o edital contém benefício (tratamento diferenciado) e qual o tipo de benefício. Nesse sentido, classificamos os benefícios em três tipos:

- Benefício Tipo I – Contratações destinadas exclusivamente para ME/EPP e Cooperativas (valor estimado em até R$80.000,00);

- Benefício Tipo II – Subcontratação de ME/EPP (art. 7º do Decreto); e

- **Benefício Tipo III – Reserva de cota exclusiva** para ME/EPP e Cooperativas (art.8º do Decreto).

OS BENEFÍCIOS DOS TIPOS II E III ACIMA ENCONTRAM-SE EM DESENVOLVIMENTO E SERÃO OBJETOS DE NOVA IMPLANTAÇÃO, COM PRÉVIA DIVULGAÇÃO.(o grifo não é do original)

5) Mesmo com o advento do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, o benefício de reservar a cota de até 25% foi mantido. No entanto, ainda se observa que está mantida a indisponibilidade da ferramenta no SIASG Net.

Quartel-General em Boa Vista, RR, 19 de outubro de 2023.

RENATO CUNHA MELLO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Fl. 38
Pag nº 87
Ass:

3º Sgt FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES, do 1º Pel Com Sl (titular); e

3º Sgt MARCOS GABRIEL BESSA, do 1º Pel Com Sl (substituto eventual).

Em consequência, o Cmt 1º Pel Com Sl, o Oficial Aplicador do EPLO/EO e os demais interessados adotem as providências decorrentes, de acordo com a legislação vigente.

3ª Parte
ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

1. ASSUNTOS GERAIS

a. ALTERAÇÕES DE OFICIAIS

1) APRESENTAÇÃO

- Em 19 JAN 23, apresentou-se por término de passagem do cargo e dos encargos de Cmt B Adm e Ordenador de Despesas de Orçamento, Finanças e Patrimônio da 1ª Bda Inf Sl.

Cel Int ADRIANO **MARTINS** SOUZA

Em consequência, o Fisc Adm/1ª Bda Inf Sl, os demais Agentes da Administração/1ª Bda Inf Sl e os demais interessados adotem as providências decorrentes de acordo com a legislação vigente.

- Em 19 JAN 23, apresentou-se por término de recebimento do cargo e dos encargos de Cmt B Adm e Ordenador de Despesas de Orçamento, Finanças e Patrimônio da 1ª Bda Inf Sl.

Cel Cav RENATO **CUNHA MELLO**

Em consequência, o Fisc Adm/1ª Bda Inf Sl, os demais Agentes da Administração/1ª Bda Inf Sl e os demais interessados adotem as providências decorrentes de acordo com a legislação vigente.

2) APOIO ADMINISTRATIVO

- Passa a cumprir expediente no Gabinete Odontológico (GO) na Cia C/1ª Bda Inf Sl, a contar de 9 JAN 23, vinculando-se admistrativamente à Cia C/1ª Bda Inf Sl.

1º Ten ODT WAGNER DE SOUZA **FARIAS** JUNIOR

Em consequência:
- o Cmt Cia C/1ª Bda Inf Sl receba a apresentação e determine a vinculação administrativa do militar, remetendo ao Cmdo 1ª Bda Inf Sl as informações para que constem no Histórico do Militar e a atualização dos sistemas corporativos do Exército Brasileiro; e
- o Cmt Cia C/1ª Bda Inf Sl, o Aj G/1ª Bda Inf Sl e os demais interessados adotem as providências decorrentes de acordo com a legislação vigente.

3) REVERSÃO DE MILITAR

- Seja revertida ao Cmdo 1ª Bda Inf Sl, a contar de 11 JAN 23, por ter cessado os motivos que a mantinha vinculada admistrativamente a Cia C/1ª Bda Inf Sl.

2º Ten ODT SUYENE **THEREZYNHA MOTA** LIMA

39 Ass: GPM

Nomeação

- Nomeado(a) para compor a Comissão de Descarga de Materiais do Posto Médico de Guarnição de Boa Vista (PMGu BV), de 1º JAN a 31 MAR 23, de acordo o art. 81 do Regulamento de Administração do Exército (RAE)-(R-3), aprovado por meio da Port nº 1.555-C Ex, de 9 JUL 21.

1º Ten QCO DÉBORAH CRISTINA BRITO **SALES**
(Presidente)
2º Ten ODT **STEPHANIR** MATOS DE **FARIAS**
(Membro)
2º Ten OFT JONNATH DAS **CHAGAS** SANTOS
(Membro)

Em consequência, o Fisc Adm/1ª Bda Inf Sl, o Ch PMGu BV e os demais interessados adotem as providências decorrentes de acordo com a legislação vigente

e. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nomeação

- A pedido do Ordenador de Despesas da 1ª Bda Inf Sl, designo os militares a seguir relacionados para compor a Equipe de Planejamento, conforme o inciso III do art. 21 da Instrução Normativa nº 5, de 25 MAIO 17, do SLTI/MPOG, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 55/2022, cujo objeto refere-se à "Aquisição de Equipamento Satelital".

Posto/Grad	Nome	Função
Cap	BRUNO DANIEL **CAMPOY** CARNEIRO	Chefe da Equipe de Planejamento
3º Sgt	MATHEUS **GRACIOLI**	Membro da Equipe de Planejamento
3º Sgt	LUAN ANDRE **MINUSSI** MA	Membro da Equipe de Planejamento

Em consequência:
- a Equipe de Planejamento deverá providenciar a Requisição, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Formalização da Demanda, Três Orçamentos, Relatório de Pesquisa de Preço e Mapa Comparativo e o Mapa de Risco entregando-os ao Ch Seç Licitações/1ª Bda Inf Sl até 31 de janeiro de 2023, conforme previsto nos incisos I, II e III do art. 20 da Instrução Normativa SG/MPDG Nº 5, de 25 MAIO 17; e
- o Fisc Adm/1ª Bda Inf Sl e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes conforme a legislação vigente.

f. NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Nomeação

Designo para o corrente ano com fulcro no §2º e §3º do Art.2º, da Port.064-SEF-03NOV2005 alterada pela Port.015-SEF-20fev2009 e Inciso I, Art.13, CAPITULO IV e §2º, Inciso I e II, do Art.16, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, para exercer a função de Pregoeiro e Equipe de Apoio do Cmdo da 1ª Bda Inf Sl, os seguintes militares:

Fl. 40
Ass:

Cap **LEONARDO** TEIXEIRA OLIVEIRA;

Cap PTTC DORVAL GLADEMIR **BROGLIO**;

Cap **FLÁVIA** DA SILVA RIOS;

Sgt **FERNANDA** NEQUES MACHADO;

Sgt **CLAITON** VICENTE VEIGA DE SOUZA;

Servidor Civil(SC) PAULO SÉRGIO TORREIAS DE CASTRO

Sgt **EUCLYDES** DIAS GOMES;

Sgt VICTOR VICENTE ALVES **SANTANA**;

Sgt PEDRO **MAROSO** PIENIZ;

Sgt JOÃO **PABLO** TORRES SAUCEDA;

Sgt **JORGE LUIZ** DOS SANTOS VESTENA;

Sgt **ERIVELTON** DE PAULA MOURA BEATRIZ;

Sgt PEDRO PAULO **FIGUEIREDO** BRITO;

Sgt LUCAS BARBOSA **TAVARES**;

Sgt **CAIO** CESAR PORTO FERREIRA.

Em consequência, o Setor de Licitações, os militares nomeados e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes de acordo com a legislação vigente.

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

Sem Alteração

2. DISCIPLINA

Sem Alteração

Gen Bda MARCELO LORENZINI ZUCCO
Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Enap Escola Nacional de Administração Pública

EV.G
escolavirtual.gov.br

CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **ERIVELTON DE PAULA MOURA BEATRIZ** concluiu o curso Formação de Pregoeiros - Teoria (Turma JAN/2022) com início em 07/01/2022 e com carga-horária de 20 horas.

Diogo G. R. Costa
Presidente
Escola Nacional de Administração Pública - Enap

gov.br

Compras.gov.br

Fl. 42
Ass: EPM

PREGÃO ELETRÔNICO
39/2023

CONTRATANTE (UASG)
160482

OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de Manutenção Predial e Elétrica de serviços constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALORTOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 5.333.332,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **XX/XX/XXXX**às **XXh (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
maior desconto por item global

MODO DE DISPUTA:
aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

43

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . 9
7. DA FASE DE JULGAMENTO 13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 21
11. DOS RECURSOS 22
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 23
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 26

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fl. 44
Ass: ERm

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº39/2023

(Processo Administrativo n°64307.110432/2023-61)

Torna-se público que o que o Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, por meio da Seção de Licitações e Contratos, sediado Avenida Marquês de Pombal, s/n,Marechal Rondon, Boa Vista-RR realizará licitação, *para registro de preços,* na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento ***maior desconto por item global***, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para prestação de serviços de Manutenção Predial e Elétrica de serviços constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o maior desconto por item global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto..

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

45
Proc. GPM

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

46

agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

47
Ass:

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possuiempregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

48
Assi.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca (se houver); e

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

49
Ass:

5.1.3. Fabricante (se houver)

5.1.4. **Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.**

5.1.4.1. **As especificações dos objetos constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital devem sempre prevalecer sobre as especificações do CatMat/CatServ do sistema COMPRAS.GOV, na hipótese de serem apenas semelhantes.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. **Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.**

5.8. **A licitante optante pelo SIMPLES NACIONAL que venha a ser contratada estará sujeita à exclusão obrigatória do SIMPLES NACIONAL.**

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 **(noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

50
Ass: GPM

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. A licitação será dividida em 2 grupos (ou lotes), formados por 2 (dois) itens cada um, conforme tabelas constantes do Termo de Referência, facultando-se à empresa licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse.

6.6. Os itens que compõem cada grupo refletir-se-á na tela de proposta da licitante que obrigatoriamente deverá cotar todos os itens do grupo, conforme Termo de Referência (Anexo I).

6.7. **O lance deverá ser ofertado pelo maior desconto que incidirá sobre a tabela SINAPI-RR.**

6.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.9. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,5% (meio por cento).

6.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fls. 52
Ass.: [illegible]

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

53

Ass: GPm

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 2 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

54

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.5. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio das Planilhas de Custos e Formação de Preços, a serem preenchidas pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme **ANEXO IV** deste Edital.

7.6. As planilhas do **ANEXO IV** deverão ser encaminhadas pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **até 2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fl. 55
Ass. EPM

(informada pelo sistema, no chat), com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

7.7. A Planilha de Custos e Formação de Preços é o instrumento através do qual a Administração realizará o julgamento das propostas, analisará a composição de custos decorrentes da execução do contrato, realizará a fiscalização do contrato e embasará a análise das repactuações de preços.

7.8. As planilhas do **ANEXO IV** deverão ser enviadas em formato eletrônico (Excel ou similar) para que seja possível acompanhar o cálculo que foi utilizado para se chegar aos valores e percentuais, mantendo abertas as fórmulas em todas as células. As planilhas deverão estar, com preços expressos em Real (R$), devidamente identificadas em todas as folhas com o nome e CNPJ da empresa. **Todos os cálculos devem ser com duas casas decimais.**

7.9. **Para envio da planilha, o sistema enviará, via chat, mensagem de convocação, disponibilizando-a para todos. Nesse momento, o fornecedor convocado deverá encaminhar as planilhas constantes do ANEXO IV, por meio do link "anexar", disponível apenas para o fornecedor selecionado.**

7.10. **As licitantes devem elaborar sua planilha com a máxima atenção. Será resguardado o direito de readequar a proposta, desde que o preço global do lance não seja alterado. Entretanto, como em pregões eletrônicos anteriores, empresas têm usado excessivamente o direito de readequar a proposta sem alterar o valor global do lance, o pregoeiro concederá apenas 2 (duas) oportunidades para envio da planilha correta. Se na segunda oportunidade a licitante não conseguir adequar a planilha, sua proposta será desclassificada. O prazo será sempre de 2 (duas) horas contados da solicitação do pregoeiro. Por exemplo: empresa detentora do menor preço envia, pela primeira vez, a planilha dentro do prazo de 2 (duas) horas. O pregoeiro analisa e concede a primeira oportunidade de correção. Se o erro persiste, concede a segunda oportunidade de correção.**

7.11. O prazo será sempre de até 2 (duas) horas em cada oportunidade. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo mediante solicitação fundamentada no chat (em cada oportunidade) por até 60 (sessenta) minutos, desde que haja justificativa fundamentada da licitantes.

7.12. Os ajustes se limitam a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

7.13. A licitante será automaticamente desclassificada, sem chances de readequar a proposta quando em qualquer das oportunidades:

7.13.1. deixar de enviar as planilhas;

7.13.2. enviar documento ou planilhas sem dados;

Fl. 56
Ass.

7.13.3. enviar planilhas com dados em desacordo com o objeto dessa licitação. Por exemplo, o objeto da licitação é para contratação de serviço para manutenção de áreas verdes e a licitante envia planilhas com dados referentes a contratação de serviços de vigilância.

7.13.4. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

7.13.5. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.13.6. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.13.7. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), percentual de desconto superior ao considerado razoável para exequibilidade e não comprovar tal exequibilidade ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.13.8. O pregoeiro poderá efetuar diligências a fim de verificar a exequibilidade da proposta, tais como: pedir balanço patrimonial da empresa, demonstrativo de viabilidade de valores apresentados, etc.

7.13.9. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

7.13.10. Somente após o recebimento dos Anexos será iniciada a etapa de aceitação de proposta. O pregoeiro conferirá se as planilhas estão de acordo com o edital, bem como todos os componentes de custo estão em conformidade com a legislação aplicável.

7.13.11. Deverá ser elaborada uma planilha para cada tipo de serviço / local de prestação.

7.13.12. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.13.1. contiver vícios insanáveis;

7.13.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.13.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.13.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.13.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.14. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Fl. 57

7.14.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.14.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.14.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.14.2. Para os serviços sob demanda (considerados serviços de engenharia de natureza comum), além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.14.3.

7.14.4. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.14.5. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.14.6. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

7.14.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.14.8. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.15. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.16. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Em se tratando de serviços de engenharia (serviços sob demanda sobre o qual o licitante dará o desconto) este desconto incidirá sobre tabela SINAPI + BDI apresentado pelo licitante. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora

Fl. 58
Ass: epm

7.17.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.18. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preçoe que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.18.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.18.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.19. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderáser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fl. 59
Ass: CPM

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20%, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pala administração.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.11. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado via e-mail compras_brigada@hotmail.com.

8.12. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.13. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fl. 60
Ass:

dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.1.

8.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:**

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fl. 62
Ass. 8pm

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação,será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fl. 63
Ass:

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. **o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.**

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

1.1. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fls: 64
Ass:

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

Fls: 65
Ass:

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 2% (dois) por cento do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será 15% (quinze) por cento do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

Fls: 66
Ass:

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, via e-mail: compras_brigada@hotmail.com

67
Ass: ePm

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

1.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, situado na Av. Marques de Pombal, S/Nº, Bairro 13 de setembro, Setor Militar Marechal Rondon, Boa Vista/RR, CEP: 69.308-515 Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 12 horas e 13:00 horas às 16:30

68
Ass:

horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.10.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.10.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.10.3. ANEXO III – Planilha de Formação de Preços

14.10.4. ANEXO IV – Declaração de Vistoria

14.10.5. ANEXO V – Declaração de Não Vistoria

14.10.6. ANEXO VI – Declaração de Sustentabilidade

14.10.7. ANEXO VII – Minuta da Ata

14.10.8. ANEXO – A

14.10.9. ANEXO – B

14.10.10. ANEXO – C

Boa Vista - RR..... de ..... de 2023.

RENATO CUNHA MELLO –Cel
Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Fl. 69
Ass: GPm

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola/1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

Pregão 39/2023

Processo Administrativo n° 64307.110432/2023-61

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.1.1. Contratação de Serviços de Manutenção Predial e Elétrica de serviços constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GP	Item	Código CAT/MAT	Objeto	Und	Quantidade	Valor de referência	Valor Total
01	01	1627	Serviços de manutenção predial conforme o anexo A, a serem prestados na unidade situada em Boa Vista – Roraima.	Sv	R$ 1.500.000	R$ 1,00	R$ 1.500.000,00
	02	1627	Serviços de manutenção predial com fornecimento de peça conforme o anexo A, a serem prestados na unidade situada em Boa Vista – Roraima	Sv	R$ 1.500.000	R$ 1,00	R$ 1.500.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 1				**R$ 3.000.000,00**			
02	03	5606	Serviços de Instalações Elétricas conforme o anexo A, a serem prestados na unidade situada em Boa Vista – Roraima.	Sv	R$ 1.166.666	R$ 1,00	R$ 1.166.666,00
	04	5606	Serviços de Instalações Elétricas com fornecimento de peça conforme o anexo A, a serem prestados na unidade situada em Boa Vista – Roraima.	Sv	R$ 1.166.666	R$ 1,00	R$ 1.166.666,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 2				**R$ 2.333.332,00**			
TOTAL				**R$ 5.333.332,00**			

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

Fl. 70
Ass: ORm

OMVAs PREDIAL	%	TOTAL
GAC	10,91%	R$ 327.272,73
BLOG	10,91%	R$ 327.272,73
ESQD	5,00%	R$ 150.000,00
CMDO 1ª BDA INF SL	32,43%	R$ 972.818,18
CIA C/	7,00%	R$ 210.000,00
32º PEL PE	3,0%	R$ 90.000,00
1º PEL Com	3,0%	R$ 90.000,00
PMGU	10,91%	R$ 327.272,73
HTO	3,03%	R$ 90.909,09
PNR	12,30%	R$ 369.000,00
CLUBE C. APOIO	1,52%	R$ 45.454,55
TOTAL		R$ 3.000.000,00

OMVAs ELÉTRICA	%	TOTAL
GAC	10,91%	R$ 254.566,67
BLOG	10,91%	R$ 254.566,67
ESQD	5,00%	R$ 116.666,67
CMDO 1ª BDA INF SL	32,43%	R$ 756.466,67
CIA C/	7,00%	R$ 163.333,33
32º PEL PE	3,0%	R$ 70.000,00
1º PEL Com	3,0%	R$ 70.000,00
PMGU	10,91%	R$ 254.566,67
HTO	3,03%	R$ 70.700,00
PNR	12,30%	R$ 287.000,00
CLUBE C. APOIO	1,52%	R$ 35.466,67
TOTAL		R$ 2.333.333,33

1.1.1.2.
1.1.1.3.
1.1.1.4.
1.1.1.5.
1.1.1.6.
1.1.1.7. O

1.1.1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3. Será utilizada a tabela SINAPI mais atualizada do Estado de Roraima (itens com serviço no Estado de Roraima) para a solicitação do serviço.

1.4. O critério de julgamento do certame será sobre o **maior desconto ofertado sobre a tabela SINAPI – RR**.

1.5. Todos os serviços constantes da tabela SINAPI – RR que sejam congêneres aos serviços listados na tabela acima poderão ser solicitados.

1.6. O valor de R$ 1,00 é meramente referencial para enquadramento do serviço ao sistema (SIASG). O valor total que poderá ser contrato será a quantidade expressada na unidade de fornecimento.

1.6.1.1. Em caso de divergência entre o CATMAT e a descrição deste TR, prevalecerá a descrição constante deste Termo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1.1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023 conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

Fl. 71
Ass: ePm

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei n. 14.133/2021)

4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

Sustentabilidade

5.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.2. As empresas contratadas deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

5.2.1. Adotar **Critérios de sustentabilidade LEED o**u Leadership in Energy and Environmental Design. (Eficiência de uso de água; Eficiência energética; Materiais e recursos; Qualidade ambiental interna; Inovação e processo).

5.2.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

5.2.3. Cumprir a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), cujo art. 7º, inciso II, destaca como um dos objetivos não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

5.2.4. **Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso.**

5.3. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

Requisitos:

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

Fl. 72
Ass:

5.3.1. Serviço continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

5.3.2. Possuir em seus quadros, responsável habilitado pelo CREA, conforme a natureza do serviço a ser prestado, isto é, engenheiro elétrico para os serviços que envolvam toda a parte elétrica (estrutural e de manutenção) e engenheiro civil para os demais serviços da construção civil.

5.3.3. Estar a empresa registrada no CREA e com certidão válida no momento da habilitação, da contratação e da emissão na Nota de Empenho.

5.3.4. A empresa interessada deve atender aos critérios de sustentabilidade ambiental, devendo entregar no momento da habilitação via sistema, a declaração conforme anexo X do edital.

5.3.5. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, conforme anexo IV e V do edital.

5.3.6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato

5.3.7. A quantidade estimada de deslocamentos será feita mediante a necessidade de contratação de serviço por esta UASG, e será de inteira responsabilidade da contratada, devendo arcar com todos os custos.

5.3.8. Os custos com deslocamento para todos os municípios onde serão realizados os serviços serão por conta da contratada

5.3.9. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

5.3.10. O contrato terá validade inicial de 12 (doze) meses após a sua assinatura e poderá ser prorrogado.

5.3.11. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.4. Vistoria

5.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

73

peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 10h00min horas às 14h30min às 16h00min horas.

5.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.4.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.4.6. O contato para agendamento da vistoria nas instalações do órgão gerenciador será por meio do e-mail: compras_brigada@hotmail.com, Seção de Licitação, onde será encaminhado para o responsável.

5.4.7. Os gastos com deslocamento para realização de vistoria serão por conta da licitante interessada em participar do certame.

5.4.8. A licitante que realizar a vistoria deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.4.9. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

74

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021)

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.2. O detalhamento da contratação encontra-se em anexo "A" e "B" deste termo de referência.

6.3. O anexo "C" refere-se às despesas indiretas da contratada.

6.4. Data para início da execução do objeto: após o recebimento do empenho e antes do início das atividades, ocorrerá uma reunião de entendimento (reunião de Kick off) entre as partes (Contratante e Contratada), a ser definido pela CONTRATANTE, logo após a reunião, será emitido cronograma dos serviços com data de início das atividades.

6.5. A empresa deverá, obrigatoriamente, após a reunião apresentar cronograma para execução das etapas dos serviços que forem empenhados no prazo de 7 (sete) dias, mediante solicitação da CONTRATANTE.

6.6. Local e horário da prestação dos serviços: Os serviços serão recebidos no seguinte endereço: do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, situado na Av. Marques de Pombal, S/Nº, Bairro 13 de setembro, Setor Militar Marechal Rondon, Boa Vista/RR, CEP: 69.308-515.

6.7. Os serviços serão recebidos no seguinte horário: de Segunda-feira a Quinta-feira: das 9h às 12h e 13h às 16h; Sexta-Feira: das 8h às 12h.

6.8. Cronogramas de realização dos serviços

6.8.1. Início: conforme 6.4.

6.8.2. Término: conforme anexo B.

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1.1.1. Conforme Anexos A, B e C deste TR.

7.1.1.2. Materiais a serem disponibilizados

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

7.1.1.3. Conforme o subitem acima, a contratada deverá fornecedor todo o material (ferramentas, pessoal, equipamentos etc.) necessários para a execução do serviço, ficando a contratante com a responsabilidade de fornecimento do material que o serviço porventura venha exigir, como por exemplo, o serviço de pintura de parede, no qual a contratada deverá fornecer os materiais para execução do serviço comao rolo de pintura, espátula, lixa, bandeja etc., e a contratante deverá fornecer a tinta;

8. Os itens 7.1., 7.2. demais subitens aplicam-se aos demais serviços da tabela SINAPI RR;

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO O (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

9.1.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.1.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.1.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.1.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para

Fl. 76
Ass:

reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros, (IN 5/2017, art. 44, 31º).

Preposto

9.2.1.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado

9.2.1.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato, conforme (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

9.2.1.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade, conforme (IN 5, art. 44, §1º)

Fiscalização

9.2.1.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

9.2.1.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

9.2.1.6. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

9.2.1.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

9.2.1.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

9.2.1.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

9.2.1.10. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

9.2.1.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.2.1.12. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

9.2.1.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

Fl. 78
Ass: CPM

adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

9.2.1.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

9.2.1.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

9.2.1.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

9.2.1.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

9.2.1.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

9.2.1.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Fls: 79
Ass:

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

10.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.1.3. não produzir os resultados acordados,

10.1.4. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

10.1.5. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

10.2.1.1. Tendo em vista a necessidade da entrega dos materiais serem definidas em datas específicas, conforme eventos da Instituição e datas comemorativas, o atraso da entrega do serviço na data solicitada pela parte contratada acarretará na retenção de 5% (cinco por cento) do valor da prestação do serviço.

10.2.1.2. Do recebimento

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

Fl. 80
Ass:

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, contado do aviso oficial da contratada sobre o término da entrega de todos os itens , pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme (art. 140, I, alínea "a" da Lei nº 14.133/21 e Arts. 22, X e 23, VII do Decreto n° 11.246, de 2022).

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, VII Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

10.2.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.2.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

10.2.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.2.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.2.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.2.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.2.9. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

10.2.10. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes,

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

Fl. 82
Ass:

solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.2.11. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.2.12. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.2.13. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.2.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.2.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.2.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2.16.1. Liquidação

10.2.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.2.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021



10.2.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.2.20. o prazo de validade;

10.2.21. a data da emissão;

10.2.22. os dados do contrato e do órgão contratante;

10.2.23. o período respectivo de execução do contrato;

10.2.24. o valor a pagar; e

10.2.25. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

10.2.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

10.2.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Fl. 84
Ass:

10.2.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.31. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.2.32.1. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA ou instrumento substituto de correção monetária.

10.2.32.2. Forma de pagamento

Fl. 85
Ass:

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

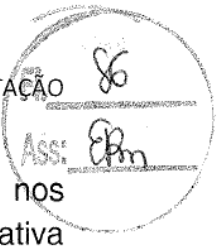
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.2.32.3. Antecipação de pagamento

A presente contratação **não** permite a antecipação de pagamento.

10.2.32.4. Cessão de crédito



É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO A (art. 6º, inciso XLV da Lei n. 14.133/2021).

11.1.1.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

87
Ass:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO** sobre a tabela SINAPI - RR, conforme (art. 6º, inciso XLI da Lei n. 14.133/2021).

11.1.1.2. Regime de execução

O regime de execução do contrato será o regime de execução de empreitada por preço unitário, conforme (art. 6º, inciso XXVIII da Lei n. 14.133/2021).

11.1.1.3. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

11.1.1.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.1.1.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.1.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

11.1.1.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.1.1.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

11.1.1.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.1.1.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.1.1.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.1.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.1.1.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.1.1.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.1.1.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.1.1.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Fl. 89
Ass.

11.1.1.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.1.18. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.1.1.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ou *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.1.1.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

11.1.1.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.1.1.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

11.1.1.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

11.1.1.24. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.1.1.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

11.1.1.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.1.1.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.1.1.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

11.1.1.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

11.3. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

11.4. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

11.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.5.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

11.5.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.5.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu

Fls: 91
Ass:

suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.5.2. **Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: Nome da Licitante, CNPJ, razão social e o domicílio; Nome da pessoa Jurídica de Direito Público ou privado que emitiu o atestado (colocar a Razão Social/nome do órgão e o CNPJ); Dados do Contrato (ou instrumento semelhante) ou outro instrumento (Notas Fiscais) firmado pela licitante com a Pessoa Jurídica Pública ou Privada; Em quantidade de 30% (trinta por cento) da quantidade estimada para cada item licitado.**

11.5.2.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

11.5.3. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

11.5.4. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

11.5.5. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

11.5.6. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

11.5.7. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

11.5.8. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

11.5.9. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será **R$ 5.333.333,33 (Cinco milhões trezentos e trinta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos**).

12.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

12.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

12.4. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.4.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.4.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.4.1.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

12.4.1.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação ficarão postergada ao momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou seja, para licitações de registro de preço, sendo assim a Administração depende da descentralização de recursos orçamentários para realizar a

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

referida contratação constantes da tabela do item 1 deste Termo de Referência, nos termos do art. 17 do decreto nº 11.462, de 2023.

Quartel-General em Boa Vista, 31 de outubro de 2023.

LOURINALDO ARAÚJO DOS SANTOS – 1º Ten

Chefe da Equipe de Planejamento

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

Fl. 94
Assc:

DE S P A C H O:

APROVO o presente **Termo de Referência**, bem como **AUTORIZO** a realização de procedimento licitatório, via Pregão Eletrônico SRP, nos termos da lei 14.133/2021 e determino que as ações praticadas pelos agentes subordinados sejam empreendidas na forma da lei e na busca do interesse público, tendo como caráter orientativo o Manual de Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU (4ª edição) e o Compêndio de Perguntas e Respostas sobre Licitações da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União - CGU, e ainda com observância a demais legislações correlatas.

Boa Vista, RR, 31 de outubro de 2023

RENATO CUNHA MELLO – Cel
Ordenador de Despesas do Cmdo da 1ª BdaInfSl

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

Fl. 95
Ass:

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola/1945)
BRIGADA LOBO D´ALMADA

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
(Processo Administrativo n.º 64307.110432/2023-61)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) .....E A EMPRESA.....

A União, por intermédio do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede na Av. Marquês de Pombal, S/Nº, Bairro Treze de Setembro, Setor Militar Marechal Rondon, CEP: 69.308-515, na cidade de Boa Vista /RR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo Coronel RENATO CUNHA MELLO, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no DOU de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) .....,inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na....., em..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de Serviços de Manutenção Predial e Elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico –Serviços sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva - Lei n.º 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano (12 doze meses) contado da assinatura entre as partes, podendo ser prorrogável na forma do artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. A vigência poderá ser prorrogada nos termos da Lei 14.1333/2021 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais, sendo que nas renovações anuais, o índice para reajuste de preços será o **INPC/IBGE ou IPCA/IBGE** acumulado no período (o de menor variação), ou na hipótese de extinção desse índice, por outro que venha a substituí-lo

2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos.

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico –Serviços sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva - Lei n.º 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fl. 97
Ass.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R$ 5.333.332,00 (Cinco Milhões e Trezentos e Trinta e Três Mil e Trezentos e Trinta e Dois reais.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *****

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **INPC/IBGE ou IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico –Serviços sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva - Lei n.º 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo *de 30 (trinta) dias,* a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II)e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico –Serviços sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva - Lei n.º 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fl. 99
Ass:

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico –Serviços sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva - Lei n.º 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico –Serviços sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva - Lei n.º 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fl. 101
Ass.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, *até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico –Serviços sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva - Lei n.º 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada: **********

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico –Serviços sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva - Lei n.º 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fl. 104
Ass:

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Boa Vista/RR, Seção Judiciária de Boa Vista/RR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Boa Vista/RR, ...de..... de 2021

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Fl. 105
Ass.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PREGÃO Nº 39/2023
(Processo Administrativo n.° 64307.110432/2023-61)

ANEXO III

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (SERVIÇOS)

COMPOSIÇÃO DO CUSTO - SERVIÇOS									
SINAPI 06/2022	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QNT**	**V. SINAPI**	**DESCONTO %**	**V/ C DESCONTO**	**BDI %**	**V.C/BDI**	**V. TOTAL**

Nº

FOLHA Nº 006
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PREGÃO Nº 39/2023
(Processo Administrativo nº. 64307.110432/2023-61)

ANEXO IV
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUADO SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A (nome da empresa), inscrito no CPNJ sob o n° (n° CNPJ), com sede no(a), (endereço da empresa), atesta que conhece as condições e locais para execução do objeto tendo realizado vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Boa Vista – RR, ___/_____/_____

ASSINATURA

EMPRESA, CNPJ

FOLHA Nº 107
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PREGÃO Nº 39/2023
(Processo Administrativo nº. 64307.110432/2023-61)

ANEXO V
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUADO SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

A (nome da empresa), inscrito no CPNJ sob o n° (n° CNPJ), com sede no(a), (endereço da empresa), declara ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, e assume total responsabilidade pelo fato da não vistoria e que não utilizará disto para quaisquer questionamentos futuros que cnscjem avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

Boa Vista – RR, ___/_____/_____

ASSINATURA
EMPRESA, CNPJ

FOLHA
Nº 108

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola/1945)
BRIGADA LOBO D´ALMADA

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1.1A licitante deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante neste anexo.

1.1.1 Tal exigência visa atender aos seguintes dispositivos normativos: ao art. 170 da CF/1988, Lei n° 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, bem como proporcionar e incentivar a inserção de novos produtos de natureza sustentável no mercado nacional, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes contratantes.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROPONENTE:_____

ENDEREÇO:_____

CNPJ:_____TELEFONE:_____

Declaro, sob as penas da Lei n° 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico n° 03/2023, instaurado pelo Processo n° **64307.110432/2023-61**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, inclusive as exigências do INMETRO previstas na INNr 06/13, que regulamenta as atividades poluidoras utilizadoras de recursos ambientais.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral, ao que estabelece o art. 6° e seus incisos, da Instrução Normativa n° 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Boa Vista - RR, ____ de _____ de 2023.

XXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor e Representante legal da Empresa

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

(assinatura e carimbo)

Fl. 009
Proc. 8m

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola/1945)
BRIGADA LOBO D´ALMADA

ANEXO VII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTINUADOS)

O Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede na Av. Marquês de Pombal, S/Nº, Bairro Treze de Setembro, Setor Militar Marechal Rondon, CEP: 69.308-515, na cidade de Boa Vista /RR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.569.314/0001-84 neste ato representado(a) pelo Sr Coronel RENATO CUNHA MELLO, nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 39/2023, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s)empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s)quantidade(s)cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **prestação de Serviços de Manutenção Predial e Elétrica de serviços constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica)**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 39/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*				
ITEM	DESCRIÇÃO/	Unidade de	Quantidade	Valor Unitário

	ESPECIFICAÇÃO	Medida		
1				
.....				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

3.2. Os órgãos e entidades públicas participantes são: **********

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP **poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes**, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores pratica dos pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura entre as partes, **podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Fl. 113
Ass:

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitante sou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação,com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes,atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. Aexistênciadepreçosregistradosimplicarácompromissodefornecimentonascondições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação,poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

114
Ass. GPM

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos eàs entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederáao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis paraa obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços,observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãosou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgãoou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PREGÃO Nº 39/2023
(Processo Administrativo n.° 64307.110432/2023-61)

ANEXO A
Especificações Técnicas dos Serviços

Estas especificações têm como objetivo orientar sobre as normas e condições para execução dos serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva das edificações utilizadas 1ª BdaInfSl, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
A empresa **CONTRATADA** é responsável por todos os itens relacionados à execução do objeto da licitação, que incluem: o fornecimento de mão-de-obra necessária, fornecer aos empregados os equipamentos de proteção de segurança que se fizerem necessários, a disponibilização de equipamentos e máquinas, o pagamento de todas as obrigações tributárias, trabalhistas e da previdência social, os seguros pertinentes, a instalação e a manutenção do canteiro de obra, bem como, a regularização das atividades nos órgãos públicos, relativos ao licenciamento e registro profissional.
Qualquer alteração decorrente de fatores não previstos ou evidenciados durante o transcorrer da execução do serviço, somente poderá ser iniciada se for, previamente, autorizada, por escrito, pelo Fiscal do Contrato.
Quaisquer dúvidas na presente especificações serão esclarecidas pela **FISCALIZAÇÃO**.
Deverão ser previstas as recomposições de todos os acabamentos e instalações que vierem a sofrer danificação oriunda dos serviços de manutenção, tais como:

- cortes de esquadrias, fachadas e alvenarias, perfuração nas paredes, quebras de pisos e forros, que serão devidamente remunerados quando parte da execução;
- A mão-de-obra deverá possuir experiência comprovada no mercado, para a execução conforme a tabela do SINAPI de Roraima;
- Deverão ser realizadas todas as demolições necessárias à execução dos serviços contratados;
- Deverão ser removidos todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços contratados;
- Os equipamentos e materiais removidos deverão ser estocados em locais previamente determinados pela fiscalização ou eliminados, também a critério da CONTRATANTE.

Os Serviços de manutenção predial (Item 01) engloba:

Item 01 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

Os danos a quaisquer peças, elementos construtivos ou objetos que devam ser recolocados nos locais de origem após a execução de serviços que demandem sua retirada são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, ficando este, em caso de avarias, responsável pela reposição de idêntica peça, elemento ou objeto, respeitando marca, modelo, cores, composição química e dimensões originais. Antes do início dos serviços a **CONTRATADA** procederá a um detalhado exame e levantamento dos elementos que serão demolidos ou removidos. O entulho proveniente da demolição deverá ser removido, a expensas da **CONTRATADA**, para local definido por órgão competente municipal. As demolições serão efetuadas dentro da mais perfeita técnica. Serão executadas manual e progressivamente, utilizando-se ferramentas portáteis, tomando-se os devidos cuidados de forma a se evitarem danos a terceiros, aos bens públicos e aos materiais e equipamentos a serem reaproveitados. As demolições e retiradas deverão ser executadas com o máximo de cuidado de modo a produzir o menor impacto possível, observando, sobretudo, os aspectos estruturais. O material a ser demolido deverá ser retirado com todo cuidado para não causar danos aos mobiliários e aos equipamentos dos locais de trabalho. No ato da demolição deverão ser observados todos os cuidados com a segurança do trabalhador, que deverá estar com seu EPI completo, seguindo a legislação prevista na NR-6 e NR-18. Todas as ações necessárias para evitar a evitar a poeira oriunda do entulho transportado, bem como, para reduzir os ruídos, que são frutos da demolição,

deverão ser tomadas pela **CONTRATADA**, a fim de minimizar os inevitáveis transtornos causados aos servidores, que estão em atividade nas salas próximas. A **CONTRATADA** deverá sempre estar atenta a não prejudicar o desempenho operacional das atividades do **1ª BdaInfSl** de forma geral, buscando ensacar o entulho, isolar fisicamente as áreas onde ocorrerá as demolições, realizar a limpeza contínua e tudo mais necessário. A **CONTRATADA** poderá contratar empresa especializada para retirada dos resíduos sólidos, que esteja plenamente autorizada pelo Poder Público para realizar essa atividade, buscando sempre atender a legislação ambiental vigente, dando **o** destino correto ao bota-fora, que é da inteira responsabilidade da **CONTRATADA**. A retirada poderá ser feita em contêineres de remoção periódica de entulho, não podendo, sob hipótese alguma, acumular ou ter sua retirada prolongada

Item01 PAREDES E PAINÉIS

Se as dimensões dos tijolos a empregar obrigarem a pequena alteração dessas espessuras, serão efetuadas as necessárias modificações nos desenhos, depois de consultada a **FISCALIZAÇÃO**. Haverá o cuidado de não deixar panos soltos de alvenaria por longos períodos e nem os executar muito alto de uma só vez. As alvenarias apoiadas em alicerces serão executadas, no mínimo, 24h após a impermeabilização desses alicerces. Nesses serviços de impermeabilização serão tomados todos os cuidados para garantir a estanqueidade da alvenaria e, consequentemente, evitar o aparecimento de umidade ascendente. O assentamento dos componentes cerâmicos será executado com juntas de amarração. As fiadas serão perfeitamente de nível, alinhadas e aprumadas. Para o alinhamento vertical da alvenaria – prumada – será utilizado o prumo de pedreiro. As juntas de argamassa terão, no máximo, 10 mm. No caso de alvenaria de blocos cerâmicos é vedada a colocação de componente cerâmico com furos no sentido da espessura das paredes. Todas as saliências superiores a 40 mm serão construídas com componentes cerâmicos. A execução da alvenaria será iniciada pelos cantos principais ou pelas ligações com quaisquer outros componentes e elementos da edificação. Após o levantamento dos cantos será utilizada como guia uma linha entre eles, fiada por fiada, para que o prumo e a horizontalidade fiquem garantidos. Para as obras com estrutura de concreto armado a alvenaria será interrompida abaixo das vigas e/ou lajes. Esse espaço será preenchido, após sete dias, de modo a garantir o perfeito travamento entre a alvenaria e a estrutura. O preenchimento do espaço – aludido no item anterior – poderá ser executado por um dos seguintes processos construtivos: A argamassa com expansor, com altura de 30 mm, aproximadamente. Os panos de alvenaria não poderão ter comprimento superior a 5 metros. Quando tal acontecer, serão embutidos pilaretes, de concreto armado, para que essa exigência venha a ser atendida. Os panos de alvenaria não poderão ter altura superior a 3 metros. Quando tal acontecer, serão embutidas cintas de amarração, de concreto armado, para que essa exigência venha a ser atendida. O dimensionamento dos pilares e das cintas de amarração será efetuado pelo construtor e autenticado pela **FISCALIZAÇÃO**, antes da execução desses componentes estruturais. Para obras que não exijam estrutura de concreto armado, a alvenaria não deve servir de apoio direto para as lajes. Nessa hipótese, será prevista uma cinta de amarração, em concreto armado, sob a laje e sobre todas as paredes que dela recebam cargas. Sobre o vão de portas serão moldadas ou colocadas vergas. Sob o vão de janelas, basculante e/ou caixilhos serão moldadas ou colocadas contravergas. As vergas e contravergas excederão a largura do vão de, pelo menos, 30 cm em cada lado e terão altura, mínima, de 10 cm. As vergas dos vãos maiores do que 2,40 m serão calculadas como viga.
Será verificada, periodicamente, durante o levantamento da alvenaria e comprovada após a alvenaria erguida, não devendo apresentar distorção maior do que 5mm. A verificação será procedida com régua, de metal ou de madeira, posicionando-a em diversos pontos da parede. Será verificado, periodicamente, durante o levantamento da alvenaria e comprovado após a alvenaria erguida. Essa verificação será efetuada com mangueira plástica, transparente, que tenha diâmetro maior ou igual a 13mm.

Item 01VIDRO

Os serviços de vidraçaria serão executados rigorosamente de acordo com os detalhes do projeto arquitetônico e com as disposições constantes as Normas Brasileiras pertinentes. As chapas serão manipuladas de modo a não entrar em contato com materiais duros, capazes de acarretar defeitos em suas superfícies e bordos. O armazenamento das chapas na obra será feito em local adequado, abrigado de unidade. As pilhas serão cobertas para evitar poeira. Possíveis manchas coloridas (irisação) poderão ser removidas com solução de fluoreto de amônia a 10% em água (produto perigoso de ser manuseado). Manchas cinza, em pontos, removem-se com solução de ácido fluorídrico a 4% (esta solução ataca peças metálicas). A espessura dos vidros será de 4mm para divisórias. As placas de vidro não deverão apresentar defeitos de corte (beiradas lascadas, pontas salientes, cantos quebrados, corte em bisel) e nem apresentar folga excessiva com relação ao segundo requadro de encaixe. Não se usará massa de vidraceiro para assentamento.

Item 1 REVESTIMENTO

Antes de iniciado qualquer serviço de revestimento, deverão ser testadas as canalizações, à pressão recomendada para cada caso. As superfícies a revestir deverão ser limpas e molhadas abundantemente com jato de mangueira. A limpeza deverá eliminar gorduras, vestígios orgânicos e outras impurezas que possam acarretar futuros desprendimentos. Os revestimentos deverão apresentar parâmetros perfeitamente desempenados, aprumados, nivelados e com as arestas vivas.

Item 1 CHAPISCO ARGAMASSA CIMENTO/AREIA 1:4 E=0,7CM COM ADITIVO

O chapisco deverá ser executado com argamassa de cimento e areia, no traço volumétrico de 1:3 de modo a cobrir toda a superfície a receber camadas de revestimento subsequentes (emboço, reboco, cerâmica, etc.).

Item 1 REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:4 COM ADITIVO

Antes da execução dos rebocos serão colocados todos os marcos e peitoris. Os alisares e rodapés serão colocados posteriormente. A camada de argamassa, traço 1:6, deverá ser aplicada sobre o chapisco de aderência previamente limpo e abundantemente molhado. Escolher dentre as argamassas especificadas acima a que convier à superfície a ser rebocada. A espessura total dos rebocos não deve ser maior que 2cm. Não se fará aplicação de reboco externo em dias de chuva. Em dias muito quentes, os rebocos executados naquele dia serão molhados ao fim do dia.

Item 1 CERAMICA ESMALTADA

Os revestimentos cerâmicos só serão aplicados após cura completa do reboco (cerca de 10 dias). As cerâmicas serão de primeira qualidade, na cor especificada em projeto (Padrão A, PEI 4 ou 5) ou conforme existente, apresentando esmalte liso, vitrificação homogênea e coloração uniforme. As peças serão selecionadas por bitola, rejeitando-se as defeituosas ou ainda as que não apresentarem sonoridade característica a percussão. As peças a serem cortadas para passagem de canos ou outros elementos das instalações não deverão apresentar rachaduras ou emendas. O assentamento das cerâmicas poderá também ser a seco, com emprego de argamassa pré-fabricada de alta adesividade, tipo AC I ou AC II, o que dispensa a operação de molhar as superfícies do reboco e as peças de revestimento. Sobre o contrapiso ou laje umedecida e salpicada com cimento aplicar-se-á argamassa de assentamento (cimento e areia 1:4). A espessura da camada de assentamento será de 2,5 cm no máximo. Será aplicada em áreas de cerca de $2m^2$ cada vez, para evitar o endurecimento antes do assentamento e suficientemente apertada a colher e sarrafeada. Salpicar a argamassa com pó de cimento, passar a colher e assentar os ladrilhos, batendo em cada um. A colocação dos ladrilhos será feita de modo a deixar as juntas perfeitamente alinhadas, com espessura mínima e tomadas a cimento branco ou Portland comum conforme especificado. Depois de terminada a pega da argamassa, será verificada a perfeita colocação, testando- se à percussão os ladrilhos e substituindo-se as peças que denotarem pouca segurança. Nos planos ligeiramente inclinados (0,3% no mínimo), constituídos pelas pavimentações de ladrilhos, não serão toleradas diferenças de declividade em relação a pré-fixada ou flechas de abaulamento superiores a 1cm em 5 metros, ou seja 0,2%.

Item 1 REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA (PAREDE/PISO)

O rejuntamento deverá ser executado com massa industrializada específica na cor branca, não podendo exceder a espessura de 3mm.Todas as peças cerâmicas a serem utilizadas na obra deverão ser submetidas à Fiscalização para aprovação.

Item 1 PINTURA

RASPAGEM DE PINTURA PVA E LATEX ACRILICA

Deverão ser retiradas todas as camadas de tinta látex acrílica ou PVA, que estejam se desagregando do reboco ou apresentem manchas de bolor ou fungos. É necessário retirar até o emassamento comprometido.

RASPAGEM DE PINTURA A BASE OLEO

Todas as esquadrias de madeira ou ferro, que precisaram de revisão de pintura, necessitarão de raspagem do esmalte sintético existente, com o uso de removedores específicos, raspagem com ferramentas pontiagudas e

lixas específicas para madeira ou ferro. Após a raspagem, as superfícies precisam estar completamente limpas, para que a FISCALIZAÇÂO possa atestar a superfície original antes da pintura.

EMASSAMENTO COM MASSA ACRILICA PARA AMBIENTES INTERNOS / EXTERNOS, DUAS DEMÃOS E EMASSAMENTO COM MASSA LATEX PVA PARA AMBIENTES INTERNOS, DUAS DEMAOS

Após a aplicação do liquido selador de parede, serão aplicadas duas demãos de massa PVA ou Acrílica, dependendo do material de pintura a ser aplicado e a localização do reboco. Recomenda-se a massa acrílica para ambientes externos e pintura acrílica, e para os ambientes internos ou com pintura látex PVA sugerimos o uso da massa PVA.

FUNDO SELADOR ACRILICO AMBIENTES INTERNOS/EXTERNOS, UMA DEMÃO

As paredes internas deverão ser pintadas com selador acrílico em sobre as superfícies previamente limpas preparando para receber o emassamento em PVA ou Acrílico. Deverão ser obedecidas rigorosamente as orientações do fabricante quanto ao procedimento de preparação da superfície, aplicação e secagem da tinta.

PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRILICA PARA AMBIENTES INTERNOS / EXTERNOS

Após a correção/limpeza da superfície de aplicação e adequado lixamento, as paredes externas serão pintadas com textura acrílica, na cor padrão atual existente. Deverão ser obedecidas rigorosamente as orientações do fabricante quanto ao procedimento de preparação da superfície, aplicação e secagem da tinta.

PINTURA LATEX PVA AMBIENTES INTERNOS, DUAS DEMAOS

As paredes internas deverão ser pintadas com tinta látex (PVA) na cor branca neve em sobre as superfícies previamente limpas e corrigidas de eventuais defeitos. Deverão ser obedecidas rigorosamente as orientações do fabricante quanto ao procedimento de preparação da superfície, aplicação e secagem da tinta.

PINTURA LATEX ACRILICA AMBIENTES INTERNOS / EXTERNOS, DUAS DEMAOS

As paredes internas deverão ser pintadas com tinta látex acrílica na cor existente em sobre as superfícies previamente limpas e corrigidas de eventuais defeitos. Deverão ser obedecidas rigorosamente as orientações do fabricante quanto ao procedimento de preparação da superfície, aplicação e secagem da tinta.

PINTURA EM VERNIZ SINTETICO BRILHANTE EM MADEIRA, TRES DEMAOS

Após a correção/limpeza da superfície de aplicação e adequado lixamento, as esquadrias de madeira serão pintadas com verniz fosco em três demãos, na cor padrão atual existente. Deverão ser obedecidas rigorosamente as orientações do fabricante quanto ao procedimento de preparação da superfície, aplicação e secagem da tinta.

PINTURA ESMALTE BRILHANTE PARA MADEIRA, DUAS DEMAOS, INCLUSO APARELHAMENTO

Todas as tintas serão rigorosamente, agitadas dentro das latas e periodicamente mexidas com espátula limpa, a fim de evitar-se a sedimentação dos pigmentos e componentes mais densos. As tintas só poderão ser afinadas ou diluídas com solventes apropriados e de acordo com as instruções do respectivo fabricante. Para aplicação em superfícies externas serão usadas tintas brilhantes ou metálicas na cor padrão atual existente. A pintura a óleo ou esmalte se fará, no mínimo, em duas demãos. Deve apresentar elevada resistência a impactos e, quando brilhantes, às intempéries.
As superfícies pintadas poderão ser lavadas com água e sabão neutro, após duas a três semanas da aplicação (uma semana no caso de esmalte); não se deve usar detergente para tintas à base de óleo. A aplicação obedecerá rigorosamente às prescrições determinadas pelo fabricante no rótulo das embalagens ou catálogos específicos.

PINTURA ESMALTE 2 DEMAOS C/1 DEMAO ZARCAO P/ESQUADRIA FERRO

A superfície que receberá a pintura deverá ser lixada com lixa nº 100 (ferro) de modo a criar perfil de ancoragem para a nova tinta. Aplicar na base limpa, sem ferrugem, uma demão de tinta anticorrosiva ou *primer* antioxidante

(zarcão epóxi) na cor marrom, de conceituado fabricante, devendo ser observado um intervalo mínimo de 24 horas até a aplicação das próximas demãos de esmalte sintético na cor preto fosco. No dia da aplicação do *primer*, a **FISCALIZAÇÃO** deverá ser comunicada para que constate a perfeita execução deste serviço.

PINTURA P/PISO À BASE LATEX ACRÍLICO, TIPO "NOVACOR"

Após a correção/limpeza da superfície de aplicação e adequado lixamento, os pisos internos ou externos serão pintadas com pintura acrílica para piso, na cor padrão atual existente. Deverão ser obedecidas rigorosamente as orientações do fabricante quanto ao procedimento de preparação da superfície, aplicação e secagem da tinta.

TINTA EPOXI EM ESTRUTURA DE AÇO CARBONO 50 MICRA C/TRINCHA

Preparar a estrutura para receber a pintura, inicialmente fazendo a limpeza com o solvente das partes a serem pintadas. Lixar a estrutura metálica deixando-a livre de sujeira e ferrugem, com a utilização de lixa específica para ferro e escovão de aço. Após o lixamento, eliminar a poeira e aplicar pelo menos duas demãos de tinta epoxi, com o auxílio de trincha 2", aguardando 24 horas de intervalo entre demãos.

TINTA AUTOMOTIVA 2 DEMÃOS EM METÁLICOS

Preparar a estrutura para receber a pintura, inicialmente fazendo a limpeza com o solvente das partes a serem pintadas. Lixar a estrutura metálica deixando-a livre de sujeira e ferrugem, com a utilização de lixa específica para ferro e escovão de aço. Após o lixamento, eliminar a poeira e aplicar pelo menos duas demãos de tinta automotiva, com o auxílio de trincha 2", ou a pistola, aguardando 24 horas de intervalo entre demãos.

Item 1 IMPERMEABILIZACAO ASFALTICA 4MM

O sistema consistirá na impermeabilização por membrana constituída de uma armadura, não tecida, de filamentos contínuos de poliéster, impregnada com asfalto modificado por elastômero SBS. Trata-se, pois, de membrana, com armadura, moldada "in loco". Haverá rigorosa obediência às normas da ABNT atinentes ao assunto, especialmente às NBR 9574/1986 e NBR 12190/1990. Na hipótese de a regularização da superfície não haver sido obtida com o desempenho do próprio concreto – inclusive com respeito a declividade ótima de 1,5 a 2,5% – será executada a fôrma de caimento para suporte da impermeabilização. Será objeto de particular atenção a sobrecarga na estrutura decorrente dessa fôrma de caimento, admitindo-se, caso necessário, que seja ela constituída pela própria isotermia. Regra geral, a fôrma de caimento será executada com argamassa de cimento e areia, no traço volumétrico de 1:3. O acabamento da superfície da fôrma de caimento será obtido com desempenadeira de madeira e, antes do seu lançamento, haverá a remoção de todas as incrustações e de eventuais resíduos de madeira, especialmente os inseridos na massa do concreto. O acabamento da superfície da fôrma de caimento não poderá ser alisado a colher ou a desempenadeira de aço. A espessura mínima da fôrma de caimento será de 3 cm e precedendo o lançamento, e após a remoção de incrustações e de resíduos será efetuada a lavagem enérgica da superfície do concreto com água abundante. A impregnação será executada com asfalto modificado – por elastômero SBS – que apresente viscosidade compatível com a finalidade a que se destina, ou seja, elevado poder de penetração. A aplicação será a frio e efetuada com vassoura de pelo macio ou trincha. O consumo de "primer" será da ordem de 0,5kg/m². A aplicação das membranas, operação subsequente, só poderá ocorrer após completa secagem da impregnação, o que exigirá, no mínimo, 8 horas (25°C). A manta asfáltica de 4mm de espessura será aplicada a fogo em camadas, tendo uma superposição de no mínimo de 10cm de um rolo para outro. Após a aplicação da manta, será feito o teste de estanqueidade com o fechamento provisórios dos ralos, pelo período de 24 horas, observando qualquer vazamento. Caso surja algum registro de vazamento, aquele local deverá ser refeito, seguindo o procedimento anterior descrito. No caso do teste de estanqueidade ser positivo, sobre a manta aplica-se um chapisco com argamassa de cimento e areia, no traço volumétrico de 1:3, adicionando-se, à água de amassamento, emulsão adesiva, na proporção, em volume, de 1:1. Executase, em seguida, capeamento constituído por argamassa idêntica à empregada no chapisco, sendo de 3 cm a espessura do capeamento nos paramentos verticais e, de 3 cm, nos paramentos horizontais.

IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFICIE COM CIMENTO ESPECIAL CRISTALIZANTE COM ADESIVO LÍQUIDO DE ALTA PERFORMANCE A BASE DE RESINA ACRÍLICA, UMA DEMÃO

Consiste na impermeabilização de superfície com cimento especial cristalizante com adesivo líquido de alta performance a base de resina acrílica, uma demão.
Após cura da argamassa impermeável, aplica-se chapisco de argamassa de cimento e areia grossa no traço 1:2, com adição de promotor de adesão.

Decorridas 24 horas, aplicar camada de 2cm de argamassa de cimento e areia no traço 1:3, sem aditivos, com acabamento medianamente áspero.
O recebimento de resina se fará sobre a superfície totalmente seca e limpa.

Item 1 FORRO DE GESSO EM PLACAS 60X60CM, ESPESSURA 1,2CM, INCLUSIVE FIXACAO COM ARAME

Será aplicado forro de placas de gesso 60 x 60cm de boa fabricação, com o uso pendurais em arame de cobre fixados no teto, revestidos com uma mistura de gesso cola e sisal preso a laje. O acabamento será feito através de gesso cola, de acordo com recomendações do fabricante, de forma que as juntas não sejam perceptíveis.

FORRO DE GESSO ACARTONADO ARAMADO - MONTAGEM

Será aplicado forro de gesso acartonado fabricação, com o uso de perfis, pendurais em fio de cobre fixados no teto, presos por meio de parafusos de aço galvanizado. Nas bordas das paredes, serão utilizadas tabeiras em aço galvanizado e garras em chapa tipo H unindo as placas. O acabamento será feito através de massa e fita, de acordo com recomendações do fabricante, de forma que as juntas não sejam perceptíveis.

Item 1 COBERTURA

TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E= 8MM INCLINAÇÃO 27%
CUMEEIRA NORMAL DE FIBROCIMENTO P/TELHA ONDULADA
RETELHAMENTO C/ TELHA FIBROCIMENTO 8mm COM 50% NOVA

Salvo indicação em contrário, o telhamentoobedecerá o recobrimento longitudinal das chapas onduladas de fibrocimento de 8mm de espessura será 140 mm, para inclinações superiores ou iguais a 15° ou 27%, e de 200 mm, para inclinações de 10° a 15° ou 18% a 27%. O recobrimento lateral será de 50 mm, aproximadamente ¼ da onda, para inclinações de 10° ou maiores. Em coberturas sujeitas a condições desfavoráveis de vento, o recobrimento em apreço será de 230 mm, ou uma onda e ¼. O apoio das chapas sobre as terças será, no mínimo, de 50 mm no sentido de seu comprimento. A fixação das chapas será efetuada com ganchos chatos. A colocação das chapas será feita dos beirais para as cumeeiras, em faixas perpendiculares as terças, sendo o sentido da montagem contrário ao dos ventos dominantes. Para evitar a sobreposição de quatro espessuras de chapa, proceder-se-á ao corte dos cantos segundo a hipotenusa de um triângulo, cujos catetos serão respectivamente iguais aos recobrimentos laterais e longitudinais. Para passagem de tubos, serão utilizadas chapas com tubo para ventilação, associadas com chapéu para chaminé, mesmo que para isso haja necessidade de desviá-los de sua prumada. O tubo ficará por dentro do conjunto referido, eliminando-se, dessa forma, junta na superfície da chapa. No caso específico de reposição, serão substituídas todas as telhas que apresentarem rachaduras, partes quebradas, orifícios irreparáveis, fragilidade e desgaste natural.

ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA CERÂMICA OU CONCRETO VÃO 3 A 7m (TESOURAS / TERÇAS / CONTRAVENTAMENTOS / FERRAGENS)
RETELHAMENTO C/ TELHA CERÂMICA COM 50% NOVA
COBERTURA EM TELHA CERAMICA TIPO COLONIAL, COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA)

Os telhados serão executados de acordo com os padrões existentes, com a estrutura de sustentação em madeira. Para as estruturas em madeira, observar-se-á o disposto na norma brasileira NBR- 7190 da ABNT. Observar a inclinação dos telhados com caimentos mínimos 25% para telha cerâmica. Durante a execução dos serviços o trânsito de operários se fará sobre tábuas, nunca sobre as telhas. Todas as concordâncias de telhados com paredes e platibandas serão guarnecidas por rufos, horizontais ou acompanhando a inclinação da cobertura, conforme definido nos projetos. Os rufos serão metálicos ou de concreto armado. Os rufos de concreto serão embutidos no paramento vertical (parede, platibanda, etc.) e impermeabilizados. Todos os rufos terão dimensão suficiente para recobrir com folga a interseção das telhas com o elemento vertical. Quando da colocação das telhas haverá sempre o cuidado de deixar sob os rufos ao longo das telhas, um topo de onda da telha e nunca uma cava.

CHAPIM DE CONCRETO APARENTE COM ACABAMENTO DESEMPENADO, FORMA DE COMPENSADO DESEMPENADO
PLASTIFICADO (MADEIRIT) DE 14X10CM, FUNDIDO NO LOCAL

O chapim de concreto será em pré-moldado de concreto aparente na espessura de 3cm e deverá ser aplicado na borda superior das alvenarias de platibanda em todo o perímetro da edificação e na largura correspondente a alvenaria pronta. As peças serão assentadas com argamassa de areia e cimento no traço 1:3.

RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO N.24, DESENVOLVIMENTO 25CM

O rufo metálico será executado em chapa de aço galvanizado n.24 e será fixado nas laterais onde a telha esteja encostando nas alvenarias da platibanda e caixa d'água. As peças ficarão chumbadas nas alvenarias com argamassa de cimento e areia grossa no traço 1:3. Os rufos após assentados devem ficar totalmente estanques, evitando que as águas de chuva penetrem na laje de coberta.

Item 1 INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS

Os aparelhos sanitários serão de louça, nas cores conforme padrão existente, sem deformações, esmalte homogêneo sem manchas ou granulações. As canalizações de água não poderão passar dentro de fossas, sumidouros, caixas de inspeção e nem ser assentadas em valetas de canalização de esgoto. Todas as canalizações embutidas em paredes serão assentes antes do reboco das alvenarias de tijolos. Com exclusão dos elementos niquelados, cromados ou de latão polido, que devem apresentar este acabamento, todas as demais partes aparentes da instalação tais como canalizações, conexões, braçadeiras, suportes, etc, serão pintados com tinta a óleo brilhante, após prévia limpeza. A não ser quando especificado em contrário, a canalização de água será executada em tubos de PVC rígido soldáveis, com conexões do mesmo material. A canalização externa, subterrânea, será enterrada em uma profundidade mínima de 40cm. Para facilidade de desmontagem das canalizações, serão colocadas uniões ou flanges nas sucções das bombas, recalques, barriletes ou onde convier. Os tubos e conexões serão de PVC, ponta e bolsa, tipo esgoto, com declividade mínima de 3% nos trechos horizontais com diâmetro inferior a 100mm, 2% para diâmetros 100mm, 1,0% para 150mm e 0,5% para 200mm ou mais. A declividade será uniforme entre as sucessivas caixas de inspeção, não se permitindo depressões que possam formar depósitos no interior das canalizações. A instalação de caixas sifonadas e de sifões sanitários se fará de maneira a observar nivelamento e prumo perfeitos e estanqueidade perfeita nas ligações aparelho/sifão e sifão/ramal.

Item 1 INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO

A instalação de combate ou prevenção a incêndios será executada rigorosamente de acordo com as normas da ABNT. As normas brasileiras atinentes ao assunto são as NBRs de números 6125, 6135 e 8222. As especificações seguiram os padrões existentes.
Os sprinklers são chuveiro automático para extinção de incêndio, destinados a projetar água em forma de chuva, dotado de elemento sensível à elevação de temperatura. Esta elevação, quando alcança a temperatura de operação, provoca a abertura do orifício de descarga.

Item 1 ESQUADRIAS E FERRAGENS

RECOLOCACAO DE FOLHAS DE PORTA DE PASSAGEM OU JANELA
RECOLOCACAO DE BATENTES DE MADEIRA
PORTA DE MADEIRA
FORRAMENTO OU BATENTE DE MADEIRA
GRADE DE FERRO EM BARRA CHATA 3/16"
REMOCAO DE VI DRO COMUM
VIDRO LISO COMUM TRANSPARENTE, ESPESSURA 4MM

As espessuras de madeira – portas, janelas e guarnições obedecerão, rigorosamente, as indicações das esquadrias existentes, salvo alguma alteração solicitada pela FISCALIZAÇÂO. Serão sumariamente recusadas todas as peças que apresentem sinais de empenamento, descolamento, rachaduras, lascas, desigualdade de madeira ou outros defeitos. O revestimento final das portas será especificado para cada caso particular. As guarnições de madeira serão fixadas, preferencialmente, por intermédio de parafuso do tipo EC-latão, de 6 x 2 1/4" (nomenclatura da NB-45/53) com bucha plástica. Serão empregados oito parafusos, no mínimo, por guarnição. Os arremates das guarnições, com rodapés e/ou revestimentos de paredes adjacentes, merecerão, de parte do construtor, cuidados especiais. Sempre que necessário, tais arremates serão objetos de desenhos de detalhes, os quais serão submetidos a previa aprovação da **FISCALIZAÇÃO**. As dimensões recomendadas para esses montantes, são de 100 mm, para a largura, e de 30mm para a espessura. Quando inferiores a essas medidas, haverá particular atenção para as dimensões – largura da chapa testa e profundidade – da fechadura selecionada

para guarnecer a porta. Todas as ferragens para esquadrias de madeira e serralharia serão inteiramente novas, em perfeitas condições de funcionamento e acabamento. Serão de latão, com partes de ferro ou aço, cromadas, acabamento fosco ou polido, conforme especificado para cada caso. Na sua colocação e fixação deverão ser tomados cuidados especiais para que os rebordos e os encaixes na esquadria tenham a forma exata, não sendo permitidos esforços na ferragem para seu ajuste. Não serão toleradas folgas que exijam correção com massa, taliscas de madeira ou outros artifícios. As maçanetas deverão ser de latão fundido com seção plena, os espelhos e as rosetas serão de latão fundido ou laminado. O acabamento será cromado, salvo outra indicação do projeto. Para maçaneta de bola ou de forma semelhante, o afastamento da face do batente deverá permitir o perfeito manuseio da mesma. Para o assentamento serão empregados parafusos de qualidade, acabamento e dimensões correspondentes aos das peças que fixarem. A localização das ferragens nas esquadrias será medida com precisão, de modo a serem evitadas discrepâncias de posição ou diferenças de nível perceptíveis a vista. A localização das fechaduras, fechos, puxadores, dobradiças e outras ferragens será determinada ao construtor pela **FISCALIZAÇÃO**, quando não houver especificação ou detalhe de projeto. As maçanetas das portas, salvo condições especiais, serão localizadas a 105cm do piso. As ferragens, principalmente as dobradiças, deverão ser suficientemente robustas, de forma a suportarem, com folga, o regime de trabalho a que venham a ser submetidas. Recobrir com plástico ou adesivo protetor todas as peças expostas de ferragens até a conclusão dos serviços de pintura.
Todas as esquadrias metálicas terão suas soldas esmerilhadas e aplicado o anticorrosivo antes da pintura esmalte definitiva.
Os serviços de vidraçaria serão executados rigorosamente de acordo com os detalhes do projeto arquitetônico e com as disposições constantes as Normas Brasileiras pertinentes. As chapas serão manipuladas de modo a não entrar em contato com materiais duros, capazes de acarretar defeitos em suas superfícies e bordos. O armazenamento das chapas na obra será feito em local adequado, abrigado de unidade. As pilhas serão cobertas para evitar poeira. Possíveis manchas coloridas (irisação) poderão ser removidas com solução de fluoreto de amônia a 10% em água (produto perigoso de ser manuseado). Manchas cinza, em pontos, removem-se com solução de ácido fluorídrico a 4% (esta solução ataca peças metálicas).

Item 1 PAVIMENTAÇÃO

COLCHÃO DE AREIA PARA PAVIMENTACAO EM PARALELEPIPEDO OU BLOCOS DE CONCRETO

O sub-leito será drenado e bem apiloado em camadas de 20cm de material arenoso, de modo a constituir superfície firme e de resistência uniforme, o apiloamento deverá ser feito com soquetes de cerca de 10 kg ou mecanizado com compactação controlada para tráfego especificado. Nos pontos em que o terreno se apresentar muito mole, será necessário proceder-se sua remoção até uma profundidade conveniente, substituindo-se por material mais resistente. A sub-base será formada por uma camada de areia com 15 a 20 cm de espessura

CALCADA EM CONCRETO, ESPESSURA = 0,07 M

Serão executadas calçadas de contorno de 1,00m de largura em cimentado em argamassa de cimento e areia – traço 1:3, sobre lastro de concreto 15 Mpa de 5cm de espessura, com altura média de 30cm em torno das Edificações. Contudo, a critério da **FISCALIZAÇÃO**, a **CONTRATADA** poderá executar complementos de calçadas existentes, que estejam quebradas, rachadas ou danificadas.

PAVIMENTACAO EM BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADO ESPESSURA 8 CM, ASSENTADO

A pavimentação de blocos sextavados de concreto, intertravado ou não, será constituída por blocos prémoldados, de concreto simples altamente vibrado e prensado e com resistência média à compressão conforme tipo de tráfego de acordo com o seguinte critério: Os blocos terão a espessura mínima de 10 cm em pavimentação sujeita a tráfego pesado, de 8 cm para tráfego médio e de 6 cm no caso de tráfego leve. O sub-leito será drenado e bem apiloado em camadas de 20cm de material arenoso, de modo a constituir superfície firme e de resistência uniforme, o apiloamento deverá ser feito com soquetes de cerca de 10 kg ou mecanizado com compactação controlada para tráfego especificado. Nos pontos em que o terreno se apresentar muito mole, será necessário proceder-se sua remoção até uma profundidade conveniente, substituindo-se por material mais resistente. A sub-base será formada por uma camada de areia com 5 a 7 cm de espessura. As juntas dos blocos sextavados serão tomadas com pedrisco ou cimento e areia no traço 1:8.

PISO VINILICO SEMIFLEXIVEL PADRAO LISO, ESPESSURA 2MM, FIXADO COM COLA

O revestimento de plástico vinílico semi-flexível, espessura de 2mm, será executado com cola apropriada e especificada pelo fabricante, sobre base de cimentado em argamassa cimento e areia grossa – traço 1:3. Somente após a cura do cimentado, mínima de 7 (sete) dias, procederá a colagem das placas, utilizando cola própria recomendada pelo fabricante, aplicando-se na superfície da base e no verso de cada placa. As juntas serão alinhadas, aprumadas, niveladas e de espessura mínima, de maneira que fiquem imperceptíveis.

PISO EM CERAMICA ESMALTADA 1A PEI-V, PADRAO MEDIO, ASSENTADA COM ARGAMASSA COLANTE

Todos os pisos a pavimentar com ladrilhos terão o caimento necessário para perfeito e rápido escoamento das águas para os ralos. A boa declividade dos pisos será verificada pela FISCALIZAÇÃO antes de sua aprovação. A colocação dos ladrilhos será efetuada sobre uma camada de cimentado em argamassa cimento e areia – traço 1:3, com 3cm de espessura mínima. As cerâmicas serão assentadas com cimento-cola, podendo ser argamassa pré-fabricada, no tipo AC-I ou AC-II, dependendo do tamanho das peças e seus respectivos uso, de modo a deixar as juntas perfeitamente alinhadas. O rejuntamento será feito através de rejunte pré-fabricado na cor do piso existente ou na tonalidade recomendada pela FISCALIZAÇÂO. Antes do completo endurecimento da pasta de rejuntamento será procedida cuidadosa limpeza da pavimentação. Depois de terminada a pega da argamassa de rejunte, será verificada a perfeita coloração percutindo-se os ladrilhos e substituindo-se os que denotarem pouca segurança. Nos planos ligeiramente inclinados - 0,3% no mínimo - constituídos pelas pavimentações de ladrilhos, não serão toleradas diferenças de declividade em relação à prefixada ou flechas de abaulamento superior a 1 cm (um centímetro) em 5m (cinco metros) ou seja, 0,2%. As juntas e os arremates deverão obedecer a mesma especificação de revestimento em cerâmica. As juntas secas não serão permitidas.

ESCAVACAO MANUAL DE VALAS EM TERRA COMPACTA, PROF. DE 0 M < H <= 1 M

Este serviço deverá compreender todas as despesas de mão-de-obra para execução dos serviços de escavação manual até a cota necessária, incluindo depósito do material ao lado da vala, carga, transporte até a área de bota-fora definida pela Fiscalização, descarga e espalhamento do material excedente. A medição será efetuada pelo volume escavado, em m3, medido no corte.

RETIRADA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO OU PEDRA TOSCA
PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO)
RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/REAPROVEITAMENTO

A pavimentação de pedra tosca ou paralelepípedo consistirá no assentamento – por processo manual – de pedras, enquadradas nessa terminologia, sobre um colchão de areia ou pó de pedra estendido sobre uma base estabilizada, denominada subleito. As pedras – pedra tosca ou paralelepípedo – serão assentes em uma faixa de estabilização delimitada por meio fio.
Este preço deverá compreender todas as despesas de mão-de-obra necessários à execução do pavimento conforme especificações do padrão existente, incluindo carga, transporte e descarga dos blocos no local indicado no projeto, serviços de assentamento, rejuntamento, nivelamento, compactação e arremates. A medição será efetuada pela área, em m², conforme o projeto

RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA PORTUGUESA
PEDRA PORTUGUESA 2 CORES

A pavimentação em pedra portuguesa será constituída por pequenos fragmentos irregulares de pedras escolhidas, de modo a formarem desenhos, conforme projeto.
Quando o assentamento for feito diretamente sobre o solo este será energicamente apiloado e cuidadosamente nivelado, de acordo com os níveis e declividades previstos para a pavimentação.
Os desenhos serão obtidos por meio de gabaritos de madeira. Para assentamento não diretamente no solo será estendida uma camada de mistura seca de cimento, areia e saibro no traço 1:2:3 ou argamassa A17 sem água. A pavimentação em pedra portuguesa será formado por sobre esta camada, convenientemente irrigado e, por fim, energicamente comprimido com sotaques de madeira.

PISO INDUSTRIAL ALTA RESISTENCIA ESPESSURA 8MM, INCLUSO JUNTAS DE DILATAÇÃO
POLIMENTO EM PISO INDUSTRIAL

Executado com argamassa granítica composta de agregados de alta dureza, grande resistência à compressão e a abrasão. A coloração do piso será conforme padrão existente. Inicia-se a execução do piso através da colocação

das juntas plásticas apropriadas, nas dimensões de 27x3mm e formato próprio, conforme padrão existente. Referidas juntas são colocadas diretamente sobre o lastro de concreto ou laje, após determinação os pontos de nível. Com esses pontos e o emprego de fios de nylon, determinam-se os alinhamentos e nivelamentos que as juntas deverão obedecer. Sob os fios já devidamente posicionados nos diversos pontos de nível, será processada a limpeza, lavagem a saturação de água na laje, formando uma baixa, onde em seguida, será lançado um chapisco confeccionado com argamassa de cimento e areia no traço volumétrico de 1:2, bastante fluída e aplicada com uma escova de pelos duros. Imediatamente após a aplicação do chapisco, lança-se uma argamassa de cimento e areia, traço volumétrico 1:3, com aproximadamente 1cm de altura. Nessa argamassa, que segue exatamente o alinhamento e nivelamento proporcionados pelo fio de nylon é cravada a junta plástica e, posteriormente, a argamassa é comprida contra ela. O excesso de argamassa é retirado de modo a não cobrir mais de 60% (sessenta por cento) de sua altura, bem como, não ter uma espessura, junto à laje, superior a 2cm de cada lado. A aplicação das juntas deve ser feita 48 (quarenta e oito) horas antes da execução das demais etapas. Seguidamente deve-se executar a base em argamassa de cimento e areia, traço volumétrico 1:3. Aplica-se então a argamassa final, constituída pela mistura dos Agregados Rochosos com cimento Portland Comum, desempenados com o emprego de réguas de alumínio e
desempenadeiras de aço. Espessura mínima da camada de base: 2cm para trânsito leve, 2,5cm para solicitação média e 3cm para trânsito industrial pesado, sujeito a choques. As espessuras mínimas da capa de piso de alta resistência serão de 0,8cm, 1,2cm ou 1,5cm de acordo, respectivamente, com as solicitações descritas acima. As juntas formarão quadrados com lado. No máximo. De 3 metros, sendo sempre as perimetrais colocadas a 2cm das paredes circundantes. Serão de metal com 1,6mm de espessura mínima ou plásticos com 3mm de espessura, perfeitamente ancoradas na base. Para locais de trânsito pesado serão usadas apenas juntas metálicas.
Procede-se a seguir a cura da superfície, devendo -se executada com areia limpa, umedecida a intervalos regulares.
Para o polimento da superfície, utilizando-se máquinas Politrizes equipadas com esmeril. Será feito com a superfície sempre molhada. É proibido o uso de areia como auxiliar do polimento.

MEIO FIO PRÉ MOLDADO (0,07x0,30x1,00)m C/REJUNTAMENTO
ASSENTAMENTO DE MEIO FIO PREMOLDADO, INCLUINDO ESCAVACAO

Meio-fio é um dispositivo que se aplica lateralmente ao pavimento em aterros, canteiros centrais e elementos de interseções, com o duplo objetivo de direcionar fisicamente o tráfego atuante e conduzir as águas precipitadas sobre a pista e passeios para as bocas de lobo, caixas coletoras ou descidas d'água em aterros.
Para os serviços de colocação de meio fio, deverão ser utilizadas ferramentas manuais como alavancas de aço, carrinho de mão, colher de pedreiro, pós de corte, pás de concha, soquete manual com peso aproximado de 4kg e área de contato com diâmetro de 6 a 8 cm, fio de nylon, etc. Deverá ser mantido espelho do meio fio em relação a calçada de 15 cm.
Concluídas as operações de realinhamento, após rejuntamento com argamassa de cimento a areia das peças no traço de 1:3, deverá ser recolocado com material de encosto junto aos meios fios, devidamente apiloado com soquete manual ou placa vibratória com os devidos cuidados para evitar o desalinhamento das peças. O rejuntamento das peças com argamassa de cimento e areia deverá tomar toda a profundidade da junta e externamente, não excederá o plano dos espelhos, bem como, dos pisos e meios- fios.

PISO CIMENTADO E=1,5CM C/ARGAMASSA 1:3 CIMENTO AREIA ALISADO COLHER

Os cimentados, sempre que possível, serão obtidos pelo simples sarrafeamento, desempeno e moderado alisamento, do próprio concreto do lastro, quando este ainda estiver plástico.
Quando for de todo impossível a execução dos cimentados e respectivos lastros (pisos mortos) numa só operação, será a superfície de base perfeitamente limpa e abundantemente lavada, no momento do lançamento do cimentado, o qual será inteiramente constituído por uma camada de argamassa, com 1,5cm de espessura.
A superfície dos cimentados, salvo quando expressamente especificado de modo diverso, será dividida em painéis, por sulcos profundos ou por juntas que atinjam a base de concreto. Os painéis não poderão ter lados com dimensão superior a 1,20m. A disposição das juntas obedecerá a desenho simples, em resultado, devendo ser evitado cruzamento em ângulos agudos e juntas alternadas.
As superfícies dos cimentados serão cuidadosamente curadas, sendo, para tal fim, conservadas sob permanentemente umidade, durante os 7 dias que sucederem à sua execução.
Este preço deverá compreender todas as despesas de mão-de-obra necessários à execução do piso, incluindo preparo e aplicação de argamassa, juntas, desempeno, arremates, acabamento e limpeza. A medição será efetuada pela área de piso em m^2.

SOLEIRA DE GRANITO L= 25cm

Deverão ser substituídas as soleiras em granito, conforme a tonalidade e tipo existente ou a critério da **FISCALIZAÇÃO**, todas as vezes que houver diferença de nível entre os pavimentos. As peças quebradas deverão ser substituídas, quando identificadas nas ocorrências.

POLIMENTO EM PISOS DE MÁRMORE

Deverá ser feito uma verificação minuciosa do piso de mármore existente, buscando a identificação de peças soltas, quebradas ou manchadas, para que sejam substituídas por mármore nas mesmas dimensões e tonalidade. Após a cura da fixação das peças substituídas, será procedida o polimento com esmeris. Posteriormente, todo o piso será encerado com duas demãos de cera

PISO EM GRANITO

Os pisos de granito serão constituídos por placas retangulares, nas dimensões e cores do executado, perfeitamente esquadrejadas.
As placas terão espessura uniforme, com um mínimo de 2 e um máximo de 4cm e serão assentes sobre o piso morto lavado, chapisco com argamassa 1:2 de cimento e areia. Para assentamento, usa-se argamassa ou cimento cola. Não será tolerado o assentamento de peças rachadas, emendadas ou com veios de comprometer seu aspecto.
Amostras das pedras serão previamente submetidas à aprovação da fiscalização.
O construtor executará todos os rebaixos, recortes ou furos necessários ao assentamento dos ralos, de guarda–corpos de serralharia ou outros elemento previstos para cada local.
As juntas terão 1,5mm no máximo, as superfícies deverão ficar perfeitamente desempenhadas e sem saliências entre as peças.
Após assentamento, a superfície será interditada à passagem por 5 dias, protegida por tábuas.

Item 1 PEITORIL DE GRANITO L= 15 cm

Conforme existente, serão em uma peça com 3cm de espessura, com rebaixo e calha, assentado com argamassa, penetrando 2cm de cada lado nas alvenarias.

Item 1 ABERTURA/ENCHIMENTO DOS RASGOS NA ALVENARIA P/DUTOS

As derivações das tubulações elétricas, telefônicas, hidro sanitárias correrão embutidas nas paredes, vazios ou lajes rebaixadas, evitando-se sua inclusão no concreto. Os cortes, rasgos e aberturas necessárias em elementos de vedação, como paredes de tijolos cerâmicos ou de blocos estruturais, para passagem das tubulações de instalações prediais, serão locados, com prévia indicação do instalador. A **CONTRATADA** executará os trabalhos complementares ou correlatos das instalação prediais tais como: colocação de tubulações e conexões das instalações, recompondo os rasgos para condutores e canalizações, bem como todos os arremates decorrentes da execução de qualquer instalação, com o uso de argamassa cimento e areia – traço 1:6.

Item 1 TAMPA EM CONCRETO ARMADO

As tampas em concreto armado deverão ser executadas em concreto traço 1:2:4 com espessura mínima de 10 cm e receberão uma malha de ferro de 10.0 mm, espaçadas de 12 cm, nas duas direções. As tampas em concreto armado serão cuidadosamente curadas, sendo, para tal fim, conservadas sob permanentemente umidade, durante os 7 dias que sucederem à sua execução. A tampa de concreto armado deverá ser uma alça de ferro para facilitar a sua remoção.

Item 1 SOLDA TOPO DESCENDENTE CHANFRADA ESPESSURA=1/4" CHAPA / PERFIL /TUBO AÇO

Todos os trabalhos de recuperação de serralheira, que sejam em Portões, Janelas, Caixilhos, Gradil, Guarda corpos, Guichês Metálicos, etc., serão executados de acordo com os respectivos detalhes fornecidos pela **FISCALIZAÇÃO** ou seguindo o padrão existente, mediante mão-de-obra especializada. Todo o material a ser empregado no restauro deverá ser novo, de boa qualidade, limpo, desempenado e sem defeitos de fabricação ou falhas de laminação. Os quadros fixos ou móveis serão perfeitamente esquadriados ou laminados de modo a desaparecerem as rebarbas e saliências da solda. Todos os furos dos rebites ou dos parafusos serão escariados e

as asperezas limadas; as emendas (parafusos ou rebites ou soldas) deverão apresentar ajuntamento perfeito, sem folgas, rebarbas ou diferenças de nível.

Item 1 LIMPEZA GERAL

A limpeza geral compreende a manutenção da área de trabalho (circulações utilizadas, acessos e depósitos), com regular remoção de entulhos (carga, transporte e descarga) para local autorizado pelos órgãos competentes, e limpeza grossa e fina nas áreas de intervenção e nas circulações e acessos utilizados. Inclui ainda, a limpeza final quando da entrega dos serviços.
É fundamental que a **CONTRATADA** mantenha todos os setores do serviço permanentemente limpos, dada sua característica, ou seja, readequação em ambientes que serão mantidos em funcionamento durante os serviços. Também deverá ser considerado a remoção periódica de entulho, devendo a caçamba, quando necessária, ficar posicionada em local a ser definido pela **FISCALIZAÇÃO.** A **CONTRATADA** deverá providenciar o isolamento das áreas de trabalho de forma a garantir a
segurança dos usuários do prédio, evitar danos e minimizar a propagação de ruído, odores e pó para os setores em utilização.
Importante ressaltar que, após a conclusão dos serviços, a**1ª BdaInfSl**deverá receber as instalações físicas em toda a sua extensão em perfeito estado de uso, inclusive com a revisão completa das instalações, perfeita aplicação de materiais de acabamento, execução de pintura e limpeza final da área de intervenção.
Na medida em que as etapas do serviço forem sendo concluídas, a **CONTRATADA** deverá providenciar sua limpeza, a fim de que possam ser vistoriadas pela **FISCALIZAÇÃO** e, caso considerado entregues, colocadas em funcionamento.

CARGA MANUAL DE RESÍDUOS / TRANSPORTE DE MATERIAL
I
nclui a carga manual dos resíduos gerados pelos serviços e pela limpeza.

Os Serviços de Instalações Elétricas, (Item 02) engloba:

Item 02, INSTALAÇÃO ELÉTRICA

Serão utilizados eletrodutos de PVC roscável rígido de padrão superior. As emendas serão feitas através de luvas e curvas apropriadas. Nas mudanças de direção deverão ser utilizadas obrigatoriamente caixas de passagem ou conduletes. Serão utilizados dentro de cada eletroduto de 3/4", no máximo três circuitos (F/N/T) ou 9 (nove) cabos de 2,5 mm^2. Todos eletrodutos terão acabamento nos quadros com bucha e arruela. Os eletrodutos subterrâneos deverão ser instalados a 0,50cm do nível do solo e possuir proteção mecânica. Deverá ser instalada uma fita sinalizadora a 10 cm do nível do solo. Todos os dutos vazios, sejam novos ou existentes, deverão conter cabos guias "pesca". As caixas embutidas nas paredes deverão facear o paramento da alvenaria de modo a não resultar excessiva profundidade depois de concluído o revestimento e serão niveladas e aprumadas. As caixas subterrâneas serão de alvenaria, revestidas com argamassa ou concreto, impermeabilizadas e com previsão para drenagem. As dimensões internas das caixas serão determinadas em função do raio mínimo de curvas do cabo usado, do número de condutos que passam pela caixa, bem como de modo a permitir o trabalho de enfiação e deverão estar especificadas em projeto. Deverão ainda, ser cobertas por tampas convenientemente calafetadas, para impedir a entrada de água e corpos estranhos. Os pisos das caixas devem ter inclinação mínima de 3 % no sentido do poço de esgotamento (dreno). Será adicionada uma camada de brita nº 02. As tomadas utilizadas serão simples do tipo 2P + T, embutidas, para caixa 4x2", padrão ABNT, cor branca, modular e deverão obedecer à seguinte sequência de montagem: pino direito: fase - pino esquerdo: neutro - pino inferior: terra. Todas as tomadas deverão estar de acordo com a norma NBR 14136/2002. As tomadas deverão ser identificadas por via de plaquetas em acrílico com informação do número do circuito e tensão nominal (220V). Os interruptores deverão seguir o mesmo padrão das tomadas no que se refere a cor fabricante, linha etc. Os condutores deverão obedecer as Normas ABNT possuir características de não propagação de chamas e auto extinção do fogo. Os cabos de alimentação primária deverão ser flexíveis, com condutor tempera mole unipolares, classe de isolamento 0,6/1kV, isolação em PVC sem chumbo, antiflam, cor preta. Não serão aceitas emendas de nenhum tipo, ainda que permitidas em norma, entre os quadros alimentadores e os quadros alimentados. Os condutores de Neutro e Terra poderão ser de classe 750V. Os condutores elétricos utilizados na distribuição secundária serão flexíveis de 4,0mm^2 (Para ligação de Ar Condicionado) e 2,5mm^2 para Tomadas de Utilização Geral (TUG) e Iluminação, com isolação em PVC e características antichama. As emendas dos condutores elétricos deverão ser isoladas e localizadas em caixas de passagem ou conduletes. Todos os cabos deverão ser identificados em ambas as extremidades com anilhas indeléveis em PVC fabricação Helleman, Pial

ou similar. A Fiação obedecerá ao seguinte padrão de cor: Fase 220V: Cor Vermelha; Neutro 220V: Cor Azul; Retorno: Cor Branca e Aterramento: Cor Verde. Na interligação entre os conduletes e as luminárias embutidas no forro, será utilizado cabo PP (Cordplast) 3x 1,5mm². Os circuitos 110V e 220V deverão obrigatoriamente possuir condutos exclusivos. Não será admitido o compartilhamento do mesmo conduto. O condutor de aterramento deve ser exclusivo de cada circuito. A fiação existente não poderá ser reutilizada na reforma, salvo se autorizado pelo fiscal da obra. Só serão aceitas emendas na fiação secundária, se localizadas dentro das caixas de passagem.

PRINCIPAIS TIPOS DE DEMANDAS DE SERVIÇOS

Os Serviços de manutenção predial (Item 01) englobam:

Item 01 ELEMENTOS ESTRUTURAIS

1 Fundações
2 Pilares
3 Vigas
4 Lages
5 Rampas 6 Escadas
7 Elementos de apoio

Item 01 ELEMEMTOS DE COBERTURA

1 Estrutura
2 Telhado
3 Telhas
4 Coberturas e policarbonato
5 Drenagem
6 Impermebilização
7 Calhas e rufos
8 Alçapões
9 Grades,grelhas, ralos e condutores

Item 01ELEMENTOS DE FECHAMENTO OU VEDAÇÃO

1 Alvenaria
2 Divisórias
3 Gesso
4 Tijolo de vidro
5 Tijolo aparente
6 Pedras
7 Vidro
8 COMPLEMENTOS
9 Ferragens
10 Grades
11 Guarda-corpos
12 Acessórios

Item 01 PISOS

1 REVESTIMENTOS
2 Cerâmicos

3 Mármores e granitos
4 Cimentado
5 Madeira
6 Emborrachados
7 Fitas antiderrapantes
8 Juntas
9 Rodapés
10 Peitoris
11 Soleiras
12 Pedras
13 Metálicos
14 PAVIMENTAÇÕES
15 Piso elevado
16 Piso porcelanato
17 Piso cerâmico
18 Piso em Granito
19 Concreto alisado mecânicamente
20 Laminado
21 Cimento Alisado Manualmente
22 PAVIMENTAÇÃO EXTERNA
23 Cerâmico
24 Blocos de concreto
25 Paralelepipedos
26 Concreto
27 Limitador de vagas
28 Meio-fio
29 Lajotas sextavada
30 Pedras
31 FORRO
32 Forro de Gesso
33 Forro de Gesso Acartonado - Drywall
34 Forro fibra mineral
35 Forro Isoterm
36 Forro colméia
37 Forro metálico
38 Forro de madeira
39 Forro de PVC

Item 01 PINTURA PAREDES E TETOS

1 INTERNA
2 Comum
3 Segurança
4 Decorativa
5 Piso
6 EXTERNA PAREDES
7 Comum
8 Segurança
9 Anti-pichação

10 Decorativa
11 Piso
12 Muretas 13 Comum
14 ESPECIAIS
15 Tubulações
16 Estacionamento
17 Esquadrias
18 Grades
19 Janelas, portas e portões
20 Puxadores
21 Acessórios

Item 01ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS

1 ESQUADRIAS
2 Esquadrias de alumínio
3 Esquadrias de ferro
4 Esquadrias de madeira
5 Janelas
6 Portas
7 Esquadrias de alumínio
8 Esquadrias de ferro
9 FERRAGENS E ACESSÓRIOS
10 Fechaduras, dobradiças e ferragens em geral
11 Molas de piso
12 Molas aéreas
13 Puxadores
14 Vidros
15 Brises
16 Grades
17 Persianas
18 Corrimãos

Item 01 INSTALAÇÕES HIODROSSANITÁRIAS

1 INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA
2 Hidrômetro
3 Reservatórios 4 Limpeza de caixa d'àgua
5 Bombas Hidráulicas
6 Válvulas e caixas de descarga
7 Registros, torneiras e metais sanitários
8 Metais
9 Chuveiros
10 Tanque
11 Louças sanitárias em geral
12 Acessórios de banheiro para PNE
13 Tubulações (tubos,conexoes,fixações e acessórios)
14 INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA QUENTE
15 Bombas hidáulicas
16 Registros, torneiras e metaias sanitários

17 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)
18 Aquecedores e acessórios
19 Válvula reguladora de pressão
20 Tanques hidropneumáticos e acessórios
21 Bombas hidrálicas
22 INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO SANITÁRIO
23 Poço de recalque
24 Tubulações(tubos, conexões, fixações e acessórios)
25 Ralos e aparelhos sanitários
26 Fossas sépticas
27 Caixas coletoras e caixas de gordura
28 INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS
29 Poço de recalque
30 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)
31 Ralos e grelhas
32 Caixas de inspeção e caixas de areia
33 INSTALAÇOES PREVENTIVAS CONTRA INCÊNDIOS
34 Escada Marinheiro
35 Extintores
36 Hidrantes completos e Sprinklers
37 Corrimão e Guarda Corpo
38 Mangueiras
39 Bombas hidráulicas
40 Bombas hidráulicas
41 Equipamentos de medição
42 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)

Item 01 COMUNICAÇÃO VISUAL

1 SINALIZAÇÃO INTERNA
2 Totens e painéis
3 Adesivos e películas
4 Placas
5 Placas de mesa
6 Sinalização de piso
7 SINALIZAÇÃO EXTERNA
8 Totens e painéis
9 Adesivos e películas
10 Bandeiras

Item01 SISTEMAS DE TELEFONIA E LÓGICA

1 Entradas Telefônicas
2 Quadros Gerais de Telefonia
3 Quadros Parciais de Telefonia
4 Sistemas Primários de Distribuição
5 Sistemas Secundários de Distribuição
6 Testes e Certificações de Redes conforme autorização do TI da Unidade Judiciária (SEINFO) 7 Identificação dos pontos
8 Cabos Elétricos Nus

9 Cabos e Fios Elétricos Isolação Até 1 Kv
10 Cabos e Fios Telefônicos Internos E Externos
11 Cabos UTP, STP, FTP, FSTP
12 Cabos Coaxiais (RG/RF 59)
13 SISTEMAS E DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO
14 Protetores Contra Surtos para Redes Elétricas 15Protetores Contra Surtos para Telefonia.

Item 01 GERAL

1SERVIÇOS GERAIS
2 Furações
3 Fixações
4 Montagem e desmontagem de mobiliários
5 Armários de banheiro
6 Armários de copa
7 Suportes diversos
8 Corte e Poda de Árvores

Os Serviços de Instalações Elétricas, (Item 02) engloba:

Item 02 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

1 Entradas de Energia
2 Entradas em MT e BT
3 Ramais de Entrada
4 Transformadores
5 Dijuntores de MT e BT
6 Chaves Seccionadoras MT e BT
7 Pára-Raios
8 Barramentos e Conectores
9 Sistemas de Aterramento
10 Medição MT e BT
11 Entradas de Energia
12 Entradas em MT e BT
13 QUADROS ELÉTRICOS
14 Quadros Gerais de Distribuição
15 Quadros de Força e Luz
16 Quadros de Automação e Controle
17 Quadros de Energia Estabilizada
18 Identificação e proteção de quadros
19 Identificação de circuitos e rede
20 SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS
21 Captores
22 Pontaletes e Isoladores
23 Cabos de Gaiolas e de Descida
24 Hastes e Cabos Enterrados
25 Conectores e Terminais de Medição
26 SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO
27 Luminárias para Lâmpadas Fluorescentes
28 Outros Tipos de Aparelhos de Iluminação

29 Sistemas de Comando e Dispositivos de Controle
30 Iluminação de Emergência
31 Iluminação de Alerta e Sinalização
32 Iluminação de Fachada
33 Lâmpadas Fluorescentes Tubulares
34 Lâmpadas Fluorescentes Compactas
35 Lâmpadas Fluorescentes Eletrônicas
36 Lâmpadas Incandescentes Comuns e Mistas
37 Lâmpadas Halógenas
38 Lâmpadas Tipo Dicróica
39 Lâmpadas de Vapor Metálico
40 Lâmpadas de Vapor de Mercúrio
41 Lâmpadas Tipo Spot
42 Soquetes e Bocais 43 Reatores Diversos
44 Luminárias para Lâmpadas Fluorescentes
45 Outros Tipos de Aparelhos de Iluminação
46 PONTOS DE FORÇA
47 Tomadas de Uso Comum
48 Tomadas Para Equipamentos Especiais
49 Tomadas em Equipamentos Tipo Rack
50 Tomadas de Sistemas Estabilizados
51 Tomadas de Uso Comum
52 Tomadas Para Equipamentos Especiais
53 SISTEMAS DE ENERGIA ESTABILIZADA
54 No Breaks para Automação Bancária
55 Sistemas Monofásicos
56 Sistemas Bifásicos
57 Sistemas Trifásicos
58 Bancos de Baterias
59 Short-Breaks Uso Geral
60 Estabilizadores de Tensão Mono, Bi e Trifásicos
61 No Breaks para Automação Bancária

Quartel-General em Boa Vista, XX de XXXX de 2023.

BRUNO FAGNER ARAÚJO TEIXEIRA– 3º Sgt
Téc em Edificações 1ª BDA INF SL
CFT/CRT-01 nº 85786810291

FOLHA Nº 136
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PREGÃO Nº 39/2023
(Processo Administrativo n.° 64307.110432/2023-61)

ANEXO B

Cronograma Físico-Financeiro Genérico por Ocorrência

De acordo com a demanda de serviço estabelecida pelo **CONTRATANTE**, através das suas unidades em cada item distinto, será formulada pela **FISCALIZAÇÃO** a planilha de serviços, tomando como base os preços unitários do Registro de Preços da **CONTRATADA**, observando as quantidades máximas, que não poderão ser ultrapassadas. Essa planilha originará a OCORRÊNCIA, que a **FISCALIZAÇÃO** apresentará a **CONTRATADA**, cujo cronograma de execução seguirá o seguinte critério:

OCORRÊNCIA	1ª MEDIÇÃO	PRAZO ACUM	2ª MEDIÇÃO	PRAZO ACUM	3ª MEDIÇÃO	PRAZO ACUM	4ª MEDIÇÃO	PRAZO ACUM
Ocorrência de Valor até R$ 50.000,00	50%	30 dias	50%	45 dias				
Ocorrência de Valor de R$ 50.000,00 até R$ 150.000,00	30%	30 dias	40%	60 dias	30%	90 dias		
Ocorrência de Valor superior a R$ 150.000,00	25%	30 dias	25%	60 dias	25%	90 dias	25%	120 dias

Quartel-General em Boa Vista, XX de XXXX de 2023.

BRUNO FAGNER ARAÚJO TEIXEIRA– 3º Sgt
Téc em Edificações 1ª BDA INF SL
CFT/CRT-01 nº 85786810291

FOLHA Nº 137
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PREGÃO Nº 39/2023
(Processo Administrativo n.° 64307.110432/2023-61)

ANEXO C

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI)

ITEM	PORCENTAGEM
GARANTIA / SEGURO (G)	0,80%
RISCO (R)	1,27%
DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	1,23%
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	4,00%
CUSTOS INDIRETOS	**7,30%**
LUCRO (L)	7,40%
LUCRO BRUTO	**7,40%**
COFINS	3,00%
CPRB	4,50%
ISS	3,00%
PIS	0,65%
TRIBUTAÇÃO (T)	**11,15%**
BDI (fórmula)	**29,89%**

FÓRMULA DO BDI:

$$BDI = \frac{(1 + AC) * (1 + DF) * (1 + G + R) * (1 + L)}{1 - T} - 1$$

O BDI adotado encontra-se de acordo com o Acórdão 2.622/2013 - TCU Plenário.

Quartel-General em Boa Vista, XX de XXXX de 2023.

BRUNO FAGNER ARAÚJO TEIXEIRA– 3º Sgt
Téc em Edificações 1ª BDA INF SL
CFT/CRT-01 nº 85786810291

Fl. 138
Ass:

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

OFÍCIO nº 15/Seção de Licitações

Boa Vista-RR, 16 de novembro de 2023.

Senhora
ELENA NATCH FORTES
Coordenadora Geral da Consultoria Jurídica da União no Estado de Roraima
Rua Sousa Júnior, Nº 927, Bairro São Francisco. CEP: 69.301-011

Boa Vista-RR

Assunto: **Apreciação Jurídica.**

Senhora Coordenadora Geral,
Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito, para exame e aprovação jurídica por essa Consultoria Jurídica da União no Estado de Roraima, de acordo com o art. 53 da Lei nº 14.133/2021, conforme **formulário** para tramitação:

Modalidade: Pregão Eletrônico	TERMO ADITIVO, SE FOR O CASO: Não é o caso DATA LIMITE VENC. CONTRATO: Não é o caso
NUP: 64307.110432/2023-61	Nº de volumes: I
Objeto: **Serviços de Manutenção Predial e Elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica).**	Telefones/Responsáveis:
Sigla do Órgão: 1ª Bda Inf Sl	E-mail: salc1bdainfsl@gmail.com
	R$ 5.333.333,33
MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? (x) SIM ( ) NÃO	
Qual o modelo utilizado: Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Atualização: maio/2023 Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico Aprovado pela Secretaria de Gestão. Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)	
Houve alteração?	**Sim**

Fl. 139
Ass.

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO			
Assunto /Objeto: Pregão Eletrônico – Contratação de serviços gráficos e confecção de material institucional personalizado.			
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA: (OBS: De acordo com os conceitos listados abaixo, **sendo possível marcar mais de uma opção se o caso admitir**)			
AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à **aquisição onerosa** de bens mediante fornecimento único ou parcelado.		**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.	
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços **com** a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública.		**PATRIMÔNIO** – Processos e consultas que tratem do **patrimônio imobiliário** da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.	
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços **sem** a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	X	**RESIDUAL** – Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.	
CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL – Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.			
OBSERVAÇÃO:			

CLÁUDIO DOS SANTOS SILVA– Maj
Chefe da Seção de Licitações da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

140

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

TERMO DE ENCERRAMENTO DO VOLUME I

PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 39/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP
TIPO:MAIOR DESCONTO POR GRUPO

Aos, 16 dias do mês de novembro de 2023, lavrei o presente termo de **ENCERRAMENTO DO VOLUME I DO PROCESSO LICITATÓRIO 64307.110432/2023-61,** que tem como a primeira folha a de **Nr.**.....1 e como última a de **Nr** ...140..., que corresponde a este termo, dando por encerrado a juntada.

Quartel-General em Boa Vista, RR, 16 de novembro de 2023.

ERIVELTON DE PAULA MOURA BEATRIZ – 2º SGT
Auxiliar da Seção de Licitações da 1ª Bda Inf Sl

SAJC FL Nº 139 140

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
NÚCLEO JURÍDICO

NOTA n. 345/2023/NJUR/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU

PROCESSO 64307.110432/2023-61

ORIGEM: MINISTÉRIO DA DEFESA - COMANDO DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA-RORAIMA

1. Trata-se de processo oriundo do MINISTÉRIO DA DEFESA - COMANDO DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA-RORAIMA, que submete ao exame desta Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual de Obras e Serviços de Engenharia, processo cujo objeto é a realização de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - MANUTENÇÃO PREDIAL, sob a égide da Lei 14.133/2021** (Edital), para contratação de pessoa jurídica para a prestação de **serviço comum de engenharia** (TR, 1.1.1.2. e ETP, 5.2 e 5.3), a ser executados sob regime de **empreitada por preço unitário** (TR, 11.1.1.2, pg. 87), tipo **maior desconto sobre a tabela SINAPI** (TR, 1.4, pg. 70) e modo de disputa **aberto fechado** (pg. 42, Edital, 6.12 pg. 51) , para **Contratação de Serviços de Manutenção Predial e Elétrica** de serviços constantes na tabela SINAPI RR (TR, 1.1.1.1), no **valor total estimado de R$ 5.333.332,00** (ETP, 9.2).

2. Os presentes autos foram formalizados em forma física e digitalizados no Sistema Sapiens **contendo 140 páginas na presente data**, distribuídos ao Advogado da União signatário para análise e emissão de parecer, nos termos do artigo 11, VI, "a", da Lei Complementar nº 73, de 1993 e do artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC). Inicialmente, até a elaboração da NOTA N. 230/2023/NJUR/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU.

3. **O processo, contudo, padece de inconformidades que inviabilizam sua análise. Em respeito ao princípio da economia processual e da celeridade, o devolvemos para a respectiva readequação como forma de se evitar futuros questionamentos ou nulidades processuais.**

1. REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

4. O processo examinado se encontra em meio eletrônico. Por essa razão, todos os atos processuais são realizados e arquivados sob a forma de mídias digitais, cuja validade jurídica é reconhecida pela Medida Provisória n. 2.200-2, de 2001, e pelo Decreto nº 8.539/2015, que tratam da validade dos documentos produzidos em forma eletrônica, bem como do uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5. Portanto, quanto à autoria, convém mencionar que as declarações constantes dos documentos em forma eletrônica, produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 219 do Código Civil - documento nato-digital (art. 10, §1º da MP nº 2.200-2/2001 c/c art. 2º, II, a, do Decreto nº 8.539/2015). Relativamente aos documentos físicos anexados ao processo eletrônico, após procedimento de digitalização, o referido Decreto atribui a esses o valor de cópia autenticada ou de cópia simples, conforme a origem, *in verbis*:

> Art. 12. A digitalização de documentos recebidos ou produzidos no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá ser acompanhada da conferência da integridade do documento digitalizado.
>
> § 1º A conferência prevista no caput deverá registrar se foi apresentado documento original, cópia autenticada em cartório, cópia autenticada administrativamente ou cópia simples.
>
> § 2º Os documentos resultantes da digitalização de originais serão considerados cópia autenticada administrativamente, e os resultantes da digitalização de cópia autenticada em cartório, de cópia autenticada administrativamente ou de cópia simples terão valor de cópia simples.

6. Por outro lado, o Decreto nº 10.278/2020, estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

7. Destaca-se o fato de que todos os documentos digitalizados deverão ser assinados digitalmente com certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil (art. 5º, I). Portanto, sem a assinatura digital os documentos físicos digitalizados não poderão "...se equiparar a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato perante pessoa jurídica de direito público..." (art. 5º, caput).

8. Cabe observar que o reconhecimento de firma ou a autenticação em cartório são dispensáveis, salvo se houver dúvida com relação à autenticidade de documentos físicos, nos termos do Parecer n. 065/2019/CONJUR-CGU/CGU/AGU (NUP 00106.005904/2019-61, Seq. 2). Isso, porém, não dispensa a assinatura eletrônica para os documentos digitalizados destinados a processos eletrônicos.

9. Para se obter a equiparação, além da assinatura digital, os documentos digitalizados deverão seguir os padrões de digitalização exigidos, bem como conter os metadados indicados no Decreto. Por essas razões, recomenda-se que o órgão passe a adotar os padrões exigidos no referido normativo nas futuras remessas de processos eletrônicos.

10. De resto, não cabe a este órgão de assessoramento jurídico conferir as assinaturas digitais ou mesmo físicas apostas aos documentos juntados aos autos. Parte-se do pressuposto de que todos os documentos estão devidamente assinados e revestem-se de validade jurídica para todos seus efeitos legais.

11. ***Ordem cronológica dos documentos*:** É necessário mencionar que as etapas do planejamento da contratação devem obedecer uma ordem lógica e cronológica. Assim, a **oficialização da demanda** deve ser o documento inaugural do processo, com a conseguinte nomeação da Equipe de Planejamento, seguidos dos Estudos Preliminares e demais documentos técnicos que forneçam

SALC
FL Nº 141

elementos à sua elaboração, culminando no termo de referência e, na sequência, na elaboração dos documentos jurídicos pela Equipe de Licitação. Nada obsta que documentos técnicos, como o orçamento, sejam elaborados de forma interdisciplinar e concomitante ao ETP.

12. **Os documentos de planejamento não devem ser juntados apenas como etapa formal, quando na verdade há uma intenção de se implementar uma efetiva cultura uniformizada entre os órgãos de se planejar com mais acuidade antes de se licitar**.

13. **Notou-se a ausência de documentos importantes, a exemplo do Termo de Justificativas Técnicas Relevantes.**

14. O Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, é documento que cumpre o relevante mister de motivação e esclarecimento das mais variadas opções licitatórias, evitando-se a "pulverização" de justificativas e esclarecimentos relevantes em certames da espécie em diversos documentos constantes dos autos.

15. **Recomenda-se à equipe do Órgão consulente que passe a instruir seus processos licitatórios com o referido Termo**, cujo modelo é disponibilizado pela AGU.

16. **Recomenda-se** ao consulente que observe a ordem cronológica na formação do processo assim como orientado ao norte, bem como **recomenda-se** que o mesmo consulte a lista exemplificativa de uma ordem cronológica adequada abaixo.

17. **Recomenda-se** ao consulente que **complete a instrução** mediante a análise da lista de documentos abaixo, acrescendo à instrução os documentos faltantes, ou que justifique a ausência.

- Termo de Abertura ;
- Documento de Formalização da Demanda;
- Autorização para Abertura da Licitação ;
- Designação da Equipe de Planejamento;
- Designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- Declaração Atividade Custeio;
- Declaração Previsão e Adequação Orçamentária;
- Divulgação ou Justificativa Para Não Divulgação IRP;
- Justificativa para a Contratação;
- Justificativa Para Adoção do SRP ;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Aprovação do Estudo Técnico Preliminar ;
- Mapa de Riscos;
- Termo de Referência;
- Aprovação do Termo de Referência;
- Termo de Justificativas Técnicas Relevantes ;
- Requisitos de Sustentabilidade Ambiental;
- Especificações Técnicas ;
- Memorial Descritivo;
- Cronograma Físico Financeiro (modelo) ;
- Planilhas Orçamentárias Analítica e Sintética (TABELA SINAPI);
- Curva ABC de Insumos e Serviços ;
- Composição do BDI;
- Projeto Executivo ou Justificativa Técnica Pertinente;
- ART/RRT;
- Documentos de Titularidade do(s) Imóvel(s) ;
- Minuta do Edital;
- Minuta do Contrato ;
- Ata de Registro de Preços;
- Justificativa Para Adesão ou não Adesão;
- Lista de Verificação;
- Índice do Processo.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, OU "CARONA":

18. O Decreto nº 7.892/13, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15, da Lei nº 8.666/93, faculta a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes da licitação nos seguintes termos:

> Art. 22. **Desde que devidamente justificada a vantagem**, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante **anuência do órgão gerenciador**.
>
> § 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
>
> § 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar **pela aceitação ou não do fornecimento** decorrente de adesão, **desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata**, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
>
> § 3º **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.**
>
> § 4º O instrumento convocatório deverá prever que **o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes**, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
>
> § 5º (Revogado pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)

SALC FL. Nº 142

§ 6º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá **efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 8º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

§ 9º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal. (Negritou-se)

19. São, portanto, **requisitos para a denominada "carona" à Ata de Registro de Preços:**

a) Justificada vantagem;

b) Anuência do órgão gerenciador, que deve ser integrante da Administração Pública Federal;

c) Aceitação do fornecedor beneficiário da ata de registro de preços;

d) Não haver comprometimento ao cumprimento das obrigações anteriormente assumidas;

e) A contratação não exceder 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados;

f) A adesão a ata não exceder, na totalidade, ao quíntuplo dos quantitativos registrados;

g) A efetivação da contratação em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

20. As condições de habilitação devem ser preservadas durante toda a execução contratual - art. 55, XIII, da Lei Geral de Licitações. Da mesma forma, para a realização de qualquer pagamento ou celebração de contrato, **a União deverá exigir a apresentação da documentação de regularidade do contratado.**

21. O Tribunal de Contas da União firmou entendimento no sentido de que **é obrigatória a exigência da documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (CND) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS):**

• nas licitações públicas, de qualquer modalidade, inclusive dispensa e inexigibilidade, para contratar obras, serviços ou fornecimento, ainda que para pronta entrega;

• na assinatura dos contratos;

• **a cada pagamento efetivado pela administração contratante, inclusive nos contratos de execução continuada ou parcelada.**

(Decisão nº 705/1994 – Plenário do TCU).

22. Especificamente sobre a justificativa da **demanda e vantajosidade dos preços, cabe citar:**

A adesão a ata de registro de preços requer planejamento da ação, com levantamento das reais necessidades da administração contratante, não se admitindo a contratação baseada tão-somente na demanda originalmente estimada pelo órgão gerenciador. Ainda na Tomada de Contas Especial oriunda de representação acerca de possíveis irregularidades em duas contratações efetuadas pelo Ministério da Saúde na área de teleatendimento, examinou-se a contratação de "solução global de call center" mediante adesão a ata de registro de preços da Companhia Energética de Alagoas (Ceal). **Segundo análise da unidade técnica, não restou devidamente comprovada a real demanda do Ministério da Saúde e a vantajosidade dos preços contratados, inexistindo nos autos estudos ou levantamentos realizados para o quantitativo a ser contratado, nem documento que demonstrasse a real vantagem econômica da adesão**. Ouvidos em audiência, não lograram os responsáveis demonstrar a existência de satisfatório planejamento da contratação. Ao contrário, admitiram os responsáveis a fragilidade do planejamento ao argumentar que a contratação é que serviria para avaliar a quantidade ideal de postos para a prestação do serviço. Anotou o relator que "chega a ser despropositada a ideia de tomar uma contratação desse porte como experiência" destinada a, nas palavras da representante da responsável, "delimitar com mais precisão as reais necessidades do Ministério". E assim prosseguiu: "o que se depreende dos autos é que a expressiva ampliação do número de postos de atendimento do Disque-Saúde – de 70 para 272 – levou em conta tão-só a demanda originalmente estimada para si pela Cia. Energética de Alagoas, e não, como seria de se esperar, as reais necessidades do Ministério da Saúde. De fato, 272 foi exatamente o número de postos de 12 horas estabelecido pela Ceal em seu contrato". Carente de justificativa razoável, diante do vulto do contrato e até mesmo da não urgência da contratação, entendeu o relator ter sido irregular a conduta dos gestores, à exceção do Subsecretário de Assuntos Administrativos, que não participara concretamente da decisão de contratar. Ressaltou que não houvera análise consistente das opções de contratação do objeto, nem fundamento para desistir do procedimento licitatório que estava sendo preparado, tampouco manifestação técnica quanto à compatibilidade do objeto da ata, em qualidade e quantidade dos serviços com o objeto que o órgão contratara emergencialmente. Assim, o Tribunal acolheu a proposta do relator, rejeitando as razões de justificativas dos responsáveis e aplicando-lhes multa individual. Acórdão 998/2016 Plenário, Tomada de Contas Especial, Relator Ministro Benjamin Zymler.

23. Necessária a apresentação de comprovação da existência de disponibilidade orçamentária para a realização da despesa, por meio de declaração nesse sentido a ser emitida pelo Ordenador de Despesas, o que consta nos autos.

Dos demais requisitos para a previsão de adesão:

24. Ainda sobre Registro de Preços, observa-se que o edital permite a adesão por órgãos não participantes, nos termos do art. 22, §1º do Decreto n. 7.892, de 2013, que não impõe nenhuma justificativa para tanto. De igual modo, a opção administrativa não se encontra no rol elencado pelo art. 50 da Lei n. 9.784, de 1999. Assim, pode concluir que a possibilidade do carona, regulamentada pelo Decreto, está abstratamente considerada como vantajosa, não havendo que se exigir um juízo sobre uma eventualidade bastante difícil de antecipar. Mas esta não é a melhor conclusão.

SALC
FL. Nº 142

25. A respeito, convém destacar o **posicionamento do Tribunal de Contas da União**, no seguinte sentido:

> 10. Ademais, confesso que tenho dúvidas quanto à constitucionalidade do instituto do "carona". De todo modo, estou convicto de que, à luz dos art. 9º, inciso III, in fine, do Decreto 7.892/2013, **a possibilidade de adesão para órgão não participante (ou seja, que não participou dos procedimentos iniciais da licitação) não é uma obrigatoriedade a constar impensadamente em todos os editais de pregões para registro de preços**, ao contrário do que corriqueiramente é possível observar, **mas sim uma medida anômala e excepcional,** uma **faculdade que deve ser exercida de forma devidamente motivada e, portanto, passível de avaliação nos processos de controle externo** (Ac. n. 757/2015, Plenário, *g.n.*).

26. **Recomenda-se que seja avaliado se a possibilidade de "carona" trará maior vantajosidade (ex.: ganhos da economia de escala) ou competitividade ao certame ou, ainda, outro benefício de ordem prática que justifique a medida, bem como seja acostada aos autos tal justificativa, já que a justificativa apresentada não adentrou na matéria.**

27. Se mantida a possibilidade de "carona", seguindo o entendimento firmado junto ao Tribunal de Contas da União, **o instrumento convocatório do certame deverá indicar especificamente os quantitativos previstos para adesões**. Com efeito, esta é a interpretação dada pelo TCU, no Ac. nº 855/2013-Plenário, ao art. 9º do Decreto regulamentador do SRP, *in verbis*:

> Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:
>
> I – a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
>
> II – estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;
>
> **III – estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;**

28. Deve-se considerar, também, que **a exclusividade de participação a ME/EPP/COOP, prevista no art. 6º do Decreto n. 8.538, de 2015 somente permite a licitação exclusiva para as contratações não superiores a R$ 80 mil.** Considerando, por outro lado, que o Decreto que regulamenta o SRP permite adesões, ou "caronas", **até o quíntuplo do montante licitado é possível – em tese – a extrapolação do limite normativo caso ocorram adesões. Daí, extrai-se a ilação de que haverá violação legal sempre que o somatório das contratações do gerenciador, dos participantes e dos futuros aderentes, para um determinado item/grupo, ultrapassar o limite normativo**. Eis a razão pela qual o TCU faz a seguinte recomendação:

> 9.2.2. as licitações processadas por meio do Sistema de Registro de Preços, cujo valor estimado seja igual ou inferior a R$ 80.000,00, podem ser destinadas à contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, competindo ao órgão que gerencia a ata de registro de preços autorizar a adesão à referida ata, desde que cumpridas as condições estabelecidas no art. 8º do Decreto nº 3.931, de 2001, e respeitado, no somatório de todas as contratações, aí incluídas tanto as realizadas pelos patrocinadores da ata quanto as promovidas pelos aderentes, o limite máximo de R$ 80.000,00 em cada item da licitação (Acórdão n. 2.957/2011-Plenário, rel. Min. André Luís de Carvalho).

29. É importante, inclusive, mencionar a Orientação Normativa n. 011/2013 da Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro, como segue:

> 1. **O edital de licitação, ou seus anexos, deverá conter a estimativa total do quantitativo a ser adquirido ou contratado, considerado o somatório das demandas do órgão gerenciador, dos órgãos participantes e dos órgãos não participantes, no caso em que se admitir adesão**; 2. A estimativa total do quantitativo deverá ser levada em consideração para fins de apuração do valor da licitação e, por conseguinte, para escolha da modalidade licitatória (no caso de bens e serviços não comuns), bem como, restrição do certame para microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas. (g.n.)

30. **A par das considerações já apresentadas, é imprescindível que o órgão realize o planejamento estratégico da aquisição, incluindo nele os quantitativos e valores estimados de adesão por órgãos não participantes.**

Aquisição Ou Contratação Em Até 90 Dias da Autorização do Orgão Gerenciador

31. Neste ponto, cabe colacionar o disposto no art. 22 e §§ 5º e 6º do Decreto 7.892 de 2013:

> DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES
>
> Art. 22. **Desde que devidamente justificada a vantagem**, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
>
> § 6º **Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

32. A simples leitura do texto da norma acima colacionada, quando referida às datas dos documentos juntados aos autos, deixa clara a impossibilidade de prosseguimento do processo, tendo em vista que em caso concreto de futura adesão, **deverá constar a autorização referida na norma e a contratação deverá realizar-se atá 90 dias da autorização recebida pelo gerenciador.**

SAIC FLS. 1430

Da vinculação ao Instrumento Convocatório - Impossibilidade de Adesão à Ata de Registro de Preços para Localidades Distintas das Licitadas:

33. É seguro afirmar que **a licitação originária tem por objeto a prestação de serviços de engenharia em unidades e localidades especificadas no instrumento convocatório.**

34. **Como o objeto licitado e registrado em ata será a prestação de serviços de engenharia naquelas localidades**, evidente que, do ponto de vista da competição, **empresas que pudessem prestar os serviços em outras localidades, mas não ali, não participarão do certame**. Neste esteio, a Administração Pública se verá privada das propostas destes fornecedores, porque delimitou especificações que eles não poderiam atender.

35. Disto decorre que **eventual adesão à ata de registro de preços deverá necessariamente se restringir aos objetos licitados - ou seja, à prestação de serviços nas localidades especificadas no edital e na ata de registro de preços a fim de dar cumprimento do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.**

3. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL:

36. **Há imposição legal de elaboração de projeto básico com nível de precisão adequado para "definir e dimensionar o complexo de serviços objeto da licitação", contendo orçamento detalhado do custo global que seja "fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados" (art. 6°, XXV, da Lei n° 14.133/2021).**

37. Assim, o **órgão deve elaborar planilha orçamentária com a individualização de todos os serviços que pretende requisitar no decorrer da vigência da contratação, bem como a estimativa das quantidades previstas para cada tipo de serviço, de acordo com os dados históricos das contratações anteriores e o planejamento das demandas futuras.**

38. Tal planilha adquire importância ímpar, pois representa a expectativa de contratação do órgão - embora não represente obrigação estrita de fornecimento, dada a natureza imprecisa dos serviços de manutenção predial. Porém, ainda assim, será o parâmetro objetivo disponibilizado aos licitantes para que vislumbrem o compromisso a ser assumido (em termos qualitativos e quantitativos) e elaborem propostas de preços fidedignas.

CONCLUSÃO:

39. Diante dos fatos expostos, devolvem-se os presentes autos ao órgão de origem, para que o consulente atenda às recomendações elencadas ao longo desta nota jurídica.

40. Após, retornem os autos a esta CJU para análise conclusiva.

Brasília, 27 de novembro de 2023.

ANDRÉ LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS
ADVOGADO DA UNIÃO

Chave de acesso ao Processo: 74aec202 - https://supersapiens.agu.gov.br

---

Documento assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1350382044 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): ANDRE LUIZ AGOSTINHO DA SILVEIRA REIS. Data e Hora: 26-11-2023 11:14. Número de Série: 686937763215731462869859750O2. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

SALC
FL Nº 149

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

RESPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO NR 39/2023

DAS ANÁLISES PRELIMINARES
Requisitos de admissibilidade:

Inicialmente, cumpre registrar que, acerca do **Pregão Eletrônico 39/2023, para Contratação de Serviços de Manutenção Predial e Elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica)**, estimado no valor estimado de **R$ 5.333.332,00**, após análise do parecer consultivo, adotou-se as correções mencionadas e a devolução ao CJU para fins de nova análise conclusiva (NOTA, 40):

1) "Ordem cronológica dos documentos: É necessário mencionar que as etapas do planejamento da contratação devem obedecer uma ordem lógica e cronológica. Assim, a oficialização da demanda deve ser o documento inaugural do processo, com a conseguinte nomeação da Equipe de Planejamento, seguidos dos Estudos Preliminares e demais documentos técnicos que forneçam elementos à sua elaboração, culminando no termo de referência e, na sequência, na elaboração dos documentos jurídicos pela Equipe de Licitação. Nada obsta que documentos técnicos, como o orçamento, sejam elaborados de forma interdisciplinar e concomitante ao ETP (NOTA, 11).

Medida: Sendo referencial a presente manifestação jurídica consultiva, impende mencionar que retificamos a seqüência lógica dos documentos elencados no processo licitatório, conforme índice fl.(.....).

2) Os documentos de planejamento não devem ser juntados apenas como etapa formal, quando na verdade há uma intenção de se implementar uma efetiva cultura uniformizada entre os órgãos de se planejar com mais acuidade antes de se licitar (NOTA, 12).

Medida: Sendo referencial a presente manifestação jurídica consultiva, impende mencionar que a 1ª Brigada de Infantaria de Selva realizou este procedimento licitatório em consonância com suas necessidades e planejamento na contratação.

3) Notou-se a ausência de documentos importantes, a exemplo do Termo de Justificativas Técnicas Relevantes. O Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, é documento que cumpre o relevante mister de motivação e esclarecimento das mais variadas opções licitatórias, evitando-se a "pulverização" de justificativas e esclarecimentos relevantes em certames da espécie em diversos documentos constantes dos autos. Recomenda-se à equipe do Órgão consulente que passe a instruir seus processos licitatórios com o referido Termo, cujo modelo é disponibilizado pela AGU (NOTA, 13/14/15).

SALC
FL Nº 145

Medida: Sendo referencial a presente manifestação jurídica consultiva, impende mencionar que este órgão incluiu o Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, modelos da lei nº 14.133/21 para pregão e concorrência, conforme disponibilizado pelo Advocacia Geral da União – AGU no site: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrencia, constante nas fls.(...../.....).

4) Recomenda-se ao consulente que observe a ordem cronológica na formação do processo assim como orientado ao norte, bem como recomenda-se que o mesmo consulte a lista exemplificativa de uma ordem cronológica adequada abaixo. Recomenda-se ao consulente que complete a instrução mediante a análise da lista de documentos abaixo, acrescendo à instrução os documentos faltantes, ou que justifique a ausência (NOTA 16/17).
Medida: Sendo referencial a presente manifestação jurídica consultiva, impende mencionar que este órgão adotou as recomendações quanto a formação da Ordem Cronológica dos documentos deste processo licitatório.

5) O Decreto nº 7.892/13, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15, da Lei nº 8.666/93, faculta a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes da licitação nos seguintes termos: Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.§ 5º (Revogado pelo Decreto nº 8.250, de 2.014) § 6º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.§ 7º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações,informando as ocorrências ao órgão gerenciador.§ 8º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.§ 9º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal. São, portanto, requisitos para a denominada "carona" à Ata de Registro de Preços: a) Justificada vantagem; b) Anuência do órgão gerenciador, que deve ser integrante da Administração Pública Federal; c) Aceitação do fornecedor beneficiário da ata de registro de preços; d) Não haver comprometimento ao cumprimento das obrigações anteriormente assumidas; e) A contratação não exceder 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados; f) A

SALC
FL Nº 146

adesão a ata não exceder, na totalidade, ao quíntuplo dos quantitativos registrados; g) A efetivação da contratação em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Medida: Sendo referencial a presente manifestação jurídica consultiva, impende mencionar que a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, adotou como legislação para esse processo licitatório a lei 14.133/2021, portanto não havendo pertinência ao supramencionado na (NOTA 18/19) em relação **a adesão à ata de registro de preços, ou "carona" lei 8.666/1993**, conforme consta no processo licitatório fl. 108, Item 4.1., do Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços.

6) As condições de habilitação devem ser preservadas durante toda a execução contratual - art. 55, XIII, da Lei Geral de Licitações. Da mesma forma, para a realização de qualquer pagamento ou celebração de contrato, a União deverá exigir a apresentação da documentação de regularidade do contratado. O Tribunal de Contas da União firmou entendimento no sentido de que é obrigatória a exigência da documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (CND) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS): nas licitações públicas, de qualquer modalidade, inclusive dispensa e inexigibilidade, para contratar obras, serviços ou fornecimento, ainda que para pronta entrega; na assinatura dos contratos; a cada pagamento efetivado pela administração contratante, inclusive nos contratos de execução continuada ou parcelada.(Decisão nº 705/1994 – Plenário do TCU) (NOTA 20/21).

Medida: Sendo referencial a presente manifestação jurídica consultiva, impende mencionar que a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, adota as recomendações do parecer e incluí no Edital, item 8.1.1, fls. (...../.....)Anexo II – Minuta do Contrato, cláusula nona "obrigações do contratado", item 9.9, fls. (...../.....) supramencionado na (NOTA20/ 21).

7) Especificamente sobre a justificativa da demanda e vantajosidade dos preços, cabe citar: A adesão a ata de registro de preços requer planejamento da ação, com levantamento das reais necessidades da administração contratante, não se admitindo a contratação baseada tão-somente na demanda originalmente estimada pelo órgão gerenciador. Ainda na Tomada de Contas Especial oriunda de representação acerca de possíveis irregularidades em duas contratações efetuadas pelo Ministério da Saúde na área de teleatendimento, examinou-se a contratação de "solução global de call center" mediante adesão a ata de registro de preços da Companhia Energética de Alagoas (Ceal). Segundo análise da unidade técnica, não restou devidamente comprovada a real demanda do Ministério da Saúde e a vantajosidade dos preços contratados, inexistindo nos autos estudos ou levantamentos realizados para o quantitativo a ser contratado, nem documento que demonstrasse a real vantagem econômica da adesão. Ouvidos em audiência, não lograram os responsáveis demonstrar a existência de satisfatório planejamento da contratação. Ao contrário, admitiram os responsáveis a fragilidade do planejamento ao argumentar que a contratação é que serviria para avaliar a quantidade ideal de postos para a prestação do serviço. Anotou o relator que "chega a ser despropositada a ideia de tomar uma contratação desse porte como experiência" destinada a, nas palavras da representante da responsável, "delimitar com mais precisão as reais necessidades do Ministério". E assim prosseguiu: "o que se depreende dos autos é que a expressiva ampliação do número de postos de atendimento do Disque-Saúde – de 70 para 272 – levou em conta tão-só a demanda originalmente estimada para si pela Cia.Energética de Alagoas, e não, como seria de se esperar, as reais necessidades do Ministério da Saúde. De fato, 272 foi exatamente o número de postos de 12 horas estabelecido pela Ceal em seu contrato". Carente de justificativa razoável, diante do vulto do contrato e até mesmo da não urgência da contratação, entendeu o relator ter

sido irregular a conduta dos gestores, à exceção do Subsecretário de Assuntos Administrativos, que não participara concretamente da decisão de contratar. Ressaltou que não houvera análise consistente das opções de contratação do objeto, nem fundamento para desistir do procedimento licitatório que estava sendo preparado, tampouco manifestação técnica quanto à compatibilidade do objeto da ata, em qualidade e quantidade dos serviços com o objeto que o órgão contratara emergencialmente. Assim, o Tribunal acolheu a proposta do relator, rejeitando as razões de justificativas dos responsáveis e aplicando-lhes multa individual. Acórdão998/2016 Plenário, Tomada de Contas Especial, Relator Ministro Benjamin Zymler (NOTA 22).

Medida: Sendo referencial a presente manifestação jurídica consultiva, impende mencionar que as recomendações do parecer estão inseridas nos autos do processo, Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preço, Item 4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*, item 4, fls (...../.....) supramencionada na (NOTA 22).

8) Necessária a apresentação de comprovação da existência de disponibilidade orçamentária para a realização da despesa, por meio de declaração nesse sentido a ser emitida pelo Ordenador de Despesas, o que consta nos autos, (NOTA 23).

Medida: Sendo referencial a presente manifestação jurídica consultiva, impende mencionar que a recomendação do parecer está inserida nos autos do processo Declaração Orçamentária, fl.(31) supramencionada na (NOTA 23).

9) Dos demais requisitos para a previsão de adesão: Ainda sobre Registro de Preços, observa-se que o edital permite a adesão por órgãos não participantes, nos termos do art. 22, §1º do Decreto n. 7.892, de 2013, que não impõe nenhuma justificativa para tanto. De igual modo, a opção administrativa não se encontra no rol elencado pelo art. 50 da Lei n. 9.784, de 1999. Assim, pode concluir que a possibilidade do carona, regulamentada pelo Decreto, está abstratamente considerada como vantajosa, não havendo que se exigir um juízo sobre uma eventualidade bastante difícil de antecipar. Mas esta não é a melhor conclusão. 24. A respeito, convém destacar o posicionamento do Tribunal de Contas da União, no seguinte sentido: 25. 10. Ademais, confesso que tenho dúvidas quanto à constitucionalidade do instituto do "carona". De todo modo,estou convicto de que, à luz dos art. 9º, inciso III, in fine, do Decreto 7.892/2013, a possibilidade de adesão para órgão não participante (ou seja, que não participou dos procedimentos iniciais da licitação) não é uma obrigatoriedade a constar impensadamente em todos os editais de pregões para registro de preços, ao contrário do que corriqueiramente é possível observar, mas sim uma medida anômala e excepcional, uma faculdade que deve ser exercida de forma devidamente motivada e, portanto, passível de avaliação nos processos de controle externo (Ac. n. 757/2015, Plenário, g.n.). Recomenda-se que seja avaliado se a possibilidade de "carona" trará maior vantajosidade (ex.: ganhos da economia de escala) ou competitividade ao certame ou, ainda, outro benefício de ordem prática que justifique a medida, bem como seja acostada aos autos tal justificativa, já que a justificativa apresentada não adentrou na matéria. 26. Se mantida a possibilidade de "carona", seguindo o entendimento firmado junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório do certame deverá indicar especificamente os quantitativos previstos para adesões. Com efeito, esta é a interpretação dada pelo TCU, no Ac. nº 855/2013-Plenário, ao art. 9º do Decreto regulamentador do SRP, in verbis: 27. Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520,de 2002, e contemplará, no mínimo:I – a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes,com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;II – estimativa de

SALC
FL. Nº 143

quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;III – estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no§ 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões (NOTAS 24.25.26.27).

Medida: Sendo referencial a presente manifestação jurídica consultiva, impende mencionar que a recomendação do parecer está inserida nos autos do processo, Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preço, Item 4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e demais subitens *(item obrigatório)*, fl. (.....) supramencionada nas (NOTAS 24. 25. 26. 27).

10) Deve-se considerar, também, que a exclusividade de participação a ME/EPP/COOP, prevista no art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015 somente permite a licitação exclusiva para as contratações não superiores a R$ 80 mil. Considerando, por outro lado, que o Decreto que regulamenta o SRP permite adesões, ou "caronas", até o quíntuplo do montante licitado é possível – em tese – a extrapolação do limite normativo caso ocorram adesões. Daí, extrai-se a ilação de que haverá violação legal sempre que o somatório das contratações do gerenciador, dos participantes e dos futuros aderentes, para um determinado item/grupo,ultrapassar o limite normativo. Eis a razão pela qual o TCU faz a seguinte recomendação: 9.2.2. as licitações processadas por meio do Sistema de Registro de Preços, cujo valor estimado seja igual ou inferior a R$ 80.000,00, podem ser destinadas à contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, competindo ao órgão que gerencia a ata de registro de preços autorizar a adesão à referida ata, desde que cumpridas as condições estabelecidas no art. 8° do Decreto nº 3.931, de 2001, e respeitado, no somatório de todas as contratações, aí incluídas tanto as realizadas pelos patrocinadores da ata quanto as promovidas pelos aderentes, o limite máximo de R$ 80.000,00 em cada item da licitação (Acórdão n. 2.957/2011-Plenário, rel.Min. André Luís de Carvalho). É importante, inclusive, mencionar a Orientação Normativa n. 011/2013 da Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro, como segue: 1. O edital de licitação, ou seus anexos, deverá conter a estimativa total do quantitativo a ser adquirido ou contratado, considerado o somatório das demandas do órgão gerenciador, dos órgãos participantes e dos órgãos não participantes, no caso em que se admitir adesão; 2. A estimativa total do quantitativo deverá ser levada em consideração para fins de apuração do valor da licitação e, por conseguinte, para escolha da modalidade licitatória (no caso de bens e serviços não comuns), bem como, restrição do certame para microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas. (g.n.) A par das considerações já apresentadas, é imprescindível que o órgão realize o planejamento estratégico da aquisição, incluindo nele os quantitativos e valores estimados de adesão por órgãos não participantes (NOTAS 28. 29. 30.)

Medida: Sendo referencial a presente manifestação jurídica consultiva, impende mencionar que a recomendação do parecer está inserida nos autos do processo a Justificativa para Não Adoção da Cota de 25% para Contratação Exclusiva de ME/EPP, fl.(36.1/37) supramencionada na (NOTA 28. 29. 30.). Ainda sobre foram incluídas Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preço, os itens 4.1.4. e 4.1.5. do Item 4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS fl.(.....).

11) Aquisição Ou Contratação Em Até 90 Dias da Autorização do Órgão Gerenciador

Neste ponto, cabe colacionar o disposto no art. 22 e §§ 5º e 6º do Decreto 7.892 de 2013: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. § 6º Após

SALC
FL Nº 1149

a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata. A simples leitura do texto da norma acima colacionada, quando referida às datas dos documentos juntados aos autos, deixa clara a impossibilidade de prosseguimento do processo, tendo em vista que em caso concreto de futura adesão, deverá constar a autorização referida na norma e a contratação deverá realizar-se até 90 dias da autorização recebida pelo gerenciador. (NOTAS 31. 32.).
Medida: Sendo referencial a presente manifestação jurídica consultiva, impende mencionar que a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, adota as recomendações do parecer, no entanto ressalta não existir o tópico ***DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES nos autos do processo,*** supramencionado na (NOTA 31. 32.). Ainda, cabe ressaltar que o prazo de execução dos serviços será conforme cronograma e orçamento anexados, contados da data ordem de Serviços, devidamente assinado pelo representante legal.

*12) **Da vinculação ao Instrumento Convocatório - Impossibilidade de Adesão à Ata de Registro de Preços para Localidades Distintas das Licitadas: É seguro afirmar que a licitação originária tem por objeto a prestação de serviços de engenharia em unidades e localidades especificadas no instrumento convocatório. Como o objeto licitado e registrado em ata será a prestação de serviços de engenharia naquelas localidades, evidente que, do ponto de vista da competição, empresas que pudessem prestar os serviços em outras localidades, mas não ali,não participarão do certame. Neste esteio, a Administração Pública se verá privada das propostas destes fornecedores, porque de limitou especificações que eles não poderiam atender. Disto decorre que eventual adesão à ata de registro de preços deverá necessariamente se restringir aos objetos licitados - ou seja, à prestação de serviços nas localidades especificadas no edital e na ata de registro de preços a fim dedar cumprimento do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.*** (NOTAS 33. 34. 35.).

*13) **DA DEFINIÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL: Há imposição legal de elaboração de projeto básico com nível de precisão adequado para "definir e dimensionar o complexo de serviços objeto da licitação", contendo orçamento detalhado do custo global que eja"fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados" (art. 6º, XXV, da Lei nº 14.133/2021). Assim, o órgão deve elaborar planilha orçamentária com a individualização de todos os serviços que pretende requisitar no decorrer da vigência da contratação, bem como a estimativa das quantidades previstas para cada tipo de serviço,de acordo com os dados históricos das contratações anteriores e o planejamento das demandas futuras. Tal planilha adquire importância ímpar, pois representa a expectativa de contratação do órgão - embora não representeobrigação estrita de fornecimento, dada a natureza imprecisa dos serviços de manutenção predial. Porém, ainda assim, será oparâmetro objetivo disponibilizado aos licitantes para que vislumbrem o compromisso a ser assumido (em termos qualitativos equantitativos) e elaborem propostas de preços fidedignas.*** (NOTAS 36. 37. 38.).

Quartel-General em Boa Vista, 14 de fevereiro de 2024.

FL. Nº 150

CARLOS FREDERICO BACKER PEREIRA VALLADO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

FOLHA Nº 151
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola – 1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

TERMO DE ABERTURA

Em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, autuo, nesta data, o Processo Administrativo n.º **64307.110432/2023-61**, em referência ao Pregão Eletrônico 39/2023 autorizado na conformidade do despacho do Chefe da Prefeitura Militar da 1ª Bda Inf Sl no **DIEx nº 5879-PMVB/Cmdo/1º Bda Inf Sl**, de 10 de outubro de 2023, que tem por objeto **Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de Serviços de Manutenção Predial e Elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica)**, do tipo "MAIOR DESCONTO POR GRUPO", a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela **Boletim Interno nº 1/2023**, conforme condições estabelecidas no presente Edital.

Quartel-General em Boa Vista, 14 de fevereiro de 2024.

CARLOS FREDERICO BACKER PEREIRA VALLADO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

FOLHA Nº 152

RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola/1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023
(Processo Administrativo n°64307.110432/2023-61)

ÒRGÃO:1ª Brigada de Infantaria de Selva
SETOR REQUISITANTE: Prefeitura Militar da 1º Bda Inf Sl
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: CÉSAR AUGUSTO QUEIROZ DA **COSTA**

1. PREVISÃO DE DEMANDA
1.1. Ordem de Serviço nº 002/2022 - SALC
2. IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDA (OBJETO)
2.1. Contratação de serviços de manutenção predial e elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica).
3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO
3.1. A pretensa contratação justifica-se pelo fato do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas Organizações Militares Vinculadas Administrativamente necessitarem da contratação de manutenção predial e elétrica, conforme tabela Sinapi/RR. Ainda, ressalta-se que a 1ª Bda Inf Sl por meio deste processo visa solucionar as problemáticas da conservação do patrimônio público sobre sua responsabilidade. 3.2. Destaca-se ainda que as necessidades supramencionadas conforme termo de referência, justifica-se pela necessidade de manter em boas condições de uso das áreas de responsabilidade da 1ª Bda Inf Sl e suas Unidades/Subunidades: 10º Grupo de Artilharia de Campanha Sl; 1º Batalhão Logístico Sl; 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; Comando da 1ª BdaInfSl; Cia Comando; 32º Pelotão de Polícia do Exército; 1º Pelotão de Comunicações; e Posto Médico da Guarnição de Boa Vista. Ainda cabendo ressaltar sobre sua responsabilidade o Hotel de Trânsito de Oficiais; Clubes, casas de apoio e outras seções/subseções e Próprios Nacionais Residenciais (PNR). 3.3. A grande quantidade de instalações sobre sua responsabilidade demandam manutenção/reparos constantes para evitar a degradação das estruturas físicas, como também garantir condições dignas e seguras de trabalho e uso. 3.4. Posto isso, a contratação em tela encontra-se em consonância com as demandas geradas pelo Grupo de Coordenação e Acompanhamento de Licitações Centralizadas (GCALC) gerenciado pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sendo este objeto responsabilidade deste comando, haja vista a necessidades das Organizações Militares Vinculadas Administrativamente e demais OMs da Guarnição de Boa Vista – RR. 3.5. As quantidades informadas serão suficientes para atender as necessidades da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s) pelo período de 12 meses, tomando como parâmetro básico os quantitativos

Sheila

FOLHA Nº 159

RUBRICA

estimados no Sistema de Execução Orçamentária e Planejamento de Aquisições (SEOPA), combinado com o histórico da demanda do Pregão 50/2022 o qual será substituído por este processo.
4. QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADA
4.1. A quantidade estimada a ser contratada se fundamenta no histórico de faturamento do ano de 2022, o mesmo serviu para mensurar a demanda apresentada pela parte requisitante, de acordo com as quantidades previstas no Termo de Referência.
5. PREVISÃO DA DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS OU DA ENTREGA DOS BENS.
5.1. A previsão para que seja iniciada a prestação da futura contratada será mediante assinatura da ata.
6. INDICAÇÃO DO MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO E SE NECESSÁRIO O RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO.

NOME	GRADUAÇÃO	FUNÇÃO
CÉSAR AUGUSTO QUEIROZ DA **COSTA**	TC	Chefe da Equipe de Planejamento
BRUNO **FAGNER** ARAÚJO TEIXEIRA	3º Sgt	Membro da Equipe de Planejamento
SHEILA NASCIMENTO COELHO	3º Sgt	Membro da Equipe de Planejamento

Quartel-General em Boa Vista, 09 de fevereiro de 2024.

CÉSAR AUGUSTO QUEIROZ DA COSTA – TC
Chefe da Equipe de Planejamento

BRUNO FAGNER ARAÚJO TEIXEIRA– 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

SHEILA NASCIMENTO COELHO – 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

FOLHA Nº 154

RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nr 39/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MAIOR DESCONTO

Em atenção aos termos da Lei nº 14.133 de 2021 e demais legislações aplicáveis, autorizo a abertura de processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico Nr 39/2023, cujo objeto é **Pregão Eletrônico SRP Nº 39/2023 - Registro de preços para futura e eventual Contratação de Serviços de Manutenção Predial e Elétrica de serviços constantes na tabela SINAPI RR**, para atender a 1ª Brigada de Infantaria de Selva e Organizações Militares Vinculadas Administrativamente.

Quartel em Boa Vista, RR, 14 de fevereiro de 2024.

CARLOS FREDERICO BACKER PEREIRA VALLADO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

FOLHA Nº 155

RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

DESIGNAÇÃO DE EQUIPE DE PLANEJAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP
TIPO: MAIOR DESCONTO POR ITEM

1. Este Ordenador de Despesas nomeia abaixo, com fulcro nos artigos 7º, 8ºe 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

Designo os militares abaixo para compor a equipe de planejamento do processo de Futura e Eventual contratação de serviços de manutenção Predial e manutenção elétrica, ambas preventiva e corretiva, constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica.

Função	Post/Grad	Nome	Assinatura
Chefe eqp	TC	**CÉSAR** AUGUSTO QUEIROZ DA **COSTA**	
Membro	3º Sgt	BRUNO **FAGNER** ARAÚJO TEIXEIRA	
Membro	3º Sgt	**SHEILA** NASCIMENTO COELHO	

Quartel-General em Boa Vista, 14 de fevereiro de 2024.

CARLOS FREDERICO BACKER PEREIRA VALLADO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Licitações e Contratos no Exército), aprovadas por meio de Portaria Ministerial do Exército nº 305, de 24 de MAIO de 1995:

Empresa: H. A. S BRAGA & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
Objeto: prestação de serviços de assistência a saúde
Gestor do Contrato: Maj Carlos
Fiscal de Contrato: 1º Ten Aldeíris Júnior
Substituto do fiscal de Contrato: 2º Ten Gonzaga
Contrato Nr: 171
Vigência: 30/12/2023-29/01/2024

Empresa: CENTRO DE REABILITAÇÃO FISIOFORMA LTDA
Objeto: prestação de serviços de assistência a saúde
Gestor do Contrato: Maj Carlos
Fiscal de Contrato: 1º Ten Paula
Substituto do fiscal de Contrato: 3º Sgt Viveiros
Contrato Nr: 172
Vigência: 15/01/2024-14/01/2025

1º Ten OTT **PAULA** DO NASCIMENTO MONTEIRO BORGES LIMA SOARES
1º Ten ODT **ALDEÍRIS** RODRIGUES PEREIRA **JÚNIOR**
2º Ten OFT ANDRÉ FELIPE **GONZAGA** DOS SANTOS

Em consequência, o OD/1ª Bda inf Sl, o Fisc Adm/1ª Bda inf Sl, a Fiscal do Contrato, a Fiscal Substituta do Contrato e os demais interessados adotem as providências decorrentes de acordo com a legislação vigente.

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Nomeação

- Designo para o corrente ano com fulcro nos Arts.3º e 4º do Decreto 11.246, de 27 de Outubro de 2022, para exercer a função de Pregoeiro e Equipe de Apoio do Cmdo da 1ª Bda Inf Sl, os seguintes militares:

Cap PTTC	DORVAL GLADEMIR **BROGLIO**
Cap	**FLÁVIA** DA SILVA RIOS
S Ten	JOSÉ **RIBAMAR** SILVA DOS **SANTOS**
2º Sgt	VICTOR VICENTE ALVES **SANTANA**
2º Sgt	**CAIO** CESAR PORTO FERREIRA
2º Sgt	**ERIVELTON** DE PAULA MOURA BEATRIZ
3º Sgt	JOÃO **PABLO** TORRES SAUCEDA
3º Sgt	**JORGE LUIZ** DOS SANTOS VESTENA
3º Sgt	PEDRO PAULO **FIGUEIREDO** BRITO
3º Sgt	GILVANI **PEREIRA** DA SILVA
Servidor Civil (SC)	PAULO SÉRGIO TORREIAS DE CASTRO

Em consequência, o Ch SALC/1ª Bda Inf Sl, os militares nomeados e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes de acordo com a legislação vigente.

FOLHA Nº 157

RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO EM ATIVIDADE DE CUSTEIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nr 39/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP
TIPO: MAIOR DESCONTO

Declaro que a contratação de Serviços de Manutenção Predial e Elétrica de serviços constantes na tabela SINAPI RR para a 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas Organizações Militares Vinculadas Administrativamente, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas **enquadra-se em Atividade de Custeio** conforme preconiza o Decreto nº 10.193, de 27 de Dezembro de 2019 e a Portaria ME Nº 7.828, de 30 de agosto de 2022.

Quartel-General em Boa Vista, 14 de fevereiro de 2024.

CARLOS FREDERICO BACKER PEREIRA VALLADO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

FOLHA Nº 158

RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola/1945)
BRIGADA LOBO D´ALMADA

PREGÃO Nº 39/2023
Processo Administrativo nº 64307.110432/2023-61

DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Declaro para os devidos fins que há dotação orçamentária disponível suficiente para assegurar o cumprimento das obrigações do Pregão Eletrônico SRP nº 39/2023, com fundamento nos termos do § 1° do art. 80 do Decreto-Lei 200/67, incisos I e II do art. 167 da CRFB/1988, bem como o parágrafo único do arts. 11 e 72, inciso IV, ambos da Lei 14.133/2021, e ainda do inciso II do art. 16 e do inciso IV do art. 37, ambos da Lei Complementar 101/00, declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, inclusive criminais, que a despesa que se pretende realizar — objeto, valor e rubricas orçamentárias — é compatível com a Plano Plurianual — PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e com a Lei Orçamentária Anual — LOA, havendo efetivamente recursos financeiros para adimplir a obrigação.

Quartel-General em Boa Vista, 14 de fevereiro de 2024.

CARLOS FREDERICO BACKER PEREIRA VALLADO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

FOLHA Nº 159
RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 39/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP
TIPO: MAIOR DESCONTO POR GRUPO

DA UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO COMO MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A escolha do Pregão Eletrônico, como modalidade de licitação, é adequada, pois o serviço a ser contratado trata-se "Contratação de empresa para execução de serviço comum de engenharia - Manutenção Predial Preventiva e Corretiva e Manutenção Elétrica Preventiva e Corretiva para as instalações da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s), situadas em Boa Vista – RR, conforme descrito no Anexo – endereços, tendo como referência o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil através da Tabela (SINAPI – Não Desonerada – Composição Analítica)". Assim, conforme acima citado este instrumento, qualifica-se como **comum** pela unidade técnica (art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c item 1.1.1 do Termo de Referência).

DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

Quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, é cabível nas hipóteses indicadas nos termos do **art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31/03/2023**:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como

quantidade de horas de serviço, posto de trabalho ou regime de tarefa; *(não se confundindo entrega parcelada dos produtos com entrega de parcelas do produto, nos termos do entendimento firmado no Acórdão TCU nº 125/2016 – Plenário)*;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração *(podendo a incerteza da demanda ser relacionada com a sua ocorrência ou com a quantidade de bens, conforme Acórdão TCU nº 2.197/2015-Plenário)*.

Feitas estas considerações, verifica-se que, no caso, a Administração apresenta justificativa da opção pelo SRP, conforme enquadramento nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III e V, razão pela qual se faz possível atender a adequada escolha, à luz do artigo retro citado acima. Ainda diante do exposto cabe ressaltar conforme inciso III, os serviços a serem licitados atenderão as demandas da UASG (160482) e demais órgãos participantes (7º Bis, 6º BEC e UGE/FT LOG HUM) e não participantes que desejarem aderir à ATA.

A necessidade da contratação foi justificada, tendo sido estimado os custos dos serviços a partir de método amparado por documentos juntados aos autos, Termo de Abertura, Requisição, Relatório de Pesquisa de Preço e Mapa Comparativo.

Entretanto, a justificativa dos quantitativos a serem contratados (O levantamento foi feito pela Prefeitura Militar do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, após consulta com as seguintes Organizações Militares Administrativamente Vinculadas (OMVA): ***10º Grupo de Artilharia de Campanha Sl, 1º Batalhão Logístico Sl, 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, Comando da 1ª Bda Inf Sl, Cia Comando, 32º Pelotão de Polícia do Exército, 1º Pelotão de Comunicações, Posto Médico da Guarnição de Boa Vista, Hotel de Trânsito de Oficiais; e Clubes, casas de apoio e outras seções/subseções***.

É certo que em razão do número de instalações sobre responsabilidade da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVAs, áreas que demandam manutenção/reparos constantes para evitar a degradação das estruturas físicas, como também garantir condições dignas e seguras de trabalho e uso. Faz-se necessário o certame licitatório a luz do

FOLHA Nº 16

RUBRICA

objeto "**Serviços de manutenção predial e manutenção elétrica, ambas corretivas e preventivas**".

Quartel-General em Boa Vista, 14 de fevereiro de 2024.

CARLOS FREDERICO BACKER PEREIRA VALLADO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

FOLHA Nº 162

RUBRICA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023
(Processo Administrativo n°64307.110432/2023-61)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

INFORMAÇÕES BÁSICAS

CATEGORIA: SERVIÇOS COMUNS

1- DA NECESSIDADE DA CONTRAÇÃO

1.1. A 1ª Bda Inf Sl é uma Organização Militar composta pelas seguintes Unidades/Subunidades:

a. 10º Grupo de Artilharia de Campanha Sl;

b. 1º Batalhão Logístico Sl;

c. 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado;

d. Comando da 1ª Bda Inf Sl;

e. Cia Comando;

f. 32º Pelotão de Polícia do Exército;

g. 1º Pelotão de Comunicações;

h. Posto Médico da Guarnição de Boa Vista;

i. Hotel de Trânsito de Oficiais;

j. Clubes, casas de apoio e outras seções/subseções; e

l. Próprios Nacionais Residenciais (PNR)

1.2. A formação de registro de preços para **contratação de empresa para execução de serviço comum de engenharia - Manutenção Predial Preventiva e Corretiva e Manutenção Elétrica Preventiva e Corretiva para as instalações da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s), conforme item 1.1. deste ETP,** fazendo-se necessária em razão do número de instalações sobre responsabilidade da 1ª Bda Inf Sl e suas OMVAs, áreas que demandam manutenção/reparos constantes para evitar a degradação das estruturas físicas, como também garantir condições dignas e seguras de trabalho e uso.

Shirla

FOLHA Nº 169

RUBRICA

1.3. Ressalta-se que a contratação supracitada deve ser precedida do Estudo Técnicos Preliminar para fins de análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

1.4. Destarte, optou-se por seguir as diretrizes gerais apontadas pela **IN SEGES Nº 05, DE 25 DE MAIO DE 2017**, recepcionada na **Lei Federal nº 14.133/2021** pela **IN SEGES Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021**; **pela IN SEGES Nº 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022**, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminar - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

1.5. Este Estudo Técnico Preliminar busca verificar a viabilidade da **contratação de empresa para execução de serviço comum de engenharia - Manutenção Predial Preventiva e Corretiva e Manutenção Elétrica Preventiva e Corretiva para as instalações da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s).**

1.6. A fim de balizar e nortear os atos administrativos que se emanarão da pretensa contratação, faz-se mister listar as normativas legais que virão disciplinar a aquisição de bens/contratação de serviços, de acordo com a sua natureza.

2. DOS ATOS NORMATIVOS QUE DEVERÃO NORTEAR O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

2.1. Em exame do objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação, estudou e pretende adequar o planejamento, a contratação e a fiscalização à luz dos seguintes normativos: a) Nos itens que cabe, Lei Complementar 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos

Sheila

das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

2.2. Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

2.3. Lei 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

2.4. Lei 14.133/2021 que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

2.5. Nos itens que cabe, decreto nº 8.538/15, que Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. (Redação dada pelo Decreto nº 10273, de 2020);

2.6. Decreto Federal 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

2.7. Decreto Federal 10.947/2022 que regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de

Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

2.8. Decreto Federal 11.462/2023 que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os quais dispõem sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.9. IN SLTI/MPOG N°01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

2.10. IN SEGES Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

2.11. IN SEGES Nº 65, DE 07 DE JULHO DE 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A contratação prevista no objeto deste Estudo diz respeito ao **Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para execução de serviço comum de engenharia - Manutenção Predial Preventiva e Corretiva e Manutenção Elétrica Preventiva e Corretiva para as instalações da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s), situadas em Boa Vista – RR, descrito no Anexo – Endereços**, item 12.2., do TR, tendo como referência o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil através da Tabela (SINAPI – Não Desonerada –

Shirley

composição Analítica),conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme descrito no Item 1 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

4. ÁREA REQUISITANTE

4.1. O presente Estudo Técnico Preliminar atende a área requisitante identificada na no Item 1.1. deste ETP.

Àrea Requisitante	Responsável
1ª Brigada Infantaria de Selva	César Augusto Queiroz da Costa

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Neste tópico **NÃO OBRIGATÓRIO** deve estar previsto os critérios e práticas de sustentabilidade que envolvem a escolha da solução.

5.2. O objeto que se pretende contratar pode ser classificado como (X) SERVIÇO DE ENGENHARIA, ( ) OBRA e ( ) COMPRA.

5.3. O objeto que se pretende contratar pode ser, ainda, subclassificado como (X) BENS E SERVIÇOS COMUNS, ( ) BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS, ( ) SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, ( ) SERVIÇO ESPECIAL DE ENGENHARIA, ( ) SERVIÇOS E FORNECIMENTOS CONTINUADOS, ( ) SERVIÇO CONTINUADO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, ( ) SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, ( ) OBRA GERAL e ( ) OBRA DE GRANDE VULTO.

5.4. O contrato entre as partes terá o prazo de execução e vigência definido respectivamente no item 1.1.1.10., do TR (Anexo I) e item 2 e demais subitens do Contrato (Anexo II), inclusive sobre o detalhamento das condições e possibilidade de aditamentos e apostilamentos.

5.5. As exigências de HABILITAÇÃO das licitantes e possíveis contratadas serão estabelecidas no TR (Anexo I).

Shila

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Trata-se de Contratação de serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Por terem sido definidas pelas respectivas OMs, entende-se que as soluções consideraram a avaliação dos cenários quanto aos aspectos de eficiência, eficácia, economicidade, padronização e práticas de mercado.

6.1.1. A equipe de planejamento foi orientada a realizar ampla pesquisa de mercado, inclusive considerou-se a Ata do pregão 03/2023 para composição. Quando não considerado deveu-se a especificidade do objeto que não foi localizado no portal ou mesmo pela incompatibilidade do valor do portal com o valor praticado para nossa região que fica distante dos grandes centros produtivos.

6.1.2. A contratação via pregão eletrônico, além de ser o tipo preferencial pela Administração Pública, é a mais célere atualmente, tendo o tipo menor preço unitário como a pratica mais usual no mercado econômico. Demonstra-se ainda ser um procedimento ágil para a instituição à medida que a oferta dos produtos para as necessidades do Projeto.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviço comum de engenharia - Manutenção Predial Preventiva e Corretiva e Manutenção Elétrica Preventiva e Corretiva para as instalações da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s), situadas em Boa Vista – RR, conforme Item 1.1., tabela (1) do Termo de Referência.

7.2 A relação de trabalhos, o detalhamento do serviço, a serem executados serão estabelecidos posteriormente entre o CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA, através de Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE para execução dos serviços de Manutenção Predial e/ou Manutenção

Sheila

Elétrica, ambas preventivas e corretivas, em função da prioridade a ser definida pela 1ª Bda Inf Sl e suas OMVA(s).

7.2.1. Os serviços discriminados na (Tabela 1) do TR serão executados por Ordem de Serviço emitida pelo responsável técnico da 1ª Bda Inf Sl, CONTRATANTE, após apresentação de orçamento pela empresa CONTRATADA, o qual deverá ser aprovado para início da execução dos serviços *in loco*.

7.2.2. O orçamento apresentado pela empresa CONTRATADA será fornecido pelo fiscal técnico do contrato ou profissional da contratada designado e habilitado que realizará o levantamento in loco dos serviços necessários, de acordo com os serviços presentes na tabela SINAPI, apêndice do Edital. Considerando, o desconto registrado na Ata e estipulará o prazo previsto de execução.

7.2.3. O responsável técnico do contrato ou outro profissional designado pela 1ª Bda Inf Sl emitirá a Ordem de Serviço – O.S. para a execução dos serviços de manutenção pela empresa CONTRATADA.

7.2.4. Os serviços executados pela empresa CONTRATADA serão fiscalizados pelo fiscal técnico do contrato ou outro profissional designado pela 1ª Bda Inf Sl.

7.2.5. Após a execução dos serviços, será emitido o relatório em acordo com as especificações constantes na O.S, o qual será ratificado pelo fiscal técnico do contrato, mediante ateste *in loco* ou análise documental.

7.2.6. Após a aprovação pela fiscalização dos serviços realizados, será emitida a nota fiscal pela CONTRATADA, devendo a mesma ser atestada pelo fiscal técnico e pelo gestor da unidade demandante da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s) respectivamente.

7.2.7. A empresa CONTRATADA emitirá a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de

profissional legalmente habilitado da empresa contratada, de acordo com os dispositivos legais para o contrato.

7.2.8. Nos serviços que envolvam segurança de pessoas ou bens, tais como proteção contra incêndio e descarga atmosférica, instalações elétricas, entre outros, deverão ser emitidas ART ou RRT para cada ordem de serviço, as quais serão vinculadas à ART/RRT do contrato original.

7.2.9. Os locais onde estiverem acontecendo os reparos devem ser isolados e restringidos os acessos para preservar a segurança dos militares e deamsi usuários das áreas *in loco*. É de responsabilidade da empresa CONTRATADA evitar qualquer dano ou acidente.

7.2.10. A equipe técnica de supervisão a ser alocada para execução dos serviços deverá ser constituída de pelo menos os seguintes profissionais: Engenheiro ou Arquiteto e Urbanista.

7.2.11. Os endereços para designação dos serviços a serem efetuados estão descritos no **Anexo – Endereços**.

7.2.12. As especificações técnicas dos serviços a serem contratados deverão estar descritas no **Anexo – Memorial Descritivo**. No entanto, esse anexo não é exaustivo – devendo ser priorizado as normas brasileiras pertinentes e na omissão dessas, o caderno de especificações de composições SINAPI.

7.2.13. Deverá ser utilizado o Anexo – Composição Analíticas das Composições Próprias (insumos e serviços – Tabela SIE-Manutenção/SINAPI).

7.3. Havendo divergência na descrição dos itens entre o Termo de Referência e o sistema de Compras Governamentais prevalece o que está no Termo de Referência, Item 1.1., tabela (1).

Shirlan

FOLHA Nº 170

RUBRICA

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS

8.1. A estimativa de preço foi aferida por meio da realização de pesquisa com fornecedores dos produtos, uma vez que representa o valor real praticado na região de Norte, em específico Boa Vista - RR, e diminui o risco de fracasso na licitação, ou a cotação de valores muito baixos que podem resultar em novos pedidos de reequilíbrio econômico financeiro. A metodologia utilizada para a obtenção do preço de referência foi a média dos valores obtidos nas pesquisas de preços. Os preços unitários referenciais serão inseridos na tabela (1) do item 1 do Termo de Referência, com as pesquisas realizadas no processo com os valores obtidos em anexo. **Ressalta-se que serão selecionados os fornecedores que apresentarem os maiores descontos sobre a tabela SINAPI – RR.**

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Foi utilizado como metodologia do preço de referência, tendo por base nos incisos e parágrafos do caput do art. 23 da Lei 14.133/2021, complementarmente com a IN SEGES Nº 65/2021 (no caso de contratação de bens e serviços em geral).

9.2. O valor inicial estimado da contratação é de **R$ 5.333.332,00 (Cinco milhões, Trezentos e Trinta e Três mil e Trezentos e Trinta e Dois reais).**

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1 A licitação será dividida em itens, visando maior aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, competitividade e padronização do serviço, conforme estabelecido pelo artigo 40, inciso b da Lei nº 14.133/21.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1 O planejamento do **Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual contratação prestação de serviços de manutenção predial e elétrica constantes na tabela SINAPI RR (não desonerada - composição analítica)** está alinhado conforme, Ordem de Serviço 002 – SALC.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação do objeto, visa garantir em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, melhoria da

FOLHA Nº 171

RUBRICA

qualidade de produtos, de forma a atender à necessidade da contratação.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1 Foram tomadas todas as providências cabíveis.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 Não há possíveis impactos ambientais, sendo que não serão necessárias medidas de tratamento ou mitigadoras buscando sanar os riscos ambientais existentes.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1 Faz-se viável a contratação no sentido de que as pesquisas refletem a realidade mais próxima do preço de mercado e especificações importantes, além de necessárias, conforme demonstrado pela unidade administrativa demandante.

Quartel General em Boa Vista-RR, 9 de fevereiro de 2024.

CÉSAR AUGUSTO QUEIROZ DA COSTA - TC
Chefe da Equipe de Planejamento

BRUNO FAGNER ARAÚJO TEIXEIRA– 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

SHEILA NASCIMENTO COELHO – 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

SALC
FL Nº 172

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

APROVAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES E FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nr 39/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Com fundamento legal nas diretrizes gerais apontadas pela IN SEGES Nº 05, DE 25 DE MAIO DE 2017, recepcionada na Lei Federal nº 14.133/2021, IN SEGES Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021; e IN SEGES Nº 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022, APROVO o presente Estudo Técnico Preliminar e a Formalização da Demanda elaborado pela Equipe de Planejamento, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência com a observância aos dispositivos do respectivo decreto e demais legislações correlatas.

Quartel-General em Boa Vista, 14 de fevereiro de 2024.

CARLOS FREDERICO BACKER PEREIRA VALLADO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

SALC
FL Nº 173

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

MAPA DE RISCOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023
(Processo Administrativo n° 64307.110432/2023-61)

RISCO 01 – PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

PROBABILIDADE	(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta
IMPACTO	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta
DANO	
Irregularidade Administrativa	
AÇÃO PREVENTIVA	**RESPONSÁVEL**
Atualização da legislação em vigor, elaboração dos estudos preliminares e adoção de medidas que visam economicidade e eficácia para a Administração Pública.	Membros da Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	**RESPONSÁVEL**
Readequação do processo licitatório.	Ordenador de Despesas

RISCO 02 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

PROBABILIDADE	(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta
IMPACTO	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta
DANO	
Improbidade Administrativa	
AÇÃO PREVENTIVA	**RESPONSÁVEL**
Atentar fielmente para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, exigindo todos os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência e Edital de Licitação segundo a legislação em vigor.	Pregoeiro
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	**RESPONSÁVEL**
Retornar a fase de licitação para solução de equívoco.	Ordenador de Despesas

Shirley

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola/1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

Pregão 39/2023

Processo Administrativo n° 64307.110432/2023-61

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para execução de serviço comum de engenharia - Manutenção Predial Preventiva e Corretiva e Manutenção Elétrica Preventiva e Corretiva para as instalações da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s), situadas em Boa Vista – RR, descrito no Anexo – Endereços, tendo como referência o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil através da Tabela (SINAPI – Não Desonerada – Composição Analítica),conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GP	Item	Código CAT/MAT	Objeto	Und	Quantidade	Valor de referência	Valor Total
01	01	1627	Serviços de manutenção predial conforme o anexo A, a serem prestados nas unidades situadas em Boa Vista – Roraima (Anexo – endereços).	Sv	R$ 1.500.000	R$ 1,00	R$ 1.500.000,00
	02	1627	Serviços de manutenção predial com fornecimento de materiais conforme o anexo A, a serem prestados nas unidades situadas em Boa Vista – Roraima, (Anexo – endereços).	Sv	R$ 1.500.000	R$ 1,00	R$ 1.500.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 1				**R$ 3.000.000,00**			
02	03	5606	Serviços de Instalações Elétricas conforme o anexo A, a serem prestados nas unidades situadas em Boa Vista – Roraima, (Anexo – endereços).	Sv	R$ 1.166.666	R$ 1,00	R$ 1.166.666,00
	04	5606	Serviços de Instalações Elétricas com fornecimento de materiais conforme o anexo A, a serem prestados nas unidades situadas em Boa Vista – Roraima, (Anexo – endereços).	Sv	R$ 1.166.666	R$ 1,00	R$ 1.166.666,00
VALOR TOTAL DO GRUPO 2				**R$ 2.333.332,00**			
TOTAL DOS GRUPOS				**R$ 5.333.332,00**			

(Tabela 1)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SALC
FLS 104

OMVA(s) MANUTENÇÃO PREDIAL	%	TOTAL
GAC	10,91%	R$ 327.272,73
BLOG	10,91%	R$ 327.272,73
ESQD	5,00%	R$ 150.000,00
CMDO 1ª BDA INF SL	32,43%	R$ 972.818,18
CIA C/	7,00%	R$ 210.000,00
32º PEL PE	3,0%	R$ 90.000,00
1º PEL Com	3,0%	R$ 90.000,00
PMGU	10,91%	R$ 327.272,73
HTO	3,03%	R$ 90.909,09
PNR	12,30%	R$ 369.000,00
CLUBE C. APOIO	1,52%	R$ 45.454,55
TOTAL	-	**R$ 3.000.000,00**

(Tabela 2)

OMVA(s) MANUTENÇÃO ELÉTRICA	%	TOTAL
GAC	10,91%	R$ 254.566,67
BLOG	10,91%	R$ 254.566,67
ESQD	5,00%	R$ 116.666,67
CMDO 1ª BDA INF SL	32,43%	R$ 756.466,67
CIA C/	7,00%	R$ 163.333,33
32º PEL PE	3,0%	R$ 70.000,00
1º PEL Com	3,0%	R$ 70.000,00
PMGU	10,91%	R$ 254.566,67
HTO	3,03%	R$ 70.700,00
PNR	12,30%	R$ 287.000,00
CLUBE C. APOIO	1,52%	R$ 35.466,67
TOTAL		**R$ 2.333.333,33**

(Tabela 3)

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum, pois, a classificação do bem ou do serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva no instrumento convocatório, não

acarretando prejuízos à qualidade dos serviços e, tampouco, ao interesse público.

1.2.1. Para o fim que se destina esse documento, define-se Manutenção Predial (Preventiva e Corretiva): os serviços de manutenção predial possuem natureza contínua. Estes serviços, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

1.2.2. Conforme prevê a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 5674 a manutenção preventiva é representada por serviços cuja realização seja programada com antecedência, priorizando as solicitações dos usuários, estimativas da durabilidade esperada dos sistemas, elementos ou componentes das edificações em uso, gravidade e urgência, e relatórios de verificações periódicas sobre o seu estado de degradação, já a manutenção corretiva é caracterizada por serviços que demandam ação ou intervenção imediata a fim de permitir a continuidade do uso dos sistemas, elementos ou componentes das edificações, ou evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e patrimoniais aos seus usuários.

1.2.3. Os serviços de manutenção compreenderão a reposição de peças e/ou materiais novos, originais ou similares, bem como o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e assistência técnica para o perfeito e ininterrupto funcionamento das instalações da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s), conforme Anexo – Endereços.

1.2.4. Justifica-se a necessidade de utilização do Sistema de Registro de Preços pela natureza do serviço (manutenção predial e elétrica, sob demanda da contratante) ser constante demanda e de difícil mensuração. Não sendo possível definir previamente o quantitativo exato de serviços a serem demandados em cada localidade do Anexo X (endereços) durante a vigência do contrato. Tal situação se

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SAIC
FL Nº 178

amolda à hipótese do inciso V do art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023.

1.2.5. A terceirização parcial dos serviços de manutenção visa também à racionalização de custos, uma vez que a contratação dos serviços juntamente com os materiais e equipamentos necessários à realização destes demonstra ser mais vantajosa à Administração, pois é comum, as empresas especializadas nesse ramo de atividade adquirirem materiais em grande quantidade em razão de inúmeros contratos, podendo assim obter preços mais reduzidos. Além disso, o gerenciamento simultâneo dos serviços de manutenção e material possibilita um maior controle e integração das atividades, com menor probabilidade de falta e desperdício de material com eficiência no serviço.

1.2.6. Além do mais, a contratação dos serviços de manutenção se justifica em função do desgaste natural decorrente do uso contínuo das estruturas da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s).

1.2.7. A execução dos serviços de manutenção prolonga a vida útil das instalações, reduz os custos de obras de reparos posteriores, melhora a qualidade dos ambientes e busca atender dessa forma o Princípio da Economicidade, evitando-se reforma de grande volume num espaço curto de tempo.

1.2.8. Os serviços objetos desta licitação deverão ocorrer dentro de um prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos. Este prazo passará a contar a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.2.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.3. A 1ª Bda Inf Sl e demais participantes não se obrigam a adquirir o objeto e as quantidades definidas neste edital.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela (1) acima, no item 1.1., deste Termo de Referência.

1.5. O presente edital terá como referência o relatório de serviços descritos na tabela SINAPI. Ressalta-se que os serviços presentes na tabela Sinapi, apêndice deste Termo de Referência, são serviços cujas composições são fundamentadas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI, utilizando-se de referencial a mais atualizada do Estado de Roraima (itens com serviço no Estado de Roraima) para a solicitação do serviço.

1.6. O critério de julgamento do certame será sobre o **maior desconto ofertado sobre a tabela SINAPI – RR**.

1.7. O valor de R$ 1,00 é meramente referencial para enquadramento do serviço ao sistema (SIASG). O valor total que poderá ser contratado será a quantidade expressada na unidade de fornecimento.

1.7.1. Em caso de divergência entre o CATSER e a descrição deste TR, prevalecerá a descrição constante deste Termo de Referência, (Item 1.1.).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Itens 1; 1.1.; 1.2.; 1.3.; 1.4.; 1.5.; 1.6.; e 3; 3.1., apêndice deste Termo de Referência,

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023 conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei n. 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, item 7; 7.1.; 7.2. e demais subitens; e 7.3., apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nos demais documentos constantes deste processo licitatório, a empresa CONTRATADA deverá atender os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SALC

4.1.2. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n° 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981.

4.1.3. Só será admitida a oferta dos produtos que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A, B ou C, nos termos da Portaria INMETRO, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.1.4. A execução deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas, observadas as leis em vigor, deverão ser observados os requisitos de segurança com relação as redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres.

4.1.5. A empresa CONTRATADA responsabilizar-se-á pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, respondendo diretamente aos órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente, causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos, subcontratados, independentemente de culpa e que não sejam comprovadamente conseqüência de ação ou omissão da CONTRATANTE.

4.1.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso.

4.2. Requisito da Contratação

4.2.1. O objeto do TR, item 1.1., tabela (1), trata-se de serviço continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

4.2.2. A empresa CONTRATADA deverá possuir em seus quadros, responsável habilitado pelo CREA, conforme a

natureza do serviço a ser prestado, isto é, engenheiro elétrico para os serviços que envolvam toda a parte elétrica (estrutural e de manutenção) e engenheiro civil para os demais serviços da construção civil.

4.2.3. A empresa CONTRATADA deverá estar registrada no CREA e com certidão válida no momento da habilitação, da contratação e da emissão na Nota de Empenho.

4.2.4. A empresa CONTRATADA, ou seja, a interessada deve atender aos critérios de sustentabilidade ambiental, devendo entregar no momento da habilitação via sistema, a declaração de Sustentabilidade, conforme disposto no Edital, Anexo VI.

4.2.5. A Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.2.6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato

4.2.7. A quantidade estimada de deslocamentos será feita mediante a necessidade de contratação de serviço por esta UASG, e será de inteira responsabilidade da contratada, devendo arcar com todos os custos.

4.2.8. Os custos com deslocamento para todos os municípios onde serão realizados os serviços serão por conta da contratada

4.2.9. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

4.2.10. O contrato terá validade inicial de 12 (doze) meses após a sua assinatura e poderá ser prorrogado.

4.2.11. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.3. Vistoria

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SALC
FL Nº 180

4.3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 10h00min horas às 14h30min às 16h00min horas.

4.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.3.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.3.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.3.6. O contato para agendamento da vistoria nas instalações do órgão gerenciador será por meio do e-mail: compras_brigada@hotmail.com, Seção de Licitação, onde será encaminhado para o responsável.

4.3.7. Os gastos com deslocamento para realização de vistoria serão por conta da licitante interessada em participar do certame.

4.3.8. A licitante que realizar a vistoria deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.3.9. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021)

5.1. Condições de detalhamento da Contratação:

5.1.1. O detalhamento da contratação a ser executado será estabelecido posteriormente entre o CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA, através de Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE para execução dos serviços de Manutenção Predial e/ou Manutenção Elétrica, ambas preventivas e corretivas, em função da prioridade a ser definida pela 1ª Bda Inf Sl e suas OMVA(s).

5.1.2. Os serviços discriminados na (Tabela 1) do TR serão executados por Ordem de Serviço emitida pelo responsável técnico da 1ª Bda Inf Sl, órgão CONTRATANTE, após apresentação de orçamento pela empresa CONTRATADA, o qual deverá ser aprovado para início da execução dos serviços *in loco*.

5.1.3. O orçamento apresentado pela empresa CONTRATADA será fornecido pelo fiscal técnico do contrato ou profissional da contratada designado e habilitado que realizará o levantamento in loco dos serviços necessários, de acordo com os serviços presentes na tabela SINAPI, apêndice do Edital. Considerando, o desconto registrado na Ata e estipulará o prazo previsto de execução.

5.1.4. O responsável técnico do contrato ou outro profissional designado pela 1ª Bda Inf Sl emitirá a Ordem de Serviço – O.S. para a execução dos serviços de manutenção pela empresa CONTRATADA.

5.1.5. Os serviços executados pela empresa CONTRATADA serão fiscalizados pelo fiscal técnico do contrato ou outro profissional designado pela 1ª Bda Inf Sl.

5.1.6. Após a execução dos serviços, será emitido o relatório em acordo com as especificações constantes na O.S, o qual será ratificado pelo fiscal técnico do contrato, mediante ateste *in loco* ou análise documental.

5.1.7. Após a aprovação pela fiscalização dos serviços realizados, será emitida a nota fiscal pela CONTRATADA, devendo a mesma ser atestada pelo fiscal técnico e pelo

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SALC

gestor da unidade demandante da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s) respectivamente.

5.1.8. A empresa CONTRATADA emitirá a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de profissional legalmente habilitado da empresa contratada, de acordo com os dispositivos legais para o contrato.

5.1.9. Nos serviços que envolvam segurança de pessoas ou bens, tais como proteção contra incêndio e descarga atmosférica, instalações elétricas, entre outros, deverão ser emitidas ART ou RRT para cada ordem de serviço, as quais serão vinculadas à ART/RRT do contrato original.

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2.1. A execução dos serviços será iniciada com a disponibilidade de recurso orçamentários para os serviços a serem executados, desde que atendida as exigências do item 5.1. e demais subseqüentes deste TR, com concomitante as do Item 7 e subsequentes do ETP, apêndice deste documento.

5.2.2. Data para início da execução do objeto: após o recebimento do empenho e antes do início das atividades, ocorrerá uma reunião de entendimento (reunião de Kick off) entre as partes CONTRATANTE e empresa CONTRATADA, a ser definido pela CONTRATANTE, logo após a reunião, será solicitado pedido de Orçamento dos serviços pretensos a serem executados por ordem da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s), nos endereços constantes no Anexo – Endereços, do TR.

5.2.3. A empresa CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, após atender as exigências do item acima, 5.2.2.. Deverá apresentar o Orçamento detalhado dos serviços a serem executados, no prazo de 7 (sete) dias, podendo haver alteração deste prazo por parte da CONTRATANTE.

5.2.4. A empresa CONTRATADA observará as exigências acima e os serviços prestados deverão ser executados, conforme Anexo A e B, apêndice deste TR.

5.2.5. Conforme exigido pela CONTRATANTE, a execução dos serviços deverá ser acompanhada obrigatoriamente de

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) correspondente por parte da empresa CONTRATADA, caso seja necessário.

5.2.6. O anexo C, apêndice deste TR, refere-se às despesas indiretas da contratada.

5.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.3.1. A execução dos serviços será iniciada após a emissão da Ordem de Início cujas etapas observarão o Cronograma Físico-Financeiro apresentado no Anexo B, apêndice deste TR.

5.3.2. O pagamento do serviço será feito em etapas, conforme a ordem de conclusão dos serviços e medição comprobatória realizada pelo Fiscal Técnico do contrato.

5.3.3. Como se trata de contratação em regime de empreitada por preço unitário, os serviços serão medidos pelas unidades das atividades desenvolvidas satisfatoriamente, de acordo com as orientações da FISCALIZAÇÃO, estando em acordo com as Especificações Técnicas e com os Anexos A e B, apêndice deste TR.

5.3.4. Caso houver necessidade de emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), os serviços serão pagos, após a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) registrada no CREA, considerando-se a quantidade de serviços realizados aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

5.3.5. Após aprovada a medição pela FISCALIZAÇÃO, poderá a CONTRATADA emitir e apresentar a respectiva nota Fiscal, devidamente acompanhada dos demais documentos pertinentes, para que a CONTRATANTE possa efetuar o devido pagamento, nos termos dos referidos edital e Termo de Referência e Contrato.

5.3.6. Conforme disposto acima no item 5.3.5., as notas fiscais/faturas, com a discriminação dos serviços executados, juntamente com os documentos de regularidade da empresa CONTRATADA, incluindo documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (CND) e com o Fundo de Garantia por

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SALC
FL Nº 2864

Tempo de Serviço (FGTS), deverão ser apresentadas à FISCALIZAÇÃO para o ateste das mesmas.

5.4. Local e Horário da prestação dos serviços:

5.4.1. Local e horário da prestação dos serviços: Os serviços serão realizados, bem como os respectivos materiais deverão ser entregues, conforme Anexo - Endereços, apêndice deste TR.

5.4.2. Os serviços serão prestados nos seguintes horários: de Segunda-feira a Quinta-feira: das 8h às 12h e 13h às 1700h; Sexta-Feira: das 8h às 12h. Podendo haver alteração destes horários por parte da CONTRATANTE e da empresa CONTRADA, caso necessário.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A empresa CONTRATADA deverá observar todos os documentos para fins de adequar-se as exigências solicitadas pela CONTRATANTE.

6.2. Materiais a serem disponibilizados

6.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Orçamento detalhado, conforme item 5.2.2. e 5.2.3.. deste TR, na qual observará os serviços presentes na tabela SINAPI, e Anexo A, ambos apêndice deste Termo de Referência, promovendo a sua substituição quando necessário.

6.2.2. A empresa CONTRATADA deverá fornecer equipamentos de proteção individuai (EPI) para os funcionários que realizarão os serviços/reparos/consertos.

6.2.3. Deverão ser atendidas todas as normas técnicas relativas ao campo de atuação do serviço a ser prestado.

6.2.4. As retiradas, translado e entrega dos equipamentos a serem consertados por conta da empresa CONTRATADA.

6.3. Informações relevantes para dimensionamento da proposta

6.3.1. A demanda da 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(s) tem como base a contratação de empresa para execução de

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SALC
FL Nº 8270

serviço comum de engenharia - Manutenção Predial Preventiva e Corretiva e Manutenção Elétrica Preventiva e Corretiva para suas instalações, situadas em Boa Vista – RR, considerando o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil através da Tabela (SINAPI – Não Desonerada – Composição Analítica) e o Anexo A, apêndice deste TR.

6.4. Especificação de garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei 14..133, de 2021)

6.4.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.4.2. Demais pormenores referentes a garantia do serviço serão exigidos conforme consta nos artigos 96 a 102 do Capítulo II da Lei nº 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO O (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. As comunicações entre 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(S) e a empresa CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.4. A 1ª Bda Inf Sl e demais OMVA(S) poderá convocar representante da empresa CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA, conforme elencado no item 5.2.2. deste TR, para reunião inicial e para apresentação do plano de FISCALIZAÇÃO, que conterá informações acerca das obrigações

SALC
FLN 1384

contratuais, dos mecanismos de FISCALIZAÇÃO, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros, (IN 5/2017, art. 44, 31º).

7.6. Preposto

7.6.1. A empresa Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado

7.6.2. A empresa CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da realização do serviço, no mínimo meia jornada por dia, conforme (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

7.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a empresa CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade, conforme (IN 5, art. 44, §1º)

7.7. Fiscalização

7.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.8. Fiscalização Técnica

7.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

SALC
FL Nº 189

7.8.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.9. Fiscalização Administrativa

7.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.9.3. Além do disposto acima, a FISCALIZAÇÃO contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.9.4. Entrega e recebimento de crachás de identificação para permanência no interior da 1ª Bda Inf Sl e/ou demais OMVA(s);

7.9.5. Horário de chegada e saída dos funcionários;

SALC
FL Nº 1902

7.9.6. Registrar os dias não trabalhados, se for o caso;

7.9.7. Verificar se os funcionários estão usando EPI e equipamentos compatíveis com o serviço contratado; e

7.9.8. Verificar se os materiais usados, são exatamente os que constam no Orçamento detalhado e/ou Ordem de Serviço expedida.

7.10. Gestor do Contrato

7.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

SALC
FLN 114

7.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo apresentado no Anexo III, OU o disposto neste item.

8.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a empresa Contratada:

8.1.2. não produzir os resultados acordados;

8.1.3. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.4. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.3.1. Unidade de medida;

SALC FL Nº 192

8.3.2. Qualidade;

8.3.3. Acabamento;

8.3.4. Materiais utilizados

8.4. Após o recebimento definitivo da execução do serviço, será solicitada a nota Fiscal para fins de pagamento, respeitadas as demais exigências constantes neste TR.

8.5. Tendo em vista a necessidade da entrega da prestação de serviço, se for o caso, devido a datas específicas, conforme eventos da Instituição e datas comemorativas, o atraso da entrega do serviço na data solicitada pela parte da empresa CONTRATADA acarretará na retenção de 5% (cinco por cento) do valor da prestação do serviço.

8.6. Do Recebimento

8.6.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico- Financeiro do Anexo B, apêndice deste TR, a empresa CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.6.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.6.3. A empresa CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.6.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do aviso oficial da contratada sobre o término da entrega de todos os itens contemplados na OS, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme (art. 140, I, alínea "a" da Lei nº 14.133/21 e Arts. 22, X e 23, VII do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.6.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da

SAIC
FL Nº 193

empresa CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.6.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, VII Decreto nº 11.246, de 2022).

8.6.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.6.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.6.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.6.11. A empresa CONTRATADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.6.12. A FISCALIZAÇÃO não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no

SAIC
FL Nº 1940

Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.6.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.6.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.6.15. Quando a FISCALIZAÇÃO for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.6.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.6.17. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.6.18. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela FISCALIZAÇÃO e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à empresa CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

SEIC FLN 199

8.6.19. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.6.20. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela FISCALIZAÇÃO.

8.6.21. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela FISCALIZAÇÃO e gestão.

8.6.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6.23. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.6.24. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.7. Liquidação

8.7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.7.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.7.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa

SALC
FLN 196

os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.7.4. o prazo de validade;

8.7.5. a data da emissão;

8.7.6. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

8.7.7. o período respectivo de execução do contrato;

8.7.8. o valor a pagar; e

8.7.9. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;

8.7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 e demais exigidas nos itens 5.3.5. e 5.3.6., além de outras se for o caso existentes neste TR.

8.7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

SALC
FL Nº 1970

8.7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.8. Prazo de pagamento

8.8.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.8.2. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma, para tanto, os valores devidos ao contratado deverão ser acrescidos de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SAIC
FL. Nº 1984

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo

pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{6\%}{365}$$

8.8.3.

8.8.4.

8.9. Forma de pagamento

8.9.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.9.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.9.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.9.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.10. Antecipação de pagamento

SALC
FL Nº 199

8.10.1. A presente contratação **não** permite a antecipação de pagamento.

8.11. Cessão de crédito

8.11.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.11.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do CONTRATANTE.

8.11.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.11.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.11.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.11.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO A (art. 6º, inciso XLV da Lei n. 14.133/2021).

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO** sobre a tabela SINAPI - RR, conforme (art. 6º, inciso XLI da Lei n. 14.133/2021).

9.2. Regime de execução

9.2.1. O regime de execução do contrato será o regime de execução de empreitada por preço global, conforme (art. 6º, inciso XXVIII da Lei n. 14.133/2021).

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

9.3.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

9.3.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço global o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.3.1. Valor global: conforme valor estimado da licitação.

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SALC
PLN 2024

9.4.1.1. Habilitação jurídica

9.4.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.4.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.4.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SALC
FL Nº 022

9.4.1.2. Certidão de Registro para o exercício da atividade de prestação de serviços de engenharia, expedido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade.

9.4.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3.2.1. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.3.2.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.3.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.3.2.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ou *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

9.4.3.2.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.4. Qualificação Econômico-Financeira

9.4.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.4.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

9.4.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.4.4.4. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.4.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.4.4.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.4.4.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.4.4.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

9.4.4.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SEI/C
FL Nº 204

9.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.6. Qualificação Técnica

9.6.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.6.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.6.3. Certidão de Registro ou Inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade, conforme as áreas de atuação exigidas no item 1, tabela (1), em plena validade.

9.6.4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.6.5. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução dos serviços de Manutenção Predial e Manutenção Elétrica, respectivamente Engenheiro(a) Civil e/ou Arquiteto(a) e Engenheiro(a) Eletricista.

9.6.6. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar dos serviços objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.6.7. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da

SALC
FL Nº 205

equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

9.6.8. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.6.9. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.6.10. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.6.11. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.6.12. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: Nome da Licitante, CNPJ, razão social e o domicílio; Nome da pessoa Jurídica de Direito Público ou privado que emitiu o atestado (colocar a Razão Social/nome do órgão e o CNPJ); Dados do Contrato (ou instrumento semelhante) ou outro instrumento (Notas Fiscais) firmado pela licitante com a Pessoa Jurídica Pública ou Privada; Em quantidade de 30% (trinta por cento) da quantidade estimada para cada item licitado.

9.6.13. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.6.13.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa,

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SALC
FL Nº 206

respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.6.13.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.6.13.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.6.13.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.6.13.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.6.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

9.6.13.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será **R$ 5.333.332,00 (Cinco milhões trezentos e trinta e três mil trezentos e trinta e dois reais**).

10.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

10.4. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

SALC
FLS Nº 237

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação ficarão postergada ao momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou seja, para licitações de registro de preço, sendo assim a Administração depende da descentralização de recursos orçamentários para realizar a referida contratação constantes da tabela (1) do item 1 deste Termo de Referência, nos termos do art. 17 do decreto nº 11.462, de 2023.

11.2.

11.3. **12.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

11.4. 12.1. Apêndice ao Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar;

11.5. 12.2. Anexo – Endereços;

11.6. 12.3. Anexo A;

11.7. 12.4. Anexo B;

11.8. 12.5. Anexo C;

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação ficarão postergada ao momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou seja, para licitações de registro de preço, sendo assim a Administração depende da descentralização de recursos orçamentários para realizar a referida contratação constantes da tabela (1) do item 1 deste Termo de Referência, nos termos do art. 17 do decreto nº 11.462, de 2023.

11.2.

11.3. **12.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

11.4. 12.1. Apêndice ao Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar;

Quartel-General em Boa Vista, 09 de fevereiro de 2024.

CÉSAR AUGUSTO QUEIROZ DA COSTA - TC
Chefe da Equipe de Planejamento

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

DE S P A C H O:

APROVO o presente **Termo de Referência**, bem como **AUTORIZO** a realização de procedimento licitatório, via Pregão Eletrônico SRP, nos termos da lei 14.133/2021 e determino que as ações praticadas pelos agentes subordinados sejam empreendidas na forma da lei e na busca do interesse público, tendo como caráter orientativo o Manual de Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU (4ª edição) e o Compêndio de Perguntas e Respostas sobre Licitações da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União - CGU, e ainda com observância a demais legislações correlatas.

Quartel-General em Boa Vista, 15 de fevereiro de 2024.



CARLOS FREDERICO BACKER PEREIRA VALLADO – Cel
Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

SALC
FL Nº 208.1

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

TERMO DE ENCERRAMENTO DO VOLUME I

PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 39/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 64307.110432/2023-61
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP
TIPO:MAIOR DESCONTO POR GRUPO

Aos, 16 dias do mês de novembro de 2023, lavrei o presente termo de **ENCERRAMENTO DO VOLUME I DO PROCESSO LICITATÓRIO 64307.110432/2023-61,** que tem como a primeira folha a de **Nr.01.** e como última a de **Nr** 208.1, que corresponde a este termo, dando por encerrado a juntada.

Quartel-General em Boa Vista, RR, 19 de fevereiro de 2024.

ERIVELTON DE PAULA MOURA BEATRIZ – 2º SGT
Auxiliar da Seção de Licitações da 1ª Bda Inf Sl